UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARINA MATTAR SOUKEF NASSER

No *labirinto*: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia

São Paulo
Setembro de 2016

MARINA MATTAR SOUKEF NASSER

No *labirinto*: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

São Paulo

Setembro de 2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N267l

Nasser, Marina Mattar Soukef
No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia / Marina Mattar Soukef Nasser ; orientador Vera da Silva Telles. - São Paulo, 2016.
151 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Sociologia urbana;. 2. Cracolândia;. 3. Gestão de população;. 4. Crack;. 5. População de rua. I. Telles, Vera da Silva, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

Marina Mattar Soukef Nasser

No *labirinto*: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

Aprovado em:_____

Banca Examinadora

Prof. Dr._____

Instituição: _____Assinatura: _____

Prof. Dr._____

Instituição: _____Assinatura: _____

Prof. Dr._____

Instituição: _____Assinatura: _____

Resumo

A presente pesquisa partiu de uma etnografia realizada na região conhecida como Cracolândia no centro de São Paulo, considerada a mais famosa territorialidade de uso de crack no país. Alvo de intervenções estatais desde seu surgimento, nos anos 1990, essa territorialidade continua no centro de muitos programas e instituições. Em 2012, com o conflito erguido em torno da Operação Sufoco, há, no entanto, uma mudança nas formas de gestão desse espaço: de uma racionalidade de dispersão, que visava impedir o agrupamento de usuários de crack por meio do uso da força, para uma lógica de governo que precisa desse espaço concentrado para executar seus programas. Minha hipótese é que a fixação territorial combinada a essa malha concentrada de programas e instituições assistenciais acabou por construir um *campo de gravitação* em torno da Cracolândia, de modo a atrair pessoas com trajetórias muito diferentes mas que se encontram ali por terem uma vida errante. A partir do percurso de uma jovem que conheci durante a pesquisa, argumento que o Estado produz espaços e territorialidades como a Cracolândia, ao induzir e condicionar o movimento de diversos sujeitos. Como a personagem dessa pesquisa evidencia, sua circulação é incessante e ilegível, como na imagem do *labirinto*, mas guiada por uma racionalidade de buscar um local seguro das investidas policiais para estabelecer suas "malocas" e modos de vida, e onde há concentração de recursos e possibilidades. Dessa forma, a Cracolândia só faz sentido dentro de uma experiência urbana mais ampla, o que envolve outros espaços não contingentes territorialmente.

Palavras-chave: sociologia urbana; cracolândia; população em situaçãoo de rua; gestão de populações; gestão do espaço urbano.

Abstract

This research started from an ethnography in the region known as Cracolândia in downtown of São Paulo, considered the most famous crack use of territoriality in the country. Target of state interventions since its inception in the 1990s, this territoriality remains at the heart of many programs and institutions. In 2012, the conflict erected around the operation Suffocation, there is, however, a change in the forms of management of this space: a rationality dispersion, which was intended to prevent the grouping of crack users through the use of force, to a logic of government that needs this concentrated space to run their programs. My hypothesis is that the territorial fixation combined with this concentrated mesh programs and charitable institutions eventually build a gravitational field around the Cracolândia in order to attract people with very different paths but they are there to have a wandering life. From the journey of a young man I met during the research, I argue that the state produces spaces and territoriality as Cracolândia, to induce and influence the movement of various subjects. As the character of this research shows, their movement is unceasing and unreadable, as the labyrinth image, but guided by a rationality to seek a safe place police invested to establish their "huts" and ways of life, and where there is a concentration of resources and possibilities. Thus, Cracolândia only makes sense within a broader urban experience, which involves other spaces not contingent territorially.
Keywords: urban sociology; cracolândia; population Street situaçãoo; population management; management of urban space.

Agradecimentos

Chega a ser difícil agradecer com palavras todas as pessoas que me ajudaram nessa empreitada tão tortuosa. Os encontros, passagens e pessoas que me fizeram "ser afetada" não cabem nesse texto, mas estão totalmente incorporados na construção de meu caminho. Cada argumento, descrição e ponto de partida carrega um pouco dessa experiência, sempre coletiva, de se estar junto: do acolhimento ao medo; do desânimo profundo a expectativa.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP por viabilizar a realização dessa pesquisa.

À Vera Telles por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa desde meu primeiro contato, tornando possível o projeto de realizar o mestrado. Pela confiança depositada sem nem me conhecer e durante todo esse processo, dando força para que criasse. Por todas as orientações precisas e certeiras que pouco a pouco me ajudaram a transformar uma miscelânea de incômodos, inquietações e tristezas em perguntas, hipóteses que deixaram essa pesquisa viva até o último minuto.

A cada um e cada uma que conheci nas andanças pela Cracolândia. Às "meninas da craco": Letícia, Marcela, Cavivi. À Deborah por ter me atentado para a importância da pesquisa etnográfica. Ao trabalhadores dos diversos programas que dentro de um ofício muito difícil, em meio a uma dura realidade, me receberam com tanta generosidade e atenção, mas que prefiro manter em anonimato para não lhes prejudicar. Ao "povo dos direitos humanos" por ter oferecido um respiro em dias tão tensos e pesados, especialmente ao Myro, Dani, Caio e Escobar. Ao Coletivo Sem Ternos. Ao Rodrigo, do Catso, pela companhia e troca.

Aos colegas do grupo de pesquisa "Cidade e Trabalho" que me receberam com muita generosidade: Bruna, Carlitos, Rafa, Thiago, Naty, Tiago, Renato, Andrea, Rique, Fabio. Em especial à Taís, pela parceria intensa que fez da pesquisa um exercício muito menos solitário e quase coletivo. Difícil pensar como teria sido sem você.

Ao Gabriel Feltran pelos conselhos antes mesmo de enveredar no mestrado e por seus comentários durante esse processo. À Taniele Rui por suas observações na banca de qualificação. À Patrícia Birman e Manuela da Cunha pela leitura generosa.

À Juliana que virou uma grande amiga nesse percurso misturado e confuso de luta política e vida acadêmica, entre as ocupas e salas da USP. Por nossa empatia e sintonia; por ter me oferecido amparo em momentos cruciais, sem que eu precisasse falar nada.

Ao Júlio por sua “hipisse” fundamental que me acalmou tantas vezes, sobretudo no começo dessa jornada.

A todos aqueles com quem pude conviver e aprender no Comitê Popular da Copa, sobretudo à Lari, ao Thiago e ao Serginho. À bela experiência da Copa Rebelde. Ao Mopat por todas as risadas e festas.

Ao Mário, Bia e Amadeu por me ajudarem a cuidar do corpo e da alma com tanta sensibilidade e humor.

Ao Paulão, Bubu, Claudinha, Thiago Zati e Isa, essa família que a PUC me deu. Às minas old school: Clarinha, Julia, Laura e Zoe. À Danuza, Bárbara e João.

Ao Hasan, irmão que nunca tive e ganhei durante esse percurso. Por sua leveza de sempre me mostrar outros caminhos.

À Renata, companheira de todas as horas e momentos. Por sempre ter tempo, carinho e disposição e se engajar com tanto afinco nas minhas histórias, problemas, dificuldades e projetos.

Ao Piva, por esse nosso jeito de se apoiar desafiando que me ensinou a explorar sem temer. Se a gente não tivesse se cruzado, meu caminho teria sido muito mais chato e sem graça. Por termos decidido nessa andança tão difícil e enredada dos últimos anos seguir juntos. Esse trabalho tem muito de você.

Aos meus pais por me apoiarem de todas as formas possíveis com modos tão diferentes, mas complementares. À minha mãe por me ensinar que nossa paz está em cozinhar e deixar fermentar. Ao meu pai por me impulsionar sempre.

Às minhas avós, símbolos da força feminina, que desde sempre me mostraram que o valor do conhecimento é transmiti-lo.

À “Raísa” que nem sei como agradecer. Esse texto é em sua homenagem.

Sumário

INTRODUÇÃO 9

ENTRANDO EM CAMPO 12

SOBRE O USO DO TERMO CRACOLÂNDIA 18

CAPÍTULO 1 - CRACOLÂNDIA: CAMPO DE PROBLEMAS E DESLOCAMENTOS 21

DA "LIMPEZA" AO "SUFOCO": AS OPERAÇÕES ESTATAIS 23

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: DESLOCANDO O PARÂMETRO DO DEBATE 30

O PONTO DE VIRADA DA OPERAÇÃO SUFOCO 45

AGÊNCIAS DE GOVERNO: A CRACOLÂNDIA PÓS SUFOCO 53

PROGRAMA RECOMEÇO 55

DE BRAÇOS ABERTOS 56

ENCAMINHAMENTOS: OS COLETES VERDES 57

CAPÍTULO 3 – DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO NA MALHA URBANA: CRIAÇÃO DE "CAMPOS DE GRAVITAÇÃO" 62

FIXAÇÃO ESPACIAL: DE BOMBAS A GRADES 76

RECONFIGURAÇÃO DOS MODOS DE CONTROLE: DO "NOIA" AO TRAFICANTE 86

CRACOLÂNDIA, CAMPO GRAVITACIONAL 89

CAPÍTULO 4 – NO *LABIRINTO*: O ESTADO ENTRE A AMEAÇA E A PROTEÇÃO 95

RUMORES OU ESPECTROS DO PROJETO NOVA LUZ 101

MEU NOME NÃO ESTÁ NA LISTA 107

VULNERABILIDADE: INCLUSÃO/EXCLUSÃO NA POLÍTICA SOCIAL 113

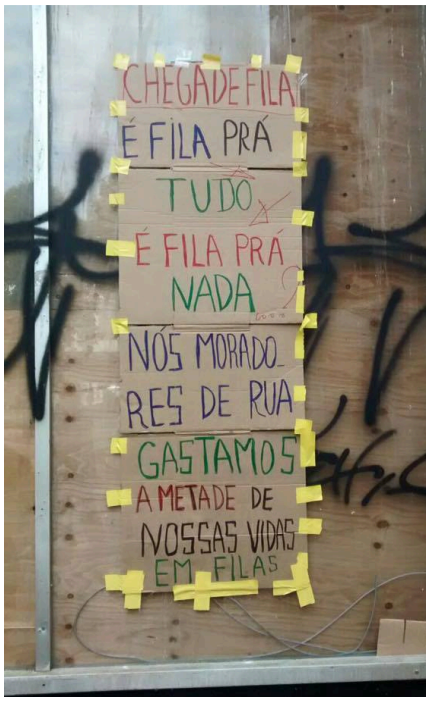
DA CRACOLÂNDIA AO *LABIRINTO* 119

O LABIRINTO DE RAÍSA: FACES DA ILEGIBILIDADE DO ESTADO 126

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ERRÂNCIA COMO MODO DE VIDA 130

DO LABIRINTO ÀS FRONTEIRAS 130

VIVER DA CIDADE OU ALGUNS APONTAMENTOS DE PESQUISA 140



[Na Praça do Patriarca, em sua "maloca", um morador protesta. Janeiro/ 2016]

Labirinto [Jorge Luis Borges]
Não haverá nunca uma porta. Estás dentro
E o alcácer abarca o universo
E não tem nem anverso nem reverso
Nem externo muro nem secreto centro.
Não esperes que o rigor de teu caminho
Que teimosamente se bifurca em outro,
Que obstinadamente se bifurca em outro,
Tenha fim. É de ferro teu destino
Como teu juiz. Não aguardes a investida
Do touro que é um homem e cuja estranha
Forma plural dá horror à maranha
De interminável pedra entretecida.
Não existe. Nada esperes. Nem sequer
No negro crepúsculo a fera.

"Como diz Kafka, não se trata do problema da liberdade, mas é o de uma saída". [Deleuze e Guattari]

Introdução

Uma horda confusa de pessoas maltrapilhas e errantes caminhando sem direção entre lixos, dejetos, escombros e com cachimbos na mão, fumando o crack em pé, sentadas ou deitadas em qualquer lugar e de qualquer jeito, com atitudes estranhas e sem sentido, algumas muito violentas, outras alheias a tudo. Um pedaço da cidade sem muita luz, com cheiro forte e abandonado, em degradação assim como aqueles que o habitam; o espaço e seus frequentadores se misturam, não se sabe onde começa um e termina o outro, de tanta sujeira. Algumas pessoas fumam o crack debaixo de cobertores, outras passam por fendas abertas para chegar em terrenos baldios ou demolições incompletas, alguns correm desenfreadamente[1]. Com as orelhas e os braços machucados, uma mulher, muito magra e com roupas rasgadas, diz que sofreu tentativa de estupro e lembra de outra consumidora, que vivia ali "fumando muito" e foi morta simplesmente por não querer fazer sexo com um usuário. "Ela foi enterrada ali ó", e indicou um lugar onde se sentavam para fumar crack. Um ex-usuário explica que teve sorte de ter saído dali sem nenhuma doença sexualmente transmissível: foi quase um milagre sair desse antro, onde mulheres jovens e mais velhas se prostituem para comprar a droga, e todos muito alucinados com os efeitos do crack, transam sem pensar e sem proteção alguma[2]. Com os dedos machucados, a mulher apronta seu cachimbo e o leva aos lábios também feridos, lamenta seu vício, diz que é tudo uma grande ilusão[3]. "Aqui é um pedacinho do inferno"[4], "essa pedra é do demônio". Espaço de terror, de medo e que amedronta quem vive ou tem de passar por ali[5].

---

[1] Essa descrição foi construída a partir de recortes de matérias e reportagens diversas. Ver, por exemplo: "Área de consumo livre da droga, cracolândia se popularizou há 20 anos". Folha de São Paulo, 17/05/2015. Disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml

[2] As cenas foram retiradas do programa especial "A Liga", da TV Bandeirantes, sobre o crack, de março de 2012. Disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=NjkfnvIs9Do

[3] Cena retirada da video-reportagem "Na intimidade da cracolândia de São Paulo", da TV Folha, do dia 19/01/14. Disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=3daUQPyuhCI

[4] A expressão foi utilizada por Rubens Sabino Silva, ator do filme "Cidade de Deus", para se referir sobre sua experiência vivendo nas ruas da "cracolândia" em uma entrevista. Ver "Ator de Cidade de Deus diz que Cracolândia é 'pedacinho do inferno'", G1: 29/04/2015. Foram diversos os meios de comunicação que procuraram o ator, depois que descobriram estar vivendo na cracolândia há quatro anos. Durante a pesquisa, presenciei alguns repórteres, com microfone nas mãos, correndo atrás de Rubens. Era mais uma história de "degradação" para contar.

[5] São diversas as reportagens que noticiam moradores do entorno da "cracolândia" reclamando da segurança. O Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) do bairro da Santa Cecília se tornou o principal porta-voz desses. Seu presidente, Fábio Fortes, sempre fornece entrevistas questionando a atuação estatal. Ver, por exemplo: "Moradores do centro de SP se unem para exigir o fim da cracolândia". Folha de São Paulo, 03/01/2014. Disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1392663-moradores-do-centro-se-unem-para-exigir-o-fim-da-cracolandia.shtml

É assim que a Cracolândia paulistana tem sido descrita em meios de comunicação, campanhas políticas e debates públicos. Uma narrativa que mistura elementos simbólicos, percepções imagéticas e de olfato, histórias de vida e muitas afirmações sobre degradação. Considerada a mais famosa territorialidade de uso de crack no país, a Cracolândia pautou, e continua pautando, muitas das representações sociais acerca da substância e de seus usuários bem como dos espaços públicos em que ocupam.

Era essa a imagem que possuía desse território antes de iniciar minha pesquisa de mestrado. Por mais que soubesse das manipulações realizadas pela mídia a serviço de certos interesses políticos, era difícil não associar a essas cenas, tantas vezes repetidas nos noticiários, quando se tratava de pensar sobre crack. Mesmo sem conhecer a Cracolândia, mantinha uma ideia acerca dela, nas quais se emaranhavam trajetórias tristes, miséria, sujeira e, sobretudo, medo.

Representação essa que fui deixando para trás na medida em que conhecia melhor a Cracolândia. Ao contrário do que esperava, essa territorialidade não parecia ser mais perigosa do que outras da cidade de São Paulo, de modo que minha insegurança inicial de realizar a pesquisa de campo foi se esvanecendo. Também surpreendeu a forma com que fui recebida pelos usuários de crack dali: tanto entre os que permaneciam alheios a minha presença quanto entre os que decidiam interagir, fosse tentando conversar fosse pedindo alguma coisa, existia um respeito – algo que, sinceramente, não esperava. Não se trata de considerar a Cracolândia como um local acolhedor e isento de perigos; as condições miseráveis, a sujeira, os transeuntes com seus cachimbos, as fileiras de gente fumando o crack, as histórias tristes, o consumo abusivo e os perigos são reais, mas não se articulam como da forma propagada. Com o tempo, foi possível ir desvendando os sentidos sociais, as regras – nem sempre explícitas – de convivência, os atores presentes e, assim, a imagem que possuía da Cracolândia como espaço da desordem se esvaneceu.

Um episódio ocorrido logo no início da pesquisa foi bastante importante para essa guinada. Soube de um pesquisador que também realizava trabalho etnográfico na Cracolândia e havia sido ameaçado com facas por usuários. O acontecimento foi divulgado entre diversos pesquisadores, inclusive por mim, que se preocupavam com a viabilidade e os perigos envolvidos em continuar realizando pesquisa nesse espaço. A interpretação era de que o pesquisador, por conta de sua postura, comportamento e vestimentas, teria sido confundido com um policial militar infiltrado e por isso sofreu ameaças. Ainda se disse que o momento na região era complicado porque alguns líderes importantes haviam sido presos e as relações

com as polícias militar e civil passavam por um momento turbulento, de renegociação de acordos e pactos. Ou seja, o comportamento de ameaçar uma pessoa estranha não era isento de sentido; muito pelo contrário, estava totalmente imerso nas relações sociais e de poder desse espaço. O que parecia estar alheio à dinâmica local foi a atitude do pesquisador de permanecer, por muito tempo, próximo a concentração de usuários, os observando. Mas, somente por estar ali, já imergia, mesmo sem saber disso, nessa malha de relações, de modo a alterá-las, inclusive, e sofrendo com as consequências disso.

Isso foi importante para desconstruir de uma só vez a representação da Cracolândia como espaço da desordem e do irracional, mas também para compreender que, ao realizar pesquisa etnográfica ali, estaria fazendo parte de multifacetadas relações sociais. E o processo de aprender as normas, identificar os atores, suas relações, disputas e diferenças se deu paulatinamente por meio de diversas experiências. Foi somente a partir dessa (con)vivência que pude refletir e analisar a Cracolândia para produzir esse texto. Por mais que essa constatação possa parecer lugar-comum, sobretudo dos estudos antropológicos, me parece importante por enfatizar que o processo de conhecimento se constituiu de forma experimental (Telles, 2010: 160) e envolveu uma série de pessoas, que não constam aqui como autores, mas foram de suma importância para esse trabalho.

Entrando em campo

> Marcamos de nos encontrar as duas horas da tarde em frente à entrada da Sala São Paulo, ao lado da Estação Julio Prestes. Era uma terça-feira. Já fazia quatro meses desde que havia entrado no mestrado com projeto sobre Cracolândia, mas essa era a primeira vez que ia ao local. Até então, só conhecia essa territorialidade em passagens rápidas a pé ou de carro e pelas infinitas notícias. A ideia era distribuir panfletos e trocar ideias sobre a Marcha da Maconha, marcada para o próximo sábado, com os usuários de crack. Evento que configurava como um dos muitos da programação da semana da Marcha. Roberta, militante da Marcha da Maconha, iria conduzir o grupo até os usuários e ajudar nessa comunicação por ter mais experiência. Ela também trabalhava na ONG É de Lei, que realiza trabalho de redução de danos na Cracolândia desde o início dos anos 2000. Roberta distribui insumos de prevenção para o uso de crack, como manteiga de cacau e piteira de silicone. Por conta disso, conhece alguns usuários. Apenas mais duas pessoas chegaram e decidimos ir mesmo assim.
>
> Andamos menos de um quarteirão e já nos deparamos com o aglomerado de pessoas fumando, comprando e trocando o crack, na esquina entre a Alameda Cleveland e a Rua Helvetia. Do lado de fora, ao redor desse grupo, que reunia um incontável número de gente, estavam algumas pessoas com uniformes brancos e azuis e pranchetas nas mãos. Roberta comenta "ó os urubus" e

explica que é assim que chamam os trabalhadores do programa do governo do Estado, Recomeço, porque ficam tentando abordar usuários a todo momento. Com Roberta na frente, entramos nesse amontoado de gente, chamado ali de "*fluxo*".

É difícil descrever o "*fluxo*" tamanha a quantidade de informações e coisas que acontecem ao mesmo tempo: algumas pessoas permanecem em constante movimento, me pareceu que à procura de negociações, como em uma "feira do rolo"; outras estão em rodas, sentadas ou em pé, fumando crack e conversando; uns vendem coisas diversas, entre pedras de crack, itens artesanais, roupas, materiais encontrados no lixo, em pedaços de pano estendidos no chão ou em mesas improvisadas; algumas carroças estão estacionadas ao redor, com pessoas sentadas próximas a elas.

Muito barulho – barulho de gente gritando e anunciando coisas; de gente conversando; de alguns que gritam sozinhos; dos carros que passam. Muita fumaça – dos cigarros e de crack; um cheiro bastante forte e que lembra resina.

Sentamos em uma roda, porque Roberta começou a conversar com um dos usuários. Eles continuaram fumando crack. Falamos sobre a Marcha da Maconha, mostramos os panfletos; alguns se interessaram, outros nem ligaram. Uma mulher se levantou e gritou que devíamos fazer a marcha do crack.

Levantamos e depois de alguns passos sofridos entre tanta gente, um jovem usuário nos pergunta se sabemos onde ele pode tomar a ayahuasca. Em uma conversa meio confusa, entre o barulho e as pessoas que passavam, ele conta ter participado do movimento "ocupa sampa" e ter viajado para outras cidades brasileiras, como Porto Alegre, acompanhando diversas "ocupas". Com algum entusiasmo, depois de perceber nosso interesse, ele diz que a ocupa o fez perceber que a Cracolândia tinha caráter político e que essa era a primeira ocupa da cidade.

Não sei dizer quanto tempo ficamos ali dentro do "*fluxo*". Quando já nos distanciávamos desse agrupamento, oferecemos o panfleto a um usuário que passava e ele desatou a falar muito sobre si, coisas que não conseguíamos compreender. Outra mulher passou: mais velha e com roupas limpas e arrumadas, parecia estar chegando; disse que seu filho gostaria de ir a Marcha da Maconha e entrou dentro do "*fluxo*".

Saímos pela Rua Helvetia e pude observar que, do lado direito, em um amplo terreno acimentado e por trás de um portão gradeado, havia uma tenda muito grande e, ao fundo, outra tenda menor; a entrada era aberta a quem quisesse. Era o espaço de convivência e atendimento do programa municipal De Braços Abertos. Do lado oposto, quase em frente, um prédio alto estava sendo reformado; a placa avisava: reforma do Governo do Estado. Ali será o Hospital do programa estadual Recomeço.

Mais à frente, na esquina com a Alameda Dino Bueno, estava a extensa tenda de abordagem de rua do Recomeço. Com uma porta bem menor e toda cercada por grades, pudemos ver as equipes uniformizadas de branco com suas

> pranchetas em mãos; atrás, alguns contêineres que pareciam servir de banheiro e espaço de higiene. Na calçada, algumas placas com perguntas como "você tem problemas com drogas?" indicavam reuniões de Narcóticos Anônimos realizadas na tenda.
>
> Ali, um homem vestido de jaleco conversava com um jovem; nos chamou, perguntou se éramos do É de Lei, pois queria encaminhar esse jovem para lá. Continuou conversando com Roberta e contou que trabalhava no Recomeço mas, por fora, fazia trabalho de redução de danos em *raves*. Achei muito interessante que o médico desse programa, claramente voltado ao tratamento do uso de crack por meio da abstinência, acreditasse, na verdade, no tratamento de vertente oposta, da redução de danos.
>
> Continuamos caminhando e paramos em frente a um dos hotéis oferecidos pelo programa municipal De Braços Abertos. Roberta entrou lá para procurar um usuário de quem é amiga. Voltou logo, ele e a namorada haviam se reconciliado na noite anterior e ainda dormiam *[trecho de diário de campo do dia 22/04/2014]*.

A cena de uso que se desenhava ali estava bastante distante da imagem transmitida pelos meios de comunicação. Toda aquela representação se fazia presente, mas como fragmento de uma cena muito mais ampla. Nem todos os usuários estavam sujos, magros e esfarrapados; dentro do "fluxo", havia outras atividades acontecendo além do uso e venda de crack; no entorno, existiam outros atores que não os consumidores de crack; entre as ruínas e demolições, erguiam-se espaços públicos de atendimento; eram muitos os trabalhadores dos programas públicos destinados a esse grupo.

Já nessa primeira ida, foi possível perceber uma das características mais marcantes da Cracolândia do centro de São Paulo: a simultaneidade de acontecimentos diversos, que apesar de se constituírem a partir de lógicas temporais e relações sociais distintas, ocorriam em um só espaço e tempo. Grupos religiosos de diferentes correntes; programas públicos com propostas diversas; agentes estatais de variadas instituições; pesquisadores; jornalistas; moradores de rua, alguns não usuários de crack; egressos do sistema prisional; usuários de crack com comportamentos diferentes entre si; o desejo de consumir crack; a missão de "resgatar" essas pessoas; o trabalho voltado ao tratamento e cuidado desse grupo; a vontade de conhecer pessoas ali; tentativas de mudar de vida; sofrimento; episódios de abuso e violência; tudo isso se entrelaçava na Cracolândia.

As representações que homogeneízam os frequentadores desse espaço como "usuários de crack" e essa territorialidade como "a terra do crack" parecem não dar conta dessa multiplicidade. Ao invés de oferecerem mais elementos à analise e compreensão, essas

categorias engessam a observação etnográfica. Desde o primeiro dia de pesquisa, a sensação era de que não conseguiria apreender e muito menos descrever posteriormente a Cracolândia por conta de sua riqueza – algo que é compartilhado por muitos pesquisadores (ver, por exemplo, o relato de Rui, 2012). A cada dia que passava nessa territorialidade descobria outros aspectos que adicionavam ainda mais complexidade à pesquisa. A dica de uma amiga antropóloga, de que deveria parar o trabalho etnográfico quando os fatos começassem a se repetir, parecia não dar certo ali, e a pesquisa foi interrompida muito mais por uma questão de prazo.

Na Cracolândia estão emaranhados diversos grupos sociais que, por sua vez, estão atrelados a outras relações que ultrapassam seus limites territoriais. Não conseguiria dar conta de descrever e analisar todos eles, mas a ideia de ter de fazer um recorte analítico também me incomodava por deixar de levar em conta justamente o aspecto que me inquietava mais. Escolher, por exemplo, o programa municipal, ou algum grupo religioso, ou as relações entre os usuários, não parecia fazer sentido – afinal, como seria possível compreender a Cracolândia descartando suas conexões e articulações? Minha hipótese, ainda que bastante intuitiva, era a de que esse espaço se constitui como tal exatamente por esses encontros, que extrapolam qualquer temática e delimitação territorial. Ideia essa que estava em consonância com os parâmetros analíticos propostos pelo projeto temático FAPESP "A gestão do conflito na cidade contemporânea – a experiência paulista", coordenado por Vera Telles, do qual essa pesquisa faz parte (Telles et al, 2013). As referências e questões desse projeto me levaram ao tema da Cracolândia e, a partir delas, conduzi a pesquisa etnográfica e as reflexões posteriores.

Foi somente depois de me afastar da convivência na Cracolândia que pude começar a ordenar melhor os elementos importantes para a minha narrativa. Diferentemente de outros autores (Silva, 2000; Raupp, 2012; Gomes e Adorno, 2011; Rui, 2012; Frúgoli e Spaggiari, 2010), que realizaram a pesquisa por meio do trabalho de redução de danos, não conheci esse espaço pela perspectiva do *fluxo* e das relações entre os usuários. Também não estive imersa no cotidiano das diversas entidades sociais e organizações religiosas que atuam com os usuários de crack na Cracolândia, como os trabalhos de Fromm (2013) e Spaggiari et al (2010). Minha entrada em campo acabou se dando por duas vias diferentes: de um lado, acompanhei o cotidiano do De Braços Abertos junto de seus operadores da ponta e, de outro, segui o trajeto urbano de Raísa, uma jovem que conheci nessa territorialidade. Se a primeira perspectiva

propiciou compreender melhor o funcionamento do programa municipal na prática, com seus problemas e contradições, por meio dos agentes, a segunda possibilitou ver os efeitos da rede assistencial na vida de quem os utiliza, de modo que acabei saindo do território da Cracolândia, abrindo um novo escopo de pesquisa.

Raísa não era usuária de crack, mas estava na Cracolândia há algumas semanas. Tampouco era beneficiária do programa municipal ou possuía um parceiro ou parceira que fizesse uso do crack. Nenhuma das explicações usuais para a pessoa permanecer naquele espaço se encaixavam em seu caso. Vivia nas ruas há 16 anos, desde quando saiu de casa aos 6, fugindo de um pai adotivo que a abusava sexualmente. Passou por abrigos do Estado, da Igreja e de entidades sociais e pela Fundação Casa; moradias sempre intermediadas pela permanência na rua. Já maior de idade, morou na periferia da zona norte paulistana com um companheiro, que acabou sendo preso, em uma ocupação no centro da cidade, onde chegou a ser coordenadora, e em alguns albergues municipais. E, agora, estava na Cracolândia – mais exatamente, dormindo na Praça Princesa Isabel, localizada a poucos quarteirões do *fluxo*. Passava seus dias, no entanto, entre os usuários de crack e os serviços destinados a esse grupo.

Sua história não diferia muito de outras pessoas dali; pelo contrário, reunia muitos dos elementos dessas trajetórias, mas, por não consumir o crack, não era possível compreender sua estadia na Cracolândia pela questão do uso. Um caso que não aparece na representação dominante no debate público, mas que também pode passar desapercebido nos estudos que centram sua análise nas relações entre essa cena de uso, crack e usuários (cf. por exemplo Raupp, 2011). Não se trata de retirar a importância do crack na constituição dessa territorialidade, mas em compreendê-la a partir de outra perspectiva.

Raísa teve de deixar a Cracolândia depois de uma operação promovida pelo poder municipal por não ter sido inclusa na lista dos novos beneficiários do De Braços Abertos. A partir daí, em um curto intervalo de tempo, passou por diversos espaços institucionais, chegando, por fim, a uma ocupação de moradia em Pinheiros. Ao acompanhá-la, em pouco menos de um mês, transitei por diversos espaços: Cracolândia, albergue, centro de convivência, complexo assistencial, ocupação na periferia, ocupação no centro. Seu deslocamento colocou diversos desafios à minha pesquisa – que se reconfigurava abarcando novos territórios além da Cracolândia –, mas também possibilitou uma outra forma de olhar para esse espaço.

A sociologia urbana de Vera Telles (2010) foi fundamental para essa guinada. Rompendo com escolas tradicionais, a autora propõe abandonar as definições prévias de cidade e as abordagens temáticas pelas quais o urbano é recortado para compreendê-lo a partir de seus nexos e articulações (ibidem, 86-7). Como explica Telles (ibidem), trata-se de criar um plano de referência que permita abarcar, descritiva e analiticamente, as experiências de personagens urbanos que, como Raísa, circulam em diferentes espaços e territórios da cidade. Trânsitos e percursos que acabam sendo escamoteados por definições prévias e codificadas, construídas nas políticas urbanas e sociais, no senso comum e nas próprias pesquisas urbanas (Telles, 2015: 22).

Isso significa que classificar Raísa como usuária de crack, por estar na Cracolândia, ou moradora de rua, por dormir em uma praça, ou em situação de vulnerabilidade social, por usufruir de instituições assistenciais, ou sem-teto, por morar em uma ocupação de moradia, seria reduzir demasiadamente sua trajetória a alguns aspectos delimitados previamente. Se esse problema teórico-metodológico é genérico, podendo ser aplicado a qualquer trajetória, no caso individual de Raísa se adensa, pois ela é, ao mesmo tempo, todas essas categorias, apesar de não conseguir se encaixar em nenhuma. E é exatamente por se movimentar entre essas definições que seu percurso ofereceu um roteiro analítico para essa pesquisa, abrindo a perspectiva de analisar o processo de produção dos espaços urbanos para além de suas delimitações territoriais ou administrativas. "A" Cracolândia, "o" albergue, "a" ocupação se encadeiam de tal forma em seu trânsito que outra dimensão aparece: é também no fluxo de pessoas, códigos e referências que eles se constituem.

Se, segundo Telles (2010), são esses personagens urbanos que "nos oferecem os fios e trilhas que precisamos perseguir para apreender as conexões que tecem os mundos sociais" (ibidem: 96), o que importa no trajeto errante de Raísa é compreender suas *passagens* de um espaço para o outro. Da Cracolândia até as ocupações, procurei compreender tanto as dinâmicas pelas quais ela foi expulsa dos lugares, o que implicou em sua circulação permanente, quanto as articulações e nexos construídos de um espaço ao outro. Foi assim que um percurso aparentemente disparatado, entre territorialidades tão distintas, foi ganhando sentido, até evidenciar dinâmicas e formas de apropriação da cidade.

Como e por que Raísa chegou à Cracolândia sem consumir ou vender crack? Essa é a pergunta de partida dessa pesquisa que propiciou amarrar suas duas pontas: tanto o percurso urbano de Raísa quanto a etnografia do cotidiano dos programas estatais na Cracolândia,

sobretudo o De Braços Abertos, inspirada pela literatura da antropologia do Estado (Das e Poole, 2008; Ferguson e Gupta, 2002).

Sobre o uso do termo Cracolândia

O termo Cracolândia foi cunhado nos anos 1990 em São Paulo pela imprensa local para se referir às ruas da região central da cidade, sobretudo do bairro da Luz, nas quais pessoas se reuniam para comprar e usar o crack (cf. Frúgoli e Cavalcanti, 2012; Rui, 2012: 189; Uchoa, 1996). Apesar de sua origem localizada, o termo logo se generalizou na linguagem cotidiana, abarcando, inclusive, espaços com as mesmas características em outras localidades e cidades brasileiras (Frúgoli e Cavalcanti, 2012). A categoria aparece até mesmo na pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), encomendada pelo governo federal por meio do programa "Crack, é possível vencer", para designar novos redutos de uso de crack.

Rui (2012: 197) aponta que, atualmente, consumo de crack e Cracolândia se tornaram sinônimos de modo que esse termo é acionado para designar qualquer tipo de reunião de usuários em um espaço público. Frúgoli e Cavalcanti (2012: 73) chamam atenção para este problema, assinalando um "excesso de significados" da expressão, semelhante ao processo de disseminação das palavras "favela" e "periferia". Os autores ainda notam que o termo passa a carregar também representações sociais estigmatizantes e repletas de normatividade para designar usuários de crack, a substância em si e suas relações com a violência e a cidade (cf. também Raupp e Adorno, 2011).

Isso levantou uma série de questões: enquanto pesquisadora, deveria ou não adotar a palavra Cracolândia para me referir a essa territorialidade? Ao utilizar o termo, estaria disseminando uma representação social que possui efeitos concretos negativos em determinados grupos sociais? Se Cracolândia se refere a uma territorialidade, por que não usar o nome do bairro no qual se insere? Longe de ser um problema exclusivo meu, essas são perguntas bastante polêmicas colocadas no campo político da Cracolândia e que exigem um posicionamento de todos aqueles que pretendem criar algum tipo de narrativa sobre esse espaço, seja ela de pesquisa, ativismo, trabalho.

Entre os trabalhos acadêmicos, predomina a opção por usar o termo entre aspas para designar seu caráter de representação social e política (Rui: 2012; Raupp e Adorno, 2011; Silva e Adorno, 2013; Fromm, 2013; Magalhães, 2016; Menezes, 2016; Souza, 2015). Para justificar essa opção, Rui (2012) recupera o trabalho de Schicchi, no qual não há utilização nenhuma da

palavra e, apesar de "reconhecer o esforço empregado", afirma que em seu caso seria inviável não utilizar o termo, por se referir a uma sociabilidade específica, bastante diferente da observada na região adjacente (ibidem:197).

A alternativa de nomear essa territorialidade como bairro da Luz também me parece bastante problemática por diversas razões. Em primeiro lugar, como argumenta Frúgoli Jr (2012), a representação dessa região por meio da polarização entre Cracolândia e projetos de revitalização, como o Nova Luz, predominante no debate público, eclipsa a presença de uma série de atores e dinâmicas espaciais, para além dos usuários de crack, de modo a simplificar este cenário urbano e seus processos de transformação. Em segundo lugar, para o autor, a Cracolândia se configura enquanto um "território itinerante", de modo a se deslocar por ruas que ultrapassam as delimitações administrativas dos bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elísios. Em terceiro lugar, como destacou Rui (2012) e Frúgoli (2012), a Cracolândia se diferencia de outros espaços por possuir uma rede de atores específica, engendrando sociabilidades e relações. Trazendo essa discussão para a análise da presente pesquisa, Raísa, por exemplo, não foi morar nas ruas "da Luz", ou da "Santa Ifigênia", mas sim da Cracolândia. Assim como eu, enquanto pesquisadora, estava interessada nesse espaço social e não no bairro como um todo.

Durante a pesquisa, não foram poucas as ocasiões em que presenciei trabalhadores dos programas estatais refletindo sobre o uso do termo. Em uma reunião do coletivo Sem Ternos, constituído por operadores desses projetos preocupados em construir uma forma de ativismo na Cracolândia, foi discutida e adotada a posição de usar a expressão com a finalidade de atribuir a esse território e seus frequentadores um sentido positivo. Assim, em oposição a representação predominante que estigmatiza os usuários, o grupo criou um bloco de carnaval, que teve sua segunda edição em 2016, chamado de "Blocolândia", junto dos usuários de crack. O refrão da marchinha de seu primeiro desfile, em 2015, fazia referência direta ao crack: "alô família, o bloco da pedra tá na rua / a rua é minha, a rua é sua". Segundo organizadores, uma das propostas do bloco, que desfila pelas ruas adjacentes da Cracolândia, é mostrar que os usuários tem habilidades, aptidões e histórias para contar. Como afirmou Raphael Escobar: "esse é o momento em que eles (os usuários de crack) podem mostrar que têm vida, que são seres humanos, que cantam… mesmo com o preconceito todo da vizinhança, quando o bloco saiu na rua, tava todo mundo com a cabeça pra fora da janela, descendo e vindo dançar junto".

Há, portanto, uma tentativa de ressignificar o termo Cracolândia semelhante a um processo conduzido por coletivos e movimentos preocupados em transformar os sentidos atribuídos à "periferia" (cf. D'Andrea, 2013). Neste sentido, é necessário fazer uma marcação temporal que diferencia a presente pesquisa de trabalhos acadêmicos anteriores, como o de Rui (2012), pois os problemas agora colocados no debate político são diferentes. Se, no momento em que a autora e outros realizaram sua pesquisa, estavam se opondo a uma série de investidas cujo objetivo era o de expulsar os usuários de crack dessa territorialidade reivindicando diversos preconceitos e estigmas, quando eu realizei a pesquisa, entre 2014 e 2015, o cenário na Cracolândia era outro: esse tipo de operação não ocorria desde 2012 e o espaço era agora ocupado também por muitos trabalhadores de programas assistenciais e de saúde do Estado e projetos. Assim, quando Rui e outros autores decidiram usar as aspas para se referir a Cracolândia, estavam se posicionando dentro de uma conjuntura política junto de outros grupos a fim de se opor aos termos de disputa predominantes no debate. No momento em que conduzi essa pesquisa, o conflito havia se deslocado e os ativistas mais engajados na Cracolândia, reunidos no Sem Ternos, apontam para a necessidade de se apropriar do termo.

Nesse texto, a fim de me alinhar com o debate atual, utilizo a palavra Cracolândia sem aspas e com letra maiúscula para me referir a cena de uso de crack localizada nas adjacências dos bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elísios. Para as outras territorialidades assim nomeadas por reunirem usuários de crack, utilizo as aspas.

Esse debate mobiliza e já rendeu muitas discussões entre estudiosos e ativistas, mas parece não ter ressonância entre os frequentadores da Cracolândia. Durante uma roda de conversa organizada pelo Sem Ternos, em março de 2015, uma de suas participantes pegou o microfone e, conforme combinado em reuniões prévias, perguntou aos presentes como chamar aquele espaço: Luz? Fluxo? Cracolândia? Não houve resposta: aqueles que decidiram falar trataram de outros assuntos[6].

[6] Essa mesma cena foi relatada por Menezes (2016: 26).

Capítulo 1 - Cracolândia: campo de problemas e deslocamentos

O tráfico e consumo de crack são percebidos como um dos principais problemas sociais do Brasil na atualidade (cf., por exemplo, Rui, 2012: 2). A substância, que apareceu no país no final dos anos 1980 na periferia paulistana (Uchoa, 1998: 54), ganhou visibilidade durante as décadas de 1990 e 2000 com o aumento exponencial do número de usuários (Adorno e Raupp, 2011: 2614) e sua disseminação em cidades de pequeno, médio e grande porte ao redor de todo o território brasileiro (Fiocruz, 2013[7]; CNM[8])[9].

A particularidade trazida pelo consumo dessa "droga" é o fato de ser feito em vias públicas, produzindo territorialidades que ensejam modos de intervenção, diferentemente do consumo de outras substâncias ilícitas, como as demais derivadas da cocaína (Rui, 2012: 115). Ou seja, o uso e venda de crack tornaram-se não apenas visíveis nos espaços públicos urbanos, como também passíveis de serem localizados – o que, segundo a autora, incitou a criação de uma série de aparatos de gestão dos campos da saúde, assistência e segurança, além de ter adquirido grande visibilidade na mídia.

Há, em torno desse fenômeno, toda uma controvérsia sobre o que hoje se chama de "epidemia do crack". Dados de pesquisas revelam que esse consumo tem se apresentado em diversos municípios brasileiros (CNM), mas essa população, segundo Fiocruz, representaria apenas 0,08% da população das capitais dos estados ou 0,0185% da população do país. Assim, trata-se de problematizar, à luz desses dados, a proliferação de políticas governamentais nos níveis municipal, estadual e federal para lidar com seu consumo e venda. Somente no ano de 2011, duas iniciativas nacionais foram lançadas com o tema exclusivo do crack: a campanha "Crack, Nem Pensar", do Conselho Nacional de Justiça; e o programa "Crack, é possível vencer" do governo federal – este último com orçamento de R$4 bilhões. Na cidade de São Paulo, por exemplo, convivem os programas estadual, Recomeço, e o municipal, De Braços Abertos, além de uma série de intervenções de instituições e serviços estatais de saúde e assistência social, como também de instituições e organizações não governamentais (cf., por

7 Ver notícia "Maior pesquisa sobre crack já feita no mundo mostra o perfil do consumo no Brasil" do Portal Fio Cruz, 19/09/2013.

8 Segundo dados de pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CMN), autoridades de 73% de todos os municípios brasileiros afirmaram que o crack é consumido em seus municípios; entre esses, 51% alegaram que o consumo é médio e alto. Ver: http://www.crack.cnm.org.br/crack/estudos.asp

9 É importante observar que tanto a pesquisa da Fiocruz quanto a do CMN foram questionadas por grupos ativistas em relação a sua confiabilidade. Segundo estes críticos, houve manipulação de dados por parte de autoridades locais, pois a determinação da pesquisa do numero de usuários em cada munícipio, geraria o repasse de recursos federais. Apesar disso, considero importante utilizar os dados de ambas as pesquisas, porque seus resultados, mesmo que parciais, geraram efeitos concretos.

exemplo, Fromm, 2013; Frúgoli e Cavalcanti, 2012: 75; Frúgoli e Spaggiari, 2010; Rui, 2012b).

É importante destacar também o papel desempenhado pela imprensa brasileira na configuração do crack como um problema, não só por disseminar estigmas sobre os usuários como violentos e degradados (Raupp e Adorno, 2010: 35; Rui, 2012: 1-3), causando aquilo que Domanico (2006) denomina "pânico moral", mas também por criar uma narrativa acerca do tema repleta de normatividade. Neste sentido, é interessante observar que a primeira obra sobre o crack no país, "Crack, o caminho das pedras", foi escrita por Marcos Uchôa, jornalista da Rede Globo, a principal emissora nacional de televisão, e que em suas linhas as principais representações acerca da substância e de seus usuários já estavam presentes, incluindo a ideia de uma suposta "epidemia do crack" no Brasil (cf. Uchôa, 1998).

A Cracolândia de São Paulo, objeto de estudo desta pesquisa, possui centralidade no cenário brevemente descrito. "A mais famosa territorialidade de uso de crack no país", nas palavras de Rui (2012: 187), pautou muitas das representações, pesquisas e programas da mídia, da academia e do campo da política institucional (cf. Rodrigues et al., 2012) em parte por ser a primeira territorialidade de uso noticiada (Uchôa, 1998; Frúgoli e Cavalcanti, 2012: 73), mas também por se localizar no centro da maior cidade brasileira (Raupp e Adorno, 2010).

Em estudo comparativo sobre a Cracolândia paulistana e as "cracolândias" cariocas, Frúgoli e Cavalcanti (2012) observam que, em todos os casos, elas se constituem em espaços de interstício entre grandes intervenções inacabadas de "revitalização" urbana, realizadas pelo poder público a fim de tornar essas regiões mais atraentes ao mercado. De certo modo, isto explicaria a formação desse tipo específico de territorialidade em determinados locais da cidade – e não em outros –, colocando-as em diálogo com a história urbana local.

A conclusão dos autores possibilita inverter a ideia de que as intervenções urbanas surgem em consequência da presença de "cracolândias" ou como forma de resposta a essas territorialidades, como é possível notar no debate político que se centra na polarização entre "revitalização" e "degradação" (cf. também Frúgoli e Sklair, 2009). Seguindo esta ideia, é possível discutir se a própria noção de "cracolândia" surge nestes espaços exatamente por estarem no centro de disputas, relacionadas aos grandes projetos de intervenção urbana. O que nos permite senão entender, pelo menos problematizar por que apenas a reunião de usuários no centro de São Paulo recebeu atenção de tantos atores e o nome de "cracolândia", diferentemente dos consumidores da substância que já se reuniam em espaços, também

públicos, nas periferias da zona leste paulistana durante os anos 1980, conforme mostram as pesquisas de Uchôa (1998) e de Rui (2012: 42).

A questão nos leva à segunda pista levantada pelos autores (Frúgoli e Spaggiari, 2010; Frúgoli e Cavalcanti, 2012): de que a Cracolândia seria um campo de relações, de modo que não pode ser reduzida apenas ao local de consumo da substância em vias públicas. Ou seja, não é o agrupamento de usuários que cria a "terra do crack", mas uma miríade de instituições, grupos e organizações que se mantêm em relação com essa população. Segundo essa definição, as "cracolândias":

> não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome crack; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as cracolândias se instalam (Frúgoli e Cavalcanti, 2012: 75).

A partir dessas pistas, podemos inferir que o Estado e seus agentes, em toda sua diversidade institucional, também fazem parte das dinâmicas sociais da Cracolândia. Ou seja, não podemos compreendê-lo como um ator "externo" que influencia, em certa medida, as relações "internas" estabelecidas nessa territorialidade. Seguindo esta linha de argumentação, podemos apontar também que o uso de crack se tornou um *problema de gestão* nesta determinada territorialidade, e não em outras (cf. Rui, 2012).

Por estar localizada no centro de São Paulo, a Cracolândia se insere em um contexto de disputa urbana que envolve diversos grupos sociais e questões referentes ao acesso e formas de apropriação do espaço, ainda que com contornos específicos. Assim, a história dessa territorialidade, com seu campo de problemas e mudanças, está entrelaçada à do centro paulistano.

Por esta razão, para compreender como se constituiu a Cracolândia que encontrei no momento da pesquisa, considero necessário traçar um brevíssimo histórico dessa territorialidade, partindo de literatura específica.

Da "limpeza" ao "sufoco": as operações estatais

A Cracolândia está inserida em um espaço central para projetos de intervenção urbana ao menos desde os anos 1970 (Mosqueira, 2007: 57), quando surgiu o discurso da "degradação"

dessa área (Kara José, 2010; Mosqueira, 2007)[10]. Na narrativa do poder público, a região entre os bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elísios é considerada de importância fundamental por sua localização geográfica estratégica, de passagem entre o centro e a zona norte da cidade; pela infra-estrutura de vias; pelo conjunto de equipamentos institucionais, de serviços e transportes; e pelos edifícios de grande valor arquitetônico (IPHAN/9CR, CONDEPHAAT e DPH apud Moreira, 2008).

Os projetos de "revitalização" urbana se intensificaram a partir dos anos 1990, entre os quais o Projeto Pólo Luz, realizado em parceria entre os governos estadual e federal, que restaurou a Pinacoteca do Estado, a Estação Júlio Prestes e a da Luz, em 1998, e o Monumenta, financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e implementado a partir de 2000. Influenciados por um novo modelo de gestão da cidade global (Mosqueira, 2007; Kara José, 2010) os projetos passaram, paulatinamente, a apontar a revalorização imobiliária e, portanto, o investimento privado, como forma de "revitalizar" esses espaços "deteriorados". O papel do Estado seria o de dar início a esse processo de valorização imobiliária com obras de restauro dos edifícios monumentais e históricos e de reabilitação da infraestrutura local. A diretriz fica explícita no Projeto Monumenta, que a partir das orientações do BID (Mosqueira, 2007: 157), estabelece como princípio basilar garantir "condições de sustentabilidade" (apud Mosqueira, 2007), ou seja, que a região não precise receber mais investimentos públicos para sua conservação, recebendo investimento privado.

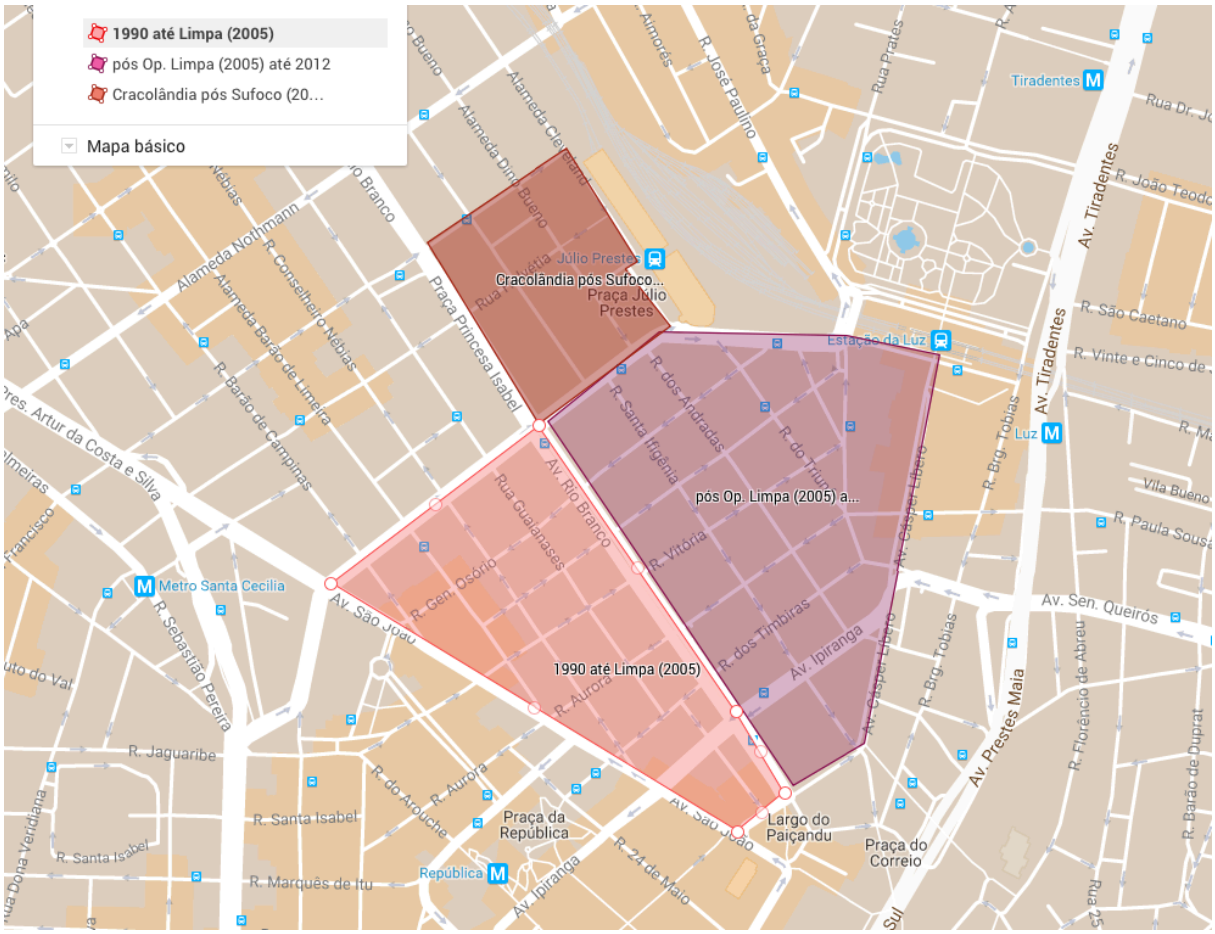
Até o Projeto Nova Luz, de 2005, a principal estratégia empregada para atrair o capital privado na Luz foi a de instalar equipamentos culturais, como a Sala São Paulo e o Museu da Língua Portuguesa, que supostamente atrairiam novos grupos sociais à região, motivando um novo fluxo de investimentos. Partia-se da ideia de que a Luz seria um ponto indutor do processo de "requalificação" urbana do centro, de modo que os projetos focaram na instalação de equipamentos culturais em edifícios restaurados, com a finalidade de atrair um novo público para a região e, consequentemente, capital privado, o que, supostamente, desencadearia um processo de "revalorização" imobiliária de toda a região (cf. Mosqueira, 2007).

[10] Alguns dos projetos são: Área Luz [escritório Rino Levi/1974], Luz Cultural [Secretaria do Estado da Cultura/1984], o Programa "Centro Seguro" e "Ação Local" criados pela Associação Viva o Centro em 1991; Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro [Procentro] em 1993; Concurso Nacional de Ideias para um Novo Centro de São Paulo, realizado pela Prefeitura e pela SEHAB, em 1996; Operação Urbana Centro, em 1997; Projeto Pólo Luz pelo governo estadual e federal, do qual resultaram as reabilitações da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Prestes e da Es tação da Luz, em 1998. Também em 1998 iniciou-se o Projeto Monumenta/BID, que foi implementado a partir de 2000, na gestão Marta Suplicy, juntamente com o Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo.

O discurso de "degradação" da Luz variou entre os programas e governos, mas pode ser resumido em alguns aspectos que perpassam as diferentes definições: a concentração de habitações sub-normais (cortiços, pensões, ocupações e barracos), pontos de tráfico e consumo de "drogas", prostituição e usos populares do espaço, como comércio informal e lojas populares (Mosqueira, 2007). Ao se propor a alterar os sentidos e formas de apropriação do espaço urbano, esse tipo de intervenção carrega uma dimensão repressiva, seja para barrar possíveis resistências de comerciantes locais e moradores, seja para deslocar pessoas que circulam no local, como os usuários de crack e moradores de rua.

Tal articulação ficou ainda mais explícita na gestão municipal de Serra e Kassab (2005 a 2009) com a Operação Limpa em março de 2005 (Kara José, 2010: 95; Fúgoli e Spaggiari, 2010), que desapropriou e demoliu diversos imóveis da área sob o argumento de servirem "como locais de incentivo a prostituição, abrigo a traficantes e dependentes químicos". Por cerca de três meses, fiscais da Prefeitura junto de policiais militares e civis conduziram inspeções e fecharam bares, hotéis, cortiços, guarda-volumes de mercadorias, ferros-velhos e outros estabelecimentos (Kara José, 2010: 141), alterando completamente a dinâmica e as formas de uso desse espaço. Também realizavam rondas ostensivas no *fluxo*, enquadrando quem estivesse ali e impedindo qualquer agrupamento no local. Segundo relatos[11], até essa época, a concentração de usuários de crack, por estar localizada em uma região de hotéis de programa, se misturava ao circuito das trabalhadoras do sexo. Com a operação, o *fluxo* atravessou a Avenida Duque de Caxias, migrando das cercanias da Estação da Luz, no perímetro conhecido como "boca do lixo", para as proximidades da Estação Julio Prestes – onde permanece até o momento de redação deste texto (ver mapa abaixo) –, e as prostitutas, sem ter onde trabalhar, também se deslocaram (ver também Frúgoli e Spaggiari, 2010).

11 Informações de entrevista concedida por membros da ONG É de Lei, em abril de 2014.



O marco da Operação Limpa foi ter estabelecido o perímetro da Cracolândia como escopo das intervenções de "revitalização" urbana, que até então tinham como alvo equipamentos culturais de ruas adjacentes ao *fluxo*. Como afirmou na ocasião o então subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, que coordenava a investida: "acabar com a cracolândia é o meu objetivo, a minha obsessão". Seguindo o mesmo raciocínio dos projetos que entendiam a Luz como um espaço cultural indutor para todo o centro, Matarazzo explica que a Cracolândia é "prioridade" de sua gestão por ser "um foco de contaminação de todo o resto", se espalhando "como um vírus"[12]. Daí o nome oficial da operação ser "limpa": em referência ao seu objetivo de retirar os usuários de crack da região (cf. Frúgoli e Spaggiari, 2010).

A investida foi duramente criticada por urbanistas, como João Whitaker e Raquel Rolnik, por membros das pastorais do povo de rua, como o Padre Julio Lancelotti, e por militantes e advogados, devido ao seu caráter higienista. O dossiê do Fórum Centro Vivo, uma articulação de diversos movimentos sociais, publicado em 2006, reuniu algumas das declarações contrárias ao projeto e reportagens da época. Ainda que a Operação Limpa tenha despertado

[12] Ver "Acabar com a Cracolândia, a obsessão de Matarazzo". Estado de São Paulo, 13/03/2005.

muitos questionamentos e denúncias de violações aos direitos humanos e sociais, não houve nenhum protesto nas ruas, somente manifestações em eventos e alguns jornais (cf. Fórum Centro Vivo, 2006).

Foi também com a partir dessa operação que o discurso crítico ao modo pelo qual as autoridades procuravam resolver o problema da cracolândia cresceu. Até mesmo comerciantes da região, que frequentemente pagavam seguranças privados para dispersar os usuários, passaram a reproduzir essa ideia, articulando-a com diversos estigmas e preconceitos: "os pilantras [usuários] saíram de lá e vieram todos para cá. Os noias precisam de tratamento, não de polícia"[13], disse um. De modo geral, afirmava-se que reprimir o consumo de crack não teria resultados concretos a não ser o deslocamento dos usuários para outros pontos da cidade e que era necessário uma abordagem da saúde (cf. Frúgoli e Spaggiari, 2010; Magalhães, 2016).

Não demorou muito para a mídia começar a reportar que a cracolândia "resistia" em um novo endereço. Além de anunciar números de prisões, encaminhamentos para serviços assistenciais, imóveis fechados ou interditados e quantidade de drogas apreendidas, as autoridades responderam às críticas com o anúncio no mesmo ano de dois outros projetos de intervenção urbana na região: o de incentivos fiscais para criação de um polo tecnológico na Santa Ifigênia, abarcando o perímetro da Avenida Rio Branco com a Duque de Caxias, Rua Mauá, Avenida Casper Líbero, Avenida Ipiranga e Avenida Rio Branco (cf. Kara José, 2010: 142); e o Projeto Nova Luz, que previa a desapropriação de 270 mil metros quadrados para mudanças de uso e ocupação do solo, a partir do polêmico instrumento de concessão urbanística (ibidem, 149). Ambos os programas tinham como objetivo não apenas incidir sobre a Cracolândia, provocando sua dispersão, mas também sobre as atividades comerciais do bairro – compostas sobretudo por pequenos e médios estabelecimentos especializados em artigos eletrônicos e de informática, equipamentos de som, carro e iluminação – , e sobre seus moradores, desapropriando para demolir cortiços, pensões, prédios, ocupações.

O entrelaçamento dos programas urbanísticos com a Cracolândia ficou explícito na fala de Matarazzo ao responder a um questionamento sobre o que aconteceria com o *fluxo* depois do fim da Operação Limpa: "a continuidade da operação, a solução efetiva, é o desenvolvimento da região, com investimentos imobiliários e a criação de universidades privadas". Assim, em

[13] Ver "Cracolândia resiste, agora em novo endereço". Folha de São Paulo, 07/04/2005.

2007, as investidas repressivas combinadas com a demolição de estabelecimentos se repetiram com as primeiras ações do Nova Luz (cf. Frúgoli e Spaggiari, 2010).

Continuando essa guinada, em 2009, a Prefeitura de São Paulo criou o Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco, no qual define a população alvo das operações a partir de atributos de vulnerabilidade (Teixeira, 2012: 332). Apesar de não definir o que seriam as "situações de risco", fica claro que se trata de uma conjunção de fatores envolvendo o uso de drogas, a vida nas ruas, a falta de emprego formal, entre outros critérios. Segundo a Portaria nº 105/2010/SMSU, um dos objetivos do programa seria "contribuir para diminuir e evitar a presença de pessoas em situação de risco nas vias e áreas públicas da cidade e locais impróprios para permanência saudável das pessoas" (item 2.2).

A medida administrativa ainda acabou por expandir o poder da Guarda Civil Metropolitana, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, atribuindo aos guardas a possibilidade de "atuar autonomamente" sem o acompanhamento de profissionais da área da saúde e assistência social no encaminhamento daquelas que são chamadas de "pessoas em situação de risco", mesmo em situações que não envolviam especificamente ocorrências policiais (itens 4.1 e 4.2) (cf. Hirata, 2012).

Também em 2009, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana criou o Programa de Recuperação e Controle do Espaço Público, que tinha como objetivo a "redução significativa do uso inapropriado do espaço público" por meio de ações de fiscalização da Guarda Civil Metropolitana. Segundo a Ordem Interna SMSU 006/2009, de 9 de novembro de 2009, que compõe o projeto, os guardas civis metropolitanos devem "alocar efetivo e os meios que forem necessários para impedir as seguintes situações" na região central: "pessoas em situação de rua acampadas ou deitadas nos bancos, nas plantas e jardins ou outros trechos de uso público" e "pessoas em situação de rua praticando mendicância[14], com ou sem crianças e adolescentes".

Ambos os programas apenas normalizaram a conduta já praticada na região pela Guarda Civil Metropolitana, como também pelas polícias Militar e Civil, de reprimir e impedir a permanência no espaço público de determinados sujeitos e grupos sociais por conta de seus

[14] A mendicância deixou de ser infração penal no Brasil, nesse mesmo ano de 2009. Ver: http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1582916/mendicancia-deixou-de-ser-infracao-penal

atributos e formas de comportamento. A partir dessas medidas, os guardas foram autorizados a deter e reprimir pessoas sem que elas tivessem infringido qualquer preceito legal[15].

Foi neste mesmo ano que Prefeitura e Governo do Estado de São Paulo criaram, em parceria, uma iniciativa para a Cracolândia denominada de Programa Centro Legal. Segundo o site oficial do programa, a operação tinha como objetivo "resgatar as pessoas em estado de vulnerabilidade, combater o tráfico e criar um ambiente propício para as ações sociais"[16]. É importante destacar que esse programa foi descrito pelo Governo do Estado de São Paulo como "parte de uma série de esforços do governo do Estado de São Paulo para a recuperação e revitalização dessa região da cidade"[17].

O programa se desdobrou na Operação Centro Legal, em 2012, uma intervenção estatal nessa territorialidade bastante emblemática, que ficou conhecida como "Operação Sufoco", sobre a qual me deterei mais à frente nesse texto. Por ora, basta adiantar que essa investida é considerada um ponto de virada (Magalhães, 2016; Rui, 2013) na forma de gestão desse espaço por ter reconfigurado seu campo político.

Muitas das pesquisas acadêmicas escritas até esse marco desempenharam um papel bastante relevante ao se contrapor analiticamente a essas operações estatais, desconstruindo seus argumentos basilares (ver, por exemplo, Rui, 2012). Enquanto a narrativa predominante no debate público, pautado pelas representações veiculadas na grande mídia e intervenções, ressaltava que o crack, enquanto substância, fazia com que os usuários perdessem sua humanidade, adotando comportamentos antissociais e até mesmo perigosos, esses estudos procuraram mostrar que a Cracolândia se constitui como fenômeno social e político e que seus frequentadores refletem, atribuem sentido e agenciam suas experiências. Questionamentos e afirmações estas que extrapolaram o campo da discussão acadêmica, de modo a se posicionar dentro de um campo de disputa política. Dessa forma, alguns desses estudos passaram a pautar críticas às formas de intervenção do Estado na Cracolândia, bem como modelos alternativos de gestão.

---

15 Sobre esse debate: "O banimento contemporâneo restringe a mobilidade urbana de setores desprivilegiados, propicia a prisão por via transversa de pessoas que originariamente não praticaram condutas tipificadas como crimes, fomenta o encarceramento em massa por meio das prisões de curta duração e contribui para a expansão da rede de controle penal. O decisivo parece estar justamente na articulação entre gestão excludente do espaço urbano, exceção jurídica e policialização de condutas consideradas de risco, tudo em nome de uma certa concepção de ordem pública e de um certo ideal de civilidade" (Telles et al, 2013: 10).

16 Ver: http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html

17 Ver notícia "Obras integram conjunto de ações para revitalização da Nova Luz" do dia 08/4/2010.

Revisão bibliográfica: deslocando o parâmetro do debate

O consumo de crack como tema de pesquisa acadêmica consolidou-se no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990, mas foi apenas nos anos 2000 que a produção se intensificou. Entre as explicações para este aumento, Arruda et al (2013) apontam a expansão do uso da substância no país aliada ao crescimento de financiamento público para pesquisas acerca do tema como, por exemplo, o decreto federal que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, em 2010. Há significativa predominância de pesquisas e estudos na área das ciências da saúde e de pesquisas realizadas na região sudeste, sobretudo referente à região da Cracolândia no centro da cidade de São Paulo. Neste texto, irei me deter apenas aos trabalhos sobre essa territorialidade.

O primeiro estudo sobre o consumo de crack no Brasil foi realizado, em 1994, em São Paulo, como parte de uma pesquisa coordenada pela Organização Mundial de Saúde em 25 países (NAPPO et al, 1994). Como relatam Fasson & Puccinelli (2010), essa pesquisa inovou ao relacionar o uso da subsância a questões sociais, como a situação de rua de muitos usuários, mas manteve sua fundamentação teórica baseada em correntes mais tradicionais da saúde pública (cf. Arruda et al, 2013), como a questão da dependência.

Neste sentido, as pesquisas desenvolvidas a partir do final dos anos 1990, por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo foram pioneiras ao reconhecer a Cracolândia, assim como o consumo de crack, como uma questão que extrapola o campo médico e sanitário, possuindo relações com processos sociais e políticos mais amplos, sendo esse um caminho de pesquisa e enquadramento teórico bastante distinto da maior parte dos trabalhos da área da saúde, nos quais os objetos ganham relevância por estarem associados a doenças ou a comportamentos de risco de disseminação de doenças, e são estudados a partir de pesquisas quantitativas de perfil epidemiológico (cf. Arruda et al, 2013; Adorno, 2008: 5). Os usuários de crack passaram a compor, então, um quadro de pesquisa que incluía também jovens de camadas populares, população em situação de rua, entre outros grupos (Lopes et al, 2008), em consonância com processos sociais e políticos, não deixando de estar inserido, entretanto, em debates mais específicos relativos às "drogas".

É na discussão acerca do estatuto da substância, no caso o crack, que podemos compreender os principais deslocamentos e propostas realizadas por essas pesquisas em ruptura com análises médico-sanitárias tradicionais, nas quais as substâncias possuem centralidade explicativa e causal. A crítica cinge à visão que explica comportamentos e associa fenômenos,

como a incidência de determinadas doenças, a partir dos efeitos bioquímicos do crack, possibilitando relacionar, por exemplo, o consumo da substância às práticas violentas, ao exercício da prostituição e à vulnerabilidade a doenças. São essas conexões que dotariam a droga de um "poder sobrenatural" (Arruda et al, 2013: 161) que viabilizam uma série de afirmações sobre o crack como uma droga devastadora e com alto potencial de dependência e dos usuários como "zumbis" sem autonomia alguma perante a substância. Representações que, para além do mundo acadêmico, se disseminaram em matérias jornalísticas, campanhas de prevenção e debates políticos, e são responsáveis por tentativas de embasar formas de lidar e resolver o problema do crack. Neste sentido, a partir da compreensão de que o conhecimento engendra intervenções, Adorno et al (2013) propõem compreender a saúde pública como um campo de disputa política (ibidem, 5), o que posiciona as pesquisas desenvolvidas dentro dos conflitos e embates em torno do crack em contraposição a outras formas de análise.

Sobre as correntes da saúde pública de que sua abordagem se afasta, Arruda et al (2013) resumem:

> O fenômeno do uso de drogas na atualidade é abordado na área da saúde tomando-se os recortes do objeto pelos efeitos da substância propriamente dita sobre o sistema nervoso central, conforme interesse da farmacologia; pela condição de dependência, conforme visto pela psiquiatria, e pelos efeitos comportamentais que alegadamente o consumo de drogas imprime aos usuários. Raramente são discutidas e abordadas as causas sociais que estão nas raízes da produção, distribuição e consumo de drogas (Adorno et al, 2013: 158).

O problema dessa abordagem, segundo os autores (ibidem), é que deixa de responder a uma série de fenômenos observados (cf. Ibidem, 164) justamente por reduzir a complexidade de problemas sociais a diagnósticos médicos (cf. Varanda e Adorno, 2004: 57). Como abordam Gomes e Adorno (2011), apenas os efeitos do crack ou a dependência química desta substância não explicam a permanência dos usuários no território da Cracolândia mesmo com tantas investidas repressivas, afinal eles poderiam sair e fumar a droga em outro local (ibidem, 572). Ou seja, o crack por si só não explica os comportamentos e as formas de vida dos usuários nem a existência - e a contínua resistência - da Cracolândia.

Para compreender a região da Cracolândia para além das representações e análises hegemônicas (cf. Adorno et al, 2013), essas pesquisas recorreram a estudos sociológicos e antropológicos sobre drogas, como os de Howard Becker e Gilberto Velho, que muito antes do surgimento do crack, já travaram o debate com abordagens mais tradicionais sobre o

estatuto da substância no fenômeno do consumo. Ao apontar que o uso não é um fenômeno homogêneo a todos os usuários, esses autores concluíram que não é adequado abordar o consumo apenas a partir das propriedades das drogas, mas que deve-se acrescentar variáveis culturais e sociológicas (Silva, 2000: 25; Adorno e Raupp, 2011: 63; Adorno et al, 2013). Como afirma Velho (1994 apud Silva: 2000: 39): "estas [variáveis] não só se somam, como complexificam as distinções que possam ser registradas ao nível da análise bioquímica".

Assim, partindo da ideia de que existem diversas formas de consumo possíveis, abusivos ou não (ibidem), procurou-se conhecer e analisar as várias significações que os usuários atribuem ao seu consumo, os modos de usar, os efeitos desse consumo nas relações sociais e identitárias, bem como as formas pelas quais os efeitos químicos do crack são modelados pelas dinâmicas sociais (Adorno et al, 2013: 12). Ou seja, existe uma tentativa de compreender a racionalidade do consumo de crack de modo a afirmar a relevância dos significados atribuídos pelos usuários, situacionalmente, a esse consumo. Dessa forma, além de romper com uma visão reificada do uso de substâncias, essa perspectiva analítica abre um novo espaço para compreender os usuários como atores e sujeitos sociais (ibidem, 7).

A pesquisa de Silva (2000) sobre as relações entre a prática da prostituição e o consumo de crack na região da Cracolândia foi pioneira dentro desse grupo. Por meio de trabalho etnográfico, a autora procurou abordar: 1) os efeitos do consumo do crack nas relações de sociabilidade entre o grupo de prostitutas da região; 2) os efeitos do consumo do crack na saúde individual, pesando também as condições sociais; 3) as estratégias de uso e auto-cuidado, presentes no cotidiano das usuárias que realizavam programas para se manter. Realizada no final dos anos 1990, quando o crack e a Cracolândia se consolidavam como temas importantes do debate público, a pesquisa de Silva (2000) buscou desconstruir representações estigmatizantes dos usuários de crack como dominados pelos efeitos da substância (ibidem, 94) e também compreender os efeitos *sociais* dessa substância. Dentro da abordagem delineada, Silva (2000) explica que entender este contexto:

> significa considerar que a busca dos efeitos desejados pode estar vinculada, também, ao circuito que os oferece e à forma de conduta apropriada para a circulação nesse espaço, construindo-se um estilo e uma estética próprios que possibilita a identificação com seus pares e pelos "outros", estabelecendo-se um padrão de sociabilidade (Silva: 2000, 1).

Segundo a autora, um dos principais efeitos da introdução do crack no circuito da rua e, consequentemente, da prostituição na região da Luz, foi a criação de hierarquias e disputas entre as mulheres e meninas que faziam programa na região. A pesquisa mostrou que as

prostitutas usuárias de crack são consideradas moralmente inferiores pelas outras, o que possui conseqüências diretas na distribuição dos pontos, com as não usuárias conseguindo os melhores locais (ibidem, 64), nas relações interpessoais de afetos e desafetos, tendo conseqüências como conflitos e brigas, inclusive físicas (ibidem, 61) e também na disputa sobre o preço do programa, com as mulheres não usuárias reclamando que o valor cobrado pelas usuárias é muito baixo (ibidem, 60).

Essa distinção, entretanto, não se limita apenas às prostitutas não usuárias e usuárias de crack, refletindo-se também na relação entre as mulheres usuárias de crack da região. O estudo de Silva (2000) mostra a existência de hierarquia interna a esse segundo grupo, no qual usuárias de crack que não realizam a prostituição para viver criticam quem exerce essa atividade. Assim, as usuárias de crack que fazem programa aparecem, no sistema classificatório da Cracolândia, como um dos elos mais frágeis.

Essas descobertas empíricas são de grande relevância porque colocam a Cracolândia como um espaço de sociabilidades e também de hierarquias e sistemas de classificação social, enfatizando diferentes estilos de vida e formas de significação presentes neste território.

Raupp (2011), em sua pesquisa de doutorado, também procurou deslocar a análise da dependência química (ibidem, 30) por meio da articulação do fenômeno do consumo abusivo de crack com outros processos sociais (ibidem, 192), procurando entender quais as relações entre o uso, a situação de rua (ibidem, 30 e 74) e a exclusão social (ibidem, 31).

As trajetórias ou o processo de tornar-se um consumidor abusivo de crack não foram abordados pela autora, sendo desenvolvidos, posteriormente, por Gomes e Adorno (2011) em um artigo que data do mesmo ano da defesa da tese (Raupp, 2011). Partindo de informações colhidas durante trabalho de redução de danos na Cracolândia paulistana, os autores abordam três histórias de vida: de um vendedor de crack, de um usuário de crack recém-saído da prisão e de uma usuária de crack. Apesar de agenciarem, de formas distintas, suas relações com a droga, as três trajetórias explicitam um caminho de vida marcado por instituições, passagens pelo sistema prisional, poucos vínculos com a família, baixa escolaridade (Gomes e Adorno, 2011: 579), que parecem predominar entre os frequentadores, usuários ou não, da Cracolândia. Todos os três, por percursos distintos, encontram nessa territorialidade possibilidades de ação e inserção, bem como de estabelecer relações e laços sociais, que não conseguiram em outros espaços. Assim, foi ali que Vejota encontrou um emprego - de vender pedras; que Oseias, sem nenhuma rede de apoio depois de ter saído da prisão, encontrou um lugar para se inserir, ainda que provisoriamente; e Shirley, mesmo com infeção pulmonar,

febre, muito mal-estar e sem poder usar o crack, permaneceu para estar com "a galera" (ibidem, 582).

A conclusão sobre o perfil dos frequentadores da Cracolândia em outro artigo (Adorno et al, 2013) parece sintetizar essa proposição:

> Um importante elemento constituinte da experiência das pessoas nesse território que nos foi constantemente narrado foi a experiência de vida, marcada por sucessivas "perdas"; econômicas, morais, emocionais. Ou a experiência de uma vida na "quebrada", palavra que significa sempre o seu lugar de origem e de moradia e que identifica uma situação de vida que é sempre recomeçada, quando se perde moradia, empregos/ocupações temporárias, se metem em problemas com a polícia e a justiça, perdem familiares e outros vínculos afetivos, e necessita-se sempre recomeçar a cada instante a partir dessa pressão da macro-estrutura social e dos serviços (Adorno et al, 2013: 8).

Essa análise propicia a Gomes e Adorno (2011, 581) outra chave de compreensão da Cracolândia: não é apenas a oferta do crack, mas a existência de uma série de relações sociais tecidas e amarradas nessa territorialidade que fazem com que a Cracolândia, mesmo depois de seguidas operações e investidas repressivas, permaneça e resista. A ideia não é completamente nova em relação aos trabalhos anteriores, que já apresentavam essa territorialidade como um espaço produtor de identidades e inserção daqueles que estão excluídos.

Ainda sobre a produção acadêmica desse campo da saúde pública, pode-se afirmar que os principais temas abordados foram: 1) as variadas formas de consumo do crack, bem como as significações dadas para esse uso para além dos diagnósticos de dependência química (Silva, 2000; Raupp, 2011; Raupp e Adorno, 2010; Gomes e Adorno, 2011; Raupp e Adorno, 2011); 2) as trajetórias desses usuários, traçando itinerários de exclusão (Varanda e Adorno, 2004; Raupp, 2011; Gomes e Adorno, 2011) e de sofrimento social (Silva e Adorno, 2013); 3) os agenciamentos e práticas realizadas para manutenção do consumo e sobrevivência, como as atividades econômicas desenvolvidas pelos usuários (Silva, 2000; Raupp, 2011; Gomes e Adorno, 2011; Adorno et al, 2013) e suas práticas de auto-cuidado na relação com o consumo (Silva, 2000; Raupp, 2011; Adorno et al, 2013); 4) a sociabilidade entre os frequentadores da Cracolândia, tratando das hierarquias entre usuários de crack que evidenciam sistemas de classificação do uso (Silva: 2000; Raupp: 2011; Gomes e Adorno: 2011), regras internas de convivência (Adorno et al: 2013) e diferenças de sociabilidade entre os usuários de crack e a população de rua (Raupp: 2011); e, 5) os significados da corporalidade dos usuários que desenvolveram relação abusiva com o crack, os chamados "nóias" (Gomes e Adorno, 2011; Silva e Adorno: 2013).

É interessante observar a presença crescente desse último tópico na bibliografia, sendo que as principais contribuições, ao menos por levantar perspectivas de pesquisa, são mais recentes. Para Gomes e Adorno (2011), o corpo do "nóia" pode ser entendido como um lugar de identidade e identificação com um grupo, funcionando como referencial - algo evidenciado pela história de Sandra Prejuízo, uma prostituta e usuária de crack antiga da região da Luz (cf. Silva, 2000; Silva e Adorno, 2013: 27). Apesar de ser detestada pelos outros usuários, houve uma grande comoção na ocasião de sua morte e um forte engajamento para que ela não fosse enterrada como "indigente". Silva e Adorno (2013: 27) interpretaram essa solidariedade entre o grupo como uma forma de reconhecimento de sua humanidade, um problema que não era apenas de Sandra, mas de todos ali que são constantemente identificados pelos seus aspectos não-humanos. Assim, lutar para que Sandra não fosse enterrada como indigente era lutar por um reconhecimento coletivo, mais que individual. É neste sentido que os autores apontam ser o corpo também um espaço de expressão e reflexividade do sofrimento, dando outra chave de compreensão para o definhamento corporal observado entre os usuários compulsivos. Em suas próprias palavras:

> O corpo e a imagem dos corpos torna-se um referencial quase que exclusivo para, no limite da situação da margem em que os sujeitos se encontrem, *mobilizarem o próprio corpo e seus desejos, ou então representar em sua própria pele a sua história* dentro das fronteiras colocadas pelas ações que procuram reprimí-los ou deslocá-los. Assim a "vulnerabilidade" torna-se uma questão reflexiva e não vitimizadora do sujeito frente à ação do Estado e particularmente da saúde" (Silva e Adorno, 2013: 22 - grifos meus).

Ou seja, os autores apontam que o próprio corpo pode ser agenciado para expressar e refletir histórias de sofrimento e exclusão.

A corporalidade dos "nóias" foi o objeto central da tese de doutorado de Taniele Rui (2012). A antropóloga, assim como os autores mencionados anteriormente, procurou problematizar as representações dominantes acerca do crack e de seus consumidores, que os acusam e agrupam a partir da figura dos "noias". A autora recupera, assim, algumas descrições veiculadas em reportagens que enfatizam a perda de laços sociais e afetivos, padrões morais e estéticos, e de noções básicas de sociabilidade: tratam-se das histórias de uma ex-modelo - agora, sem os traços de beleza - que realiza programas a preços irrisórios em lugares sujos e impróprios; da ex-gerente de banco que dispensou a ajuda da família para ficar na Cracolândia; e de tantos outros. A narrativa enfatiza o "antes e depois" do consumo da droga, determinando sempre como eram elegantes, educados e agora, se comportam de forma obscena, não parecem ser os mesmos, são "irreconhecíveis" (Rui, 2012: 2). É na reconstrução desses discursos que Rui

nota o estabelecimento de uma conexão entre comportamentos e marcas corporais como se o definhamento social e moral, a que supostamente os usuários de crack estão submetidos, fosse encarnado em seus corpos (ibidem., 6). A autora ainda aponta para uma contradição interna nas representações: apesar da substância ser entendida como detonadora dessa situação, os aspectos mencionados como característicos dos usuários não têm relação direta com os efeitos desencadeados pelas substâncias químicas do crack (como queimaduras, convulsões, falta de ar, taquicardia, paranóia). Como afirma:

> Supostamente submetidos aos "poderes devastadores" da substância, os usuários de crack escapam às nossas noções de higiene, de asseio corporal, de cuidado com a saúde e com a estética; logo também, às nossas noções de sujeira e de desmazelo corporal; eles invertem radicalmente as nossas concepções de autonomia individual e, acima de tudo, nos questionam acerca dos limites da experiência humana (ibidem., 8).

Ou seja, a questão corporal, colocada em termos de gestos, traços e marcas, é central na construção dessa representação e por isso, a antropóloga opta por centrar sua pesquisa nos corpos dos "noias". Rui propõe compreender essa corporalidade, que é de certa forma imaginada mas, ao mesmo tempo, concreta, a partir da noção de abjeto, pontuando que esses corpos causam abjeção não tanto por sua sujeira ou possibilidade de transmitir doenças, mas sim por perturbarem sistemas de identidade, classificação e ordem (ibidem, 10).

Para essa narrativa, é como se o consumo do crack acarretasse, invariavelmente, um processo de "degradação" em todos que ousassem o consumir, independentemente de classe social, idade, gênero e trajetória (ibidem, 9). Assim, as experiências dos usuários são homogeneizadas e agrupadas na figura dos "noias" ou dessa corporalidade abjeta. Rui não observou, no entanto, essa correlação em sua pesquisa etnográfica em duas territorialidades de uso em vias públicas no bairro do Parapanema (Campinas) e na Cracolândia de São Paulo. Pelo contrário, nesses cenários, a antropóloga notou que os "noias" correspondem a apenas uma pequena parcela dos consumidores presentes: "aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção" (ibidem, 9). Entre os usuários, essa categoria é bastante plástica, sendo aplicada para distinguir variadas formas e gradações de consumo do crack e para marcar identidades e situações.

Mais do que desconstruir a argumentação de que todo o uso de crack acarreta em uma corporalidade específica, Rui desloca o debate ao concluir que essa figura é altamente potente, uma vez que embasa a produção de gestões, alteridades e territorialidades. Segundo a

autora, é a partir desses corpos abjetos que se cria um aparato assistencial, repressivo e sanitário do Estado, mas também de organizações religiosas e do tráfico, uma série de saberes, relações identitárias e espaços urbanos (ibidem, 12).

Para melhor compreender sua tese, exponho seus argumentos em três tópicos, nos quais agrupei descrições empíricas, hipóteses e conclusões que não necessariamente aparecem juntas na obra: descrição da corporalidade abjeta; como essa se constitui; e o que engendra em termos de gestão, alteridade e territorialidade, procurando trabalhar o que a autora entende por esses conceitos.

Trata-se, primeiro, de compreender quais os elementos e aspectos que compõem aquilo que Rui denomina de "corpo abjeto". A tarefa de descrever empiricamente essa corporalidade, segundo a autora, foi um de seus principais desafios com a pesquisa. Por um lado, significa decifrar o que faz alguns serem considerados "noias" e outros não; por outro lado, abordar características visíveis (ibidem, 284). A sujeira (ibidem, 263 - 264) é o primeiro desses elementos e faz convergirem tanto a experiência de viver nas ruas quanto a de consumir o crack (ibidem, 269), sendo representada pelos cabelos sebosos, roupas encardidas, pele suja e com crostas, além do cheiro forte. Mas, aponta a autora, existem especificidades relacionadas ao uso constante do crack (ibidem, 269), das quais destaca as quatro mais importantes: dentes e dedos com manchas amarelas; lábios machucados e rachados; perda de peso; e voz rouca (ibidem, 270). São marcas consequentes dos efeitos concretos da substância com o consumo repetido, que se cravam nos corpos de alguns usuários, de modo a denotar uma forma de uso abusiva (ibidem, 272). É a presença e conjunção dessas marcas corporais que faz o usuário se aproximar ou se afastar da condição de "nóia". Ou seja, esses traços são importantes por indicar, visualmente, tipos de consumo e de usuários de crack, permitindo distinguir uns de outros, uma classificação que envolve valorações morais e simbólicas. Isso fica claro na definição nativa sintetizada por Rui:

> Um *nóia* é, segundo os usuários e abstratamente, uma pessoa que traz em primeiro plano uma imagem degradada, produzida gradualmente a partir da combinação de uso intenso da droga, sujeira, marcas de desgaste e emagrecimento. Ou seja, porções extremas de todos esses "ingredientes" resultam em uma corporalidade repulsiva, a qual se atribui falhas morais. Figura tão deplorável, é mais um atributo do que propriamente uma materialização: um *nóia* é aquilo que não se deve ser, aquilo que o próprio *nóia* não quer ser (ibidem, 280).

Apesar de não ter encontrado ninguém que se definisse como "noia", observando que o termo era aplicado apenas para designar outras pessoas, Rui observa que os usuários refletem sobre

sua própria *situação*, utilizando a categoria como um estágio limite ao qual não se quer chegar, mas se pode estar próximo (ibidem, 249 e 264). Assim, um dos casos citados pela autora é o de Genivaldo, que ao encontrar com um conhecido de infância na rua, preferiu se esconder a ser reconhecido e visto numa situação que considera vergonhosa (ibidem, 255). Essa é a mesma razão apontada por outros usuários para não se encontrarem com familiares; para isso, precisam se cuidar e melhorar (ibidem, 249 - 257). Para a autora, esses casos indicam que os usuários não estão alheios ao processo de definhamento corporal a que se submetem; muito pelo contrário, refletem sobre ele, em tentativas de compreender e explicar como chegaram a essa situação (ibidem, 264), e também se julgam, aplicando para si mesmos muitos dos preconceitos a que estão submetidos (ibidem, 266). Rui observa, assim, que do ponto de vista dos usuários, essa corporalidade aparece como a materialização de más decisões do passado e do presente (ibidem, 263) - ter largado a escola ou um trabalho, continuar fumando pedra, por exemplo -, havendo um discurso bastante forte de auto-responsabilização (ibidem, 257).

A partir dessa percepção, a autora consegue apontar, ainda, mais um sentido envolvido na permanência das territorialidades de consumo do crack, como a Cracolândia ou a linha do trem do Parapanema: a identificação de que nesses espaços, todos compartilham de histórias marcadas por "fracassos" (ibidem, 257). Como afirmou Genivaldo à Rui (ibidem, 256), em referência ao episódio citado anteriormente: "Eu não devia ter saído daqui, eu não devia ter ido andar pela cidade, porque aqui nessas ruas é todo mundo mais ou menos igual, meio fracassado que nem eu e a gente meio que saca isso, a gente se entende assim".

Segundo Rui, existe, portanto, uma centralidade do corpo na experiência de uso do crack por ser este um demarcador de fronteiras e identidades. Ter marcas de sujeira e do consumo constante da substância ou não possui efeitos concretos nas variadas relações sociais, seja entre usuários, com traficantes, com agentes do Estado, com redutores de danos, com familiares, ou com transeuntes (ibidem, 284). O "noia" está mais exposto aos diversos tipos de intervenção, incluindo incursões violentas, e aos julgamentos e interdições morais. É dentro desse escopo que a autora procura analisar o autocuidado entre usuários. Essas técnicas, muito exploradas pelos trabalhos de Adorno, Silva e Raupp, aparecem como uma forma de transformar ou manter não apenas seu corpo, como também suas relações sociais. Neste sentindo, podemos compreender melhor a tese central de Rui de que os corpos abjetos produzem alteridades, territorialidades e gestões.

No que diz respeito à criação de relações de alteridades, a própria noção de "nóia" implica em divisões de grupos, dependendo também do ponto de vista do ator que classifica. Assim, essa categoria serve, por um lado, para distinguir não usuários de usuários de crack, sendo utilizada dessa forma por grande parte das representações de quem está "de fora" desse mundo; e por outro, entre os próprios usuários, a fim de diferenciar variadas escalas de consumo e de definhamento corporal, de se estar melhor ou pior que alguém (ibidem, 280). Em ambos os casos, essa figura aparece como uma "alteridade radical" (ibidem, 166), aquilo que não se quer nem deve ser, servindo de limite para a construção do próprio eu e de sua moralidade. Como já afirmado, os próprios usuários que vivem esse processo corporal o sentem, refletindo sobre sua situação, apresentando sensações de vergonha e embaraço.

Mas é também nesta relação de alteridade, ao notar que chocam quem os vê, que os usuários mais próximos dessa categoria extrema experimentam seu poder (ibidem, 283). Apesar da autora não se deter sobre isso nem tratar de nenhuma situação específica, ao ler essa conclusão, pude associá-la com um episódio que presenciei durante pesquisa etnográfica que realizei na Cracolândia. Um usuário com roupas bastante sujas passava entre as pessoas que participavam de uma roda de conversa próxima ao fluxo, mostrando a todos, com certo prazer, uma grande verruga vermelha que tinha no meio da cabeça. Parecia estar gostando de assustar tantas pessoas, como eu, que estavam ali, mas não eram usuárias de crack. Uma sensação que, como aponta Rui, é sempre ambígua: misto de embaraço e poder (ibidem, 282).

É também nesse sentido e sempre nesse jogo com o outro que a autora analisa como usuários de crack agenciam seu corpo dependendo da situação. Roseane, por exemplo, conseguiu manejar sua aparência em uma reportagem para não aparecer, em rede nacional, como usuária de crack e sim, como uma mãe trabalhadora - o que ela também é, mas sabia que não apareceria dessa forma caso afirmasse para o repórter que fazia uso (ibidem, 293): um agenciamento semelhante ao conceituado por Gregori em pesquisa sobre meninos em situação de rua, no qual apresenta a ideia da "viração" (apud Rui, 267).

A característica do "abjeto" deve ser compreendida tendo em vista essa relação de alteridade, uma vez que estão diretamente imbricados. Utilizar uma categoria para definir o corpo do outro e, assim, o seu próprio, é além de um exercício de alteridade, uma forma de classificação. Baseando-se na teoria de Alba Zaluar sobre a exclusão, Rui desenvolve essa ideia em um pressuposto, que afirma guiar toda sua tese: "é o corpo imaginado do *nóia* que radicaliza a alteridade, na medida em que constitui, de diversos modos, um tipo social fundado a partir da exclusão" (ibidem, 9). Como a autora explica, na esteira de Zaluar, toda

classificação produz exclusão e isso é uma questão de ordem teórica, sendo necessário analisar como se manifesta na prática política.

Sua pesquisa etnográfica foi desenvolvida na linha do trem do bairro de Parapanema em Campinas, onde diversos usuários permanecem usando a substância de modo mais isolado, e na Cracolândia de São Paulo, um espaço de uso em vias publicas totalmente abertas à passagem e visão (ibidem, 112 – 115).Rui chegou a essas territorialidades justamente por estar interessada em estudar os usuários dentro de seus contextos de uso, e não um bairro ou uma área urbana em si (ibidem, 110). Neste sentido, procurou compreender a dinâmica social desses espaços, compreendendo como aconteciam as interações entre os usuários e outros atores presentes ali. Assim, ao invés de procurar compreender por que os usuários se dirigiram a essa territorialidade e como foi sua produção, a autora se perguntou mais porque permaneciam nestes espaços (ibidem, 116). Sua pesquisa acabou por abordar, portanto, muito mais como se constituem as relações sociais entre os usuários e em suas relações com atores locais, o que variou segundo a territorialidade. Em sua pesquisa na linha de trem do Parapanema, Rui analisou como se davam as interações entre os usuários e com os traficantes locais; já na Cracolândia, sua etnografia se focou mais em observar os muitos atores presentes no território.

Assim como o campo de pesquisas da saúde abordado no início deste texto, Rui também entrou no debate sobre consumo de crack e sociabilidade, adotando uma posição bastante semelhante ao considerar que, ao contrário de uma visão dominante, são criadas redes de solidariedade e afetos entre os usuários. A partir da observação de alguns personagens encontrados na linha de trem de Campinas, a autora percebe a existência de laços de proteção e convívio, que funcionam como uma forma de garantir sobrevivência. Assim, por exemplo, Roger, um jovem usuário e em situação de rua, possuía o apoio e proteção de Seu João, um usuário mais velho, que o defendia dentro do grupo quando "vacilava" (ibidem, 131). A autora observa, no entanto, que não existem posições nem relações fixas, apenas situacionais: Seu João, por exemplo, acabou por ser expulso do local por ter se envolvido em brigas maiores; ele passava de protetor a agressor dependendo da situação (ibidem, 132). Ou seja, não existe apenas solidariedade entre os usuários, mas esse é um fator bastante importante no que tange à sociabilidade local, não sendo possível fazer coro às concepções que colocam o crack como detonador de relações sociais (ibidem, 133). Outro aspecto bastante relevante apontado por Rui é a característica intensa e fugaz desses laços, sempre abertos à reavaliação e imprevistos (ibidem, 133).

A cena de uso da linha de trem do Parapanema era bastante afastada e isolada, de modo a não adentrar as ruas da favela e das outras casas,mantendo-se segregada. Segundo a autora, não é apenas o consumo de crack que fica restrito a esse espaço, mas a própria circulação de seus usuários mais assíduos, aqueles vistos como "noias" (Rui, 2012: 126). Procurando compreender essa divisão não apenas espacial, mas também simbólica, Rui passa a analisar a relação estabelecida entre usuários e traficantes locais (ibidem, 137).

Os traficantes locais, que pertenciam ao bairro do Parapanema, reclamavam constantemente que os "noias" atrapalhavam a dinâmica de seu ponto de venda por ir e voltar muitas vezes em um mesmo dia, o que, segundo eles, poderia chamar atenção da polícia ou embaraçar novos compradores (ibidem, 138). Para evitar essa circulação, o chefe do tráfico do bairro tomou uma série de medidas: um vendedor foi alojado na própria linha do trem, de modo a evitar que os usuários adentrassem no bairro para comprar o crack (ibidem, 139); proibiu a venda de pedras picadas, sendo comercializada apenas a pedra inteira no valor de 5 ou 10 reais (ibidem, 138) para evitar tanto o vai e vem diário quanto as "moedinhas" (ibidem, 140); organizavam-se filas nas biqueiras para lidar com a espera de quem queria comprar ou receber por algum trabalho realizado (op. cit., 135); e, por fim, construiu-se um barraco na linha do trem para os usuários consumirem a substância dentro dele; quem se recusasse, iniciaria um conflito (ibidem, 141).

Tratam-se de mecanismos para controlar e, sobretudo, organizar a circulação dos usuários. Essa série de regras não eram aplicadas, no entanto, aos usuários ocasionais de crack que moravam no bairro ou passavam ali para comprar a substância (ibidem, 138), mas destinadas aos consumidores mais assíduos da pedra, ou seja, aos "noias", que permaneciam com maior constância na linha de trem. Por isso, a autora compreende ser uma gestão do tráfico não sobre todos os usuários de crack, mas somente àqueles considerados "abjetos" (ibidem, 166). Além de uma questão meramente estratégica, Rui afirma que, nessa gestão, existe uma forte valoração moral. Dessa forma, ela investiga, brevemente, as orientações do PCC (ibidem, 117) que parecem guiar os ideais dos traficantes locais e a forma com que os usuários considerados abjetos eram tratados no Parapanema. Seu argumento, de forma resumida, é de que os "noias" são assim classificados por desrespeitarem o *proceder* do crime, supostamente rompendo com laços comunitários e perdendo o autocontrole (ibidem, 149). Assim, se no Parapanema há uma série de medidas de controle de circulação, nas quebradas há o mecanismo da interdição, em que o traficante local proíbe a venda do crack para determinada pessoa ou a expulsa da comunidade (ibidem, 149). Nas palavras de Rui (ibidem, 150):

> (...) este campo das interdições parece envolver não só um processo histórico de novas regulações nesses territórios, como também noções muito particulares de comportamento desejável e respeitável, de cuidado corporal e de ajustes a orientações, consensuadas pelo PCC, em torno do que é o certo.

É neste sentido que podemos compreender sua argumentação de que são essas corporalidades abjetas - e não apenas o uso do crack - que produzem gestões. Ou seja, no centro dessas gestões, estão relações de alteridade e, portanto, formas de classificação - e exclusão -, que se tecem localmente com os grupos sociais presentes. Assim, por mais que a linha do trem do Parapanema possua semelhanças com a Cracolândia de São Paulo, as relações sociais estabelecidas são bastante diferentes, pois os efeitos de consumir e exibir essa corporalidade num local abandonado de um bairro periférico não são os mesmos do que aqueles em vias públicas no centro de uma grande cidade (ibidem, 117). Dessa forma, se na periferia prevalece a gestão do tráfico, o mesmo não se pode dizer da Cracolândia paulistana, onde uma ampla gama de atores e grupos sociais se entrecruzam (ibidem, 189).

A partir do caso empírico da cracolândia, Rui procura analisar a gestão do Estado sobre os "corpos abjetos". Debatendo com uma visão que aponta a falta de Estado nessa territorialidade, a autora pontua que ali há, na verdade, Estado em demasia (ibidem, 198). Em sua interpretação, não há unidade na ação estatal nesse espaço, que se divide em dois polos opostos: repressão e cuidado, o que se expressa nos conflitos e disputas entre as polícias e as equipes de saúde e assistência social (ibidem, 199).

A hipótese lançada por Rui é de que a gestão dos usuários de crack, seja a realizada pelo crime na periferia, seja pelo Estado na Cracolândia, procura orientar e organizar sua circulação. Em suas próprias palavras, "geri-los implica em alocá-los em determinados espaços e circunscrever seus trânsitos" (ibidem, 231). Isso porque, segundo a autora, "a suposição de que [os usuários de crack] tenham perdido o controle vem acompanhada da suposição e do risco de que os outros também percam o controle sobre eles". Trata-se, portanto, de um problema urbano.

A autora, no entanto, acabou por não desenvolver essas questões de modo mais profundo - afinal, sua tese central cingia mais sobre a corporalidade abjeta. Tanto no que se refere à atuação estatal na Cracolândia quanto à compreensão de como essa territorialidade se torna um problema político e de gestão, ainda será preciso fazer mais pesquisa e análise. Entendo que um dos tópicos importantes de se problematizar é a oposição desenhada por Rui entre cuidado e repressão, como dois polos em contradição dentro do funcionamento do Estado. Se não é possível aqui desenhar uma resposta, cabe questionar como se articulam diferentes

forças e vetores no âmbito do poder estatal neste espaço determinado, compreendendo também suas relações com atores locais.

Ainda no campo da antropologia, mas sob uma perspectiva diferente de Rui (2012), existe uma pesquisa etnográfica extensa sobre a região da Luz, que abarca também a Cracolândia. Realizado por uma equipe coordenada por Heitor Frúgoli, este estudo, que ocorreu entre 2008 e 2010, procurou se centrar na descrição de agentes, relações sociais e conflitos do bairro, eclipsados pela polarização entre o Projeto Nova Luz e a Cracolândia. Segundo Frúgoli Jr. (2012), predomina no debate público sobre da Luz uma concepção de realidade dicotômica que opõe programas de "revitalização" a espaços de "degradação", representados na prática do uso do crack. O autor argumenta que esta representação, além de não ser a única acerca dessa região, obscurece a presença de uma série de atores e dinâmicas espaciais, simplificando este cenário urbano e seus processos de transformação. Assim, os autores não tratam apenas da Cracolândia, mas de diversas redes que se entrecruzam na Luz, ao pesquisar o público frequentador dos equipamentos e de outras práticas culturais, moradores em diferentes edifícios e as entidades sociais atuantes na região. Por meio dessas pesquisas, é possível construir um panorama bastante complexo desta região, que embaralha diagnósticos como o de "gentrificação" da Luz, bem como da especulação imobiliária, que aparece sendo agenciada por moradores.

O espaço da Luz reúne variadas formas de habitação popular: cortiços, pensões, ocupações de movimentos de sem-teto e edifícios (Frúgoli e Chizzolini, 2010: 29 – 30). Nestes locais, atores com diferentes práticas espaciais e múltiplas representações sobre elas se cruzam, constituindo uma miríade de rede de relações e perfis sociais.

A partir da etnografia em alguns edifícios, a pesquisa mostra que nestes locais vivem famílias imigrantes, com atividades econômicas vinculadas, sobretudo, ao comércio informal, mas também às oficinas de costura da região (ibidem, 41); famílias brasileiras, originárias, em grande parte, do nordeste; estudantes e trabalhadores da região, incluindo mulheres e transexuais envolvidos em prostituição (ibidem, 31). Além do comércio informal, as atividades econômicas incluem pequenos proprietários de lojas e apartamentos da região central; trabalhadores independentes, como vendedores de alimentos caseiros e taxistas (ibidem, 36); pessoas ligadas ao tráfico de entorpecentes; entre outras.

A pesquisa ainda desconstruiu a ideia - predominante no debate público sobre este espaço - de que a principal fonte de conflitos na Luz se dá nas relações com os usuários de crack (ibidem, 30 e 38). Como argumentam os autores (ibidem, 46), esta noção relacionada à polaridade

entre projetos de "revitalização" e espaços de "degradação" acoberta uma série de relações conflituosas dentro dos próprios edifícios e entre seus moradores, que podem ter finais bastante violentos, como explicitam os casos de dois moradores (ibidem, 32 e 41). Estes conflitos se relacionam tanto com a divergência de interesses dos moradores (ibidem, 41), passando por acordos para manter o edifício como base de atividades ilegais como o tráfico de entorpecentes e de produtos, como também com as dinâmicas microscópicas de especulação imobiliária, que envolvem estratégias individuais de moradores para se beneficiar com este processo, em confluência com as ações estatais (ibidem, 40), prejudicando ou incomodando outros (ibidem, 47).

A pesquisa também procurou acompanhar práticas e representações presentes na atuação de entidades sociais na região da Luz, focadas no atendimento de diferentes públicos identificados como "vulneráveis" – mulheres em situação de prostituição, crianças de rua, usuários de crack, travestis (Spaggiari et al, 2010). Além de analisar a relação dessas organizações com seus públicos-alvo, a etnografia tratou também de como essas se relacionam entre si e com outros atores presentes nesse espaço, como o Estado.

Neste sentido, é interessante notar que as entidades disputam entre si por formas de atuação, propostas e legitimidade frente a seus públicos-alvo, e também pelos significados e representações acerca da Luz e de seus atores, mas são marcadas por variações situacionais de modo a se unirem e criarem alianças em determinados momentos (ibidem, 81). Desse modo, apesar de possuírem linhagens políticas e rede de relações diversas, todas as entidades estudadas convergem quanto à crítica às ações estatais na região, denunciando-as como formas de expulsar a população local.

Vale destacar a conclusão dos autores acerca da centralidade do crack neste espaço por criar relações e disputas entre os diferentes grupos presentes nesta cena urbana: "as questões relacionadas ao uso do crack permeiam as ações assistenciais empreendidas pelas entidades não estatais aqui pesquisadas, bem como evidenciam as conexões entre a pluralidade de atores - agentes das entidades, usuários de crack, prostitutas, pastores, policiais etc." (ibidem, 83). Os autores também constatam a centralidade da região da Luz no trabalho de entidades sociais de modo que este espaço passa a reunir uma ampla gama de organizações e abordagens.

Esses autores trabalharam com temas polêmicos que pautavam a disputa em torno da Cracolândia até a Operação Sufoco, em 2012. A ampla resistência a essa intervenção

reconfigurou o campo de forças de modo a deslocar o campo de problemas (cf. Magalhães: 2016).

O ponto de virada da Operação Sufoco

O Programa Centro Legal foi criado em 2009 em uma parceria do governo municipal e estadual. O projeto se desdobrou na Operação Centro Legal, em 2012. Estavam previstas três fases de atuação: ocupação policial e coibição do tráfico, assistência social e encaminhamento médico às pessoas em situação de risco e, por fim, manutenção da segurança do espaço para que não se formem mais "cracolândias"[18].

Com 30 dias de duração, a primeira etapa da operação teve início no dia 3 de janeiro de 2012 e consistiu na ocupação policial da região. Conforme descrição do projeto, o objetivo desta fase era o de "quebrar a logística do tráfico com ações de polícia propriamente ditas e ações da Subprefeitura, com o objetivo de retirar traficantes, criando condições para a intervenção social e de saúde"[19]. Além de supostamente barrar a venda da droga no local, os policiais militares foram orientados a não tolerar o consumo destas substâncias no espaço público, dispersando os usuários que frequentavam a região mediante o uso da força. O então coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, justificou a estratégia, argumentando que era necessário infligir "dor e sofrimento" nos usuários de crack para obrigá-los a buscar assistência[20]. Já Eloísa de Souza Arruda, então Secretária de Justiça do Estado, disse que os policiais não tinham como tratar "com gentileza" usuários de droga.

Durante os primeiros dias de intervenção, policiais militares perseguiram usuários de crack e moradores de rua que frequentavam o espaço com armas menos letais[21], com a finalidade de leva-los à exaustão até que pedissem por ajuda ou deixassem a região. Em alusão a essa estratégia, a operação ficou conhecida como "romaria do crack" ou "operação sufoco". Como

[18] Ver seção fases do site oficial da Operação Centro Legal: http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html

[19] Ver: http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html

[20] O então secretário justificou o uso da força policial e a operação: "A falta da droga e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento. Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. Dor e o sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda". (Declaração retirada da matéria do IG, "São Paulo usa 'dor e sofrimento' para acabar com Cracolândia", do dia 05/01/2012).

[21] O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, proibiu o uso de balas de borracha e bombas de efeito moral pelos policiais militares na Operação Centro Legal no dia 11 de janeiro de 2012 depois de denuncias do uso irregular destes armamentos. (Ver reportagem do G1, Governo proíbe uso de bomba moral e bala de borracha na Cracolândia, do dia 11 de janeiro de 2012).

explicou o defensor público Bruno Shimizu[22], as autoridades não podiam expulsar os usuários de crack e moradores de rua da região por consistir em um espaço público, no qual eles têm direito de permanecer. A alternativa encontrada pelo programa, segundo o defensor, foi a de não permitir que as pessoas ficassem paradas no local[23], deixando-as sempre em movimento até que desistissem de permanecer no local.

Diferentes organizações, incluindo atores ligados ao poder judiciário, levantaram questionamentos sobre a intervenção. Movimentos sociais, ONGs e pastorais, que já desenvolviam trabalhos na região, organizaram um protesto contra a ação no dia 14 de janeiro de 2012, que reuniu pelo menos mil pessoas[24].

Uma semana depois do início da operação, o Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito civil para investigá-la e tentar entender sua lógica e estratégia de ação. Segundo o promotor responsável pelo caso, Eduardo Valério, a ação prejudicou programas sócio-assistenciais desenvolvidos pelo próprio governo municipal. O promotor ainda criticou a estratégia adotada para lidar com os usuários de crack e afirmou que o Ministério Público não concordava com a operação[25].

Na época, a Defensoria Pública de São Paulo também criticou a operação[26] e disponibilizou uma equipe, composta por defensores e estagiários, na região da Cracolândia, para acompanhar a ação policial e oferecer atendimento jurídico às pessoas abordadas. O núcleo de Direitos Humanos do órgão colheu dezenas de depoimentos de abuso policial durante os trinta dias de intervenção e impetrou ações judiciais contra o Estado. Segundo os defensores, a operação não respeitou o direito de ir e vir da população, pois todos aqueles que não

---

[22] Bruno Shimizu falou sobre a Operação Centro Legal na mesa "Gestão das populações de risco: sob o manto do social" do evento "Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo" no dia 26 de setembro de 2012. Shimizu acompanhou a intervenção policial na cracolândia como defensor, colhendo relatos e denúncias sobre a ação do Estado.

[23] A polícia dispersava com o uso da força pessoas que estivessem sentadas, encostadas nas paredes ou reunidas em grupo, entre outras situações.

[24] Ver reportagem da Folha de São Paulo, "'Churrascão' protesta contra ação da polícia na cracolândia", do dia 14/01/2012.

[25] "Essa operação põe por terra todo esse projeto, que prevê programas sócio-assistenciais e de saúde, que vinha sendo gestado. O Ministério Público não concorda com essa operação, porque o tráfico é uma questão de polícia, mas dependência química, não", disse o promotor Eduardo Valério, de Justiça de Direitos Humanos - Inclusão Social. Ver matéria do G1, MP instaura inquérito civil para apurar operação na Cracolândia, do dia 10 de janeiro de 2012.

[26] O defensor Carlos Weiss, responsável por acompanhar a operação policial na cracolândia, afirmou, em reunião convocada pelas comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, no dia 11 de janeiro de 2012: "Nós entendemos que se trata fundamentalmente de uma questão de saúde e social na cracolândia. Não tanto uma questão policial". Ver notícia da Agência Brasil, "Defensoria Pública de São Paulo já coletou 32 denúncias de abuso em operação policial na cracolândia", doa dia 11/01/2012.

estivessem cometendo o crime de tráfico de drogas possuíam o direito de permanecer na área como desejassem[27].

O desembargador Antônio Carlos Malheiros, então coordenador da área de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, descreveu a operação, na época, como "um grande desastre". Em reunião convocada pelas comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, no dia 11 de janeiro de 2012, o magistrado afirmou que a ação policial acabou com o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça na região da Cracolândia de aproximar-se dos "menores" que vivem entre os dependentes químicos na tentativa de encontrar soluções para sua situação[28].

O padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua, que presta assistência a moradores de rua e usuários de crack, acompanhou a operação nas ruas da Cracolândia e descreveu o que viu como "tortura". Segundo o padre, que já desenvolvia trabalhos na região, "sumir com os usuários sem oferecer tratamento adequado não vai resolver o problema. Pelo contrário, é um retrocesso e agrava a situação social dessas pessoas"[29]. Lancelotti afirmou, em diversas entrevistas, que presenciou muitos casos de violência policial durante a intervenção.

Anderson Miranda, do Movimento Nacional da População de Rua, também reclamou da truculência do Estado na operação. O ativista questionou a "revitalização" da área, argumentando que é necessário incorporar os moradores e frequentadores no processo[30].

Os ativistas também colocaram em dúvida os objetivos da operação, questionando se a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo não estavam tentando apenas expulsar os

---

[27] Durante o período da intervenção policial, os defensores Daniela Skromov e Bruno Shimizu entraram com um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo para Carlos Eduardo Maranhão, que havia sofrido uma série de abordagens policiais na região sem qualquer justificativa. Com a ação, os defensores tentavam garantir a liberdade de "circular e permanecer em locais públicos de uso comum do povo a qualquer hora do dia, não podendo ser removido contra sua vontade, salvo se em flagrante delito ou por ordem judicial" a Carlos. O habeas corpus foi concedido em abril de 2012.

[28] Ver notícia da Agência Brasil, "Defensoria Pública de São Paulo já coletou 32 denúncias de abuso em operação policial na cracolândia", doa dia 11/01/2012.

[29] Entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo no dia 13/01/2012. Disponível no link: http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,dez-dias-de-conflito-na-cracolandia-o-que-dizem-os-especialistas,822036,0.htm

[30] Ver artigo de Anderson Miranda no especial do Brasil de Fato sobre a Nova Luz: "Não podemos ser tratados como caso de polícia". Disponível no link: http://www.brasildefato.com.br/novaluz/noticia/%E2%80%9Cn%C3%A3o-podemos-ser-tratados-como-caso-de-pol%C3%ADcia%E2%80%9D

moradores de rua e usuários de crack da região abrangida pelo Projeto Nova Luz como parte do processo de valorização mobiliária da área[31].

Essa foi a opinião da urbanista e relatora especial das Nações Unidas para o direito à moradia, Raquel Rolnik. Em artigo publicado no dia 23 de janeiro de 2012[32], durante a primeira fase da operação, Rolnik afirmou: "esta região é objeto de um projeto de "revitalização" por parte da prefeitura de São Paulo, que pretende concedê-la "limpinha" para a iniciativa privada construir torres de escritório e moradia e um teatro de ópera e dança no local". O professor Lucio Kowarick também caracterizou a ação em um rol de intervenções "higienistas" da administração de Kassab e Alckmin[33].

Além disso, nesse período, foram diversas as reportagens publicadas descrevendo o debate em torno da intervenção na Cracolândia[34]. A principal crítica à operação é que o programa considerou a questão do uso de droga como "caso de polícia" e não como problema social e de saúde. Outra crítica frequente é que a intervenção ignorou outras iniciativas sociais já em curso na região, incluindo o trabalho desenvolvido por atores da sociedade civil[35] que não foram nem procurados pelo programa.

Por essa breve descrição, é possível notar que houve muito mais resistência organizada contra essa operação do que em outras, como a Limpa de 2005. Somente o protesto "churrascão de gente diferenciada versão Cracolândia" reuniu 60 organizações, entre movimentos sociais, ONGs de direitos humanos, partidos, coletivos, sindicatos, conselhos regionais, e articulações. Contra o "higienismo, preconceito, segregação, violência, intolerância, tortura e abuso de autoridade" na Cracolândia, se articularam grupos com bandeiras das mais diversas: movimentos ligados àluta por moradia, ao direito ao trabalho ambulante, à luta

---

[31] Ver artigo de Eduardo Guimarães do Coletivo Dar, Diáspora na cracolândia é filha de especulação imobiliária, do dia 10/01/2012. Disponível no link: http://coletivodar.org/2012/01/diaspora-na-cracolandia-e-filha-da-especulacao-imobiliaria-por-eduardo-guimaraes/

[32] Ver texto "Pinheirinho, Cracolândia e USP: em vez de política, polícia!", publicado no blog da autora no dia 23/01/12. Disponível no link: http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/01/23/pinheirinho-cracolandia-e-usp-em-vez-de-politica-policia/

[33] Ver reportagem "População de rua demanda direitos" da edição especial da revista Caros Amigos, Desafios Urbanos.

[34] É importante destacar a relevância adquiria pela mídia independente e pelos blogs de ativistas. Veículos como Brasil de Fato, Rede Brasil Atual, Correio da Cidadania, Carta Maior, Caros Amigos, entre outros, e sites de movimentos como Coletivo Dar e de ativistas como Raquel Rolnik publicaram diversas críticas à intervenção na cracolândia. Ver, por exemplo, o especial Nova Luz produzido pelo jornal Brasil de Fato disponível no link: http://www.brasildefato.com.br/novaluz/start

[35] Ao contrário do que afirmaram autoridades paulistas na época da operação (o governador Geraldo Alckmin deu diversas declarações de que essa era a única ação possível na cracolândia), diversos programas sociais estavam em curso na região da cracolândia antes mesmo do Programa Centro Legal. A atuação da Pastoral do Povo de Rua, do Centro É de Lei, do Movimento Nacional da População de Rua, entre outros, é um exemplo disso.

antimanicomial, aos direitos humanos, à legalização das drogas, à população de rua, à democratização da mídia e da informação, ao direito à cidade, ao passe livre, ao feminismo, à redução de danos, ao acesso a cultura, para citar apenas alguns[36]. Essa ampla articulação refletiu a conjuntura política que envolvia a Cracolândia na época dessa investida. A disputa foi travada em torno da Operação Sufoco, mas também estava em jogo o conflito acerca das formas de apropriação dos espaços do centro de São Paulo. O Projeto Nova Luz, com a proposta de alterar radicalmente uma grande parcela dessa região, ameaçando ocupações de moradia, trabalhadores do comércio informal, moradores, expressões artísticas etc., acabou por possibilitar a reunião de diferentes grupos e colocar a Cracolândia no coração dessa luta. A Associação Amoaluz, composta por moradores dos bairros Santa Ifigênia e Luz, movimentos sociais, urbanistas e militantes contrários ao projeto, fundada em 2010, também entrou na luta contra a Operação Sufoco, acionando uma malha ativista mais ampla anteriormente mobilizada por ocasião das disputas em torno do Projeto.

Tratava-se de questionar, por um lado, em pleno ano eleitoral, os projetos e métodos da gestão municipal em sua política para o centro paulistano e, por outro, de frear suas investidas e propor um modelo alternativo. Em entrevista concedida para essa pesquisa, um dos organizadores do "churrascão", ligado à luta pela legalização das drogas, afirmou que no protesto, não estava em pauta a questão do crack ou de como lidar com os usuários de crack, mas sim o "problema da militarização e higienização do centro". Naquele momento, se

36 O Coletivo DAR publicou a lista de organizações responsáveis pelo protesto: Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT-Brasil); Ação e Cidadania Planeta 21; Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasmesp); Associação de Moradores e amigos da Santa Ifgênia e Luz (AMOALUZ); Associação Pró Falsêmicos (Aprofe); Associação Sem Teto da cidade de São Paulo (ASTC-SP); Avoa núcleo artístico; Barricadas Abrem Caminhos; Bloco do Saci do Bixiga; Campo Debate Socialista; Cedeca Interlagos; Central de Movimentos Populares (CMP); Centro de Convivência É de Lei; Centro Franciscano Chá do Padre (Sefras); Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada; Coletivo Desentorpecendo A Razão (DAR); Comitê para a Democratização da Informática – SP; Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE-SP); Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo; Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo; Contraponto; Espaço Cultural Latino-americano (ECLA); Forum Regional de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente – Sé; Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo; Fórum Centro Vivo; Fórum de Juventudes RJ; Frente de Luta por Moradia (FLM); Grupo de Estudos Pandiá Calógeras (GEPC); Instituto Cultural Lyndolpho Silva (ICLS); Instituto Práxis de Direitos Humanos; Juventude Libre; Mandato Deputado Estadual Adriano Diogo (PT); Mandato Deputado Estadual Carlos Giannazi (PSOL); Mandato Deputado Federal Ivan Valente (PSOL); Mandato Vereador Ítalo Cardoso (PT); Marcha da Maconha – SP; Marcha da Maconha – Recife; Marcha Mundial das Mulheres; Militância em Ambientes Virtuais do PT – (MAVPTSP); Movimento Água Branca; Movimento de Moradia da Região Central – MMRC; Movimento dos Sem Juízo; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Movimento Passe Livre – MPL-SP; Movimento Sem Teto do Centro (MSTC); NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (PUC); Núcleo de Direito à Cidade da Faculdade de Direito da USP; Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP); Ocupa Sampa; Promotora Legal Popular; PSOL-SP; Rede de Juventudes de Favela – RJ; Sindicato dos Guardas Civis de São Paulo – Sindguardas; Sindicato dos Trabalhadores da Saude do Estado de São Paulo – SindSAÚDE; União de Movimentos de Moradia – UMM-SP; Unidos Pra Lutar!

recolocaram duas perspectivas antagônicas que pautaram a luta urbana no centro desde meados dos anos 1990 (Kara José, 2010: 31): de um lado, a proposta de atrair investimentos, empresas, moradores e transeuntes da classe média e alta com a finalidade de alterar o padrão de uso da região, que havia sido crescentemente ocupada por camadas populares com a chegada dos movimentos de moradia das periferias e o aumento das rotas de comércio informal (cf. Frúgoli Jr., 1999: 160); de outro, a ideia de ocupar os muitos espaços vazios em uma região repleta de infraestrutura para resolver o problema de déficit habitacional da cidade, melhorar a condição de vida das pessoas e proporcionar o acesso a serviços e instituições.

Como já apontamos anteriormente, Frúgoli Jr. (2012) atenta para o problema de entender a região da Luz como uma "realidade polarizada e dicotômica – sintetizada no contraponto entre Nova Luz e cracolândia (ou revitalização vs. degradação)". Segundo ele, essa representação acaba por eclipsar outros atores sociais, práticas espaciais, sentidos e representações, presentes na vida cotidiana desse bairro. Não tenho intenção de discordar dessa conclusão, muito bem fundamentada pela pesquisa coordenada por Frúgoli (ibidem) e conduzida pelo Geac, mas pontuar que um dos efeitos dessa narrativa foi o de mobilizar uma ampla miríade de atores em torno da Cracolândia durante a Operação Sufoco.

Neste sentido, destaco a importância do Centro de Convivência É de Lei e da Associação Amoaluz, por conseguirem acionar diversas redes militantes que se sobrepuseram nesse conflito – processo que descrevo brevemente sem ter o objetivo de esgotar essa perspectiva.

O É de Lei é uma organização voltada para a promoção da redução de danos associados ao consumo de drogas. Fundada em 1998, iniciou seu trabalho com usuários de drogas injetáveis, distribuindo seringas e outros insumos além de acolhimento e orientação. Em 2002, com o aumento do uso do crack e diminuição da heroína, passaram a fazer campo na Cracolândia. Na época, receberam recursos de um projeto piloto do Ministério da Saúde para distribuir cachimbos de madeira a fim de incentivar o uso individual e reduzir possíveis transmissões de doenças no compartilhamento. Já nessa época, os membros do É de Lei relatam ter sofrido com repressões policiais, pois os agentes os acusavam de fazer apologia ao consumo de crack. Mesmo com diversos problemas, ligados sobretudo ao financiamento da organização, a ONG se mantém até o momento de redação desta dissertação.

Tendo sido uma das primeiras organizações a atuar na Cracolândia, os membros do É de Lei acompanharam muitas das operações e programas voltados a essa territorialidade. Em 2005, durante a Operação Limpa, tentaram organizar algum protesto ou manifestação, mas contam que não tinham muitos parceiros com quem dialogar. Esse quadro começou a mudar no final dos anos 2000 com a articulação crescente de trabalhadores dos programas sociais do Estado e o contato com outros coletivos. Em 2010, por conta de dificuldades encontradas ao acompanhar usuários de crack nos serviços da rede assistencial, o É de Lei propôs a criação de um fórum intersetorial que reunisse operadores da Assistência Social, Saúde, Justiça, diferentes órgãos como CAPS AD, CREAS, CRAS, Defensoria Pública etc. Foi a partir desse Fórum, que desde então se reúne mensalmente, que parte da resistência à Operação Sufoco se iniciou. Era nesse espaço que os trabalhadores, receosos de retaliações em suas instituições, começaram a reunir denúncias e enviá-las aos meios de comunicação e à Defensoria Pública.

Também em 2010, membros do É de Lei conheceram ativistas do Coletivo DAR, que questiona a perspectiva proibicionista de lidar com as drogas, lutando por sua legalização a partir de ideais libertários e anticapitalistas. O encontro, segundo dois participantes da organização entrevistados, foi muito importante para o É de Lei: "finalmente, a gente encontrou alguém que dava para dialogar". Já no ano seguinte, em 2011, participaram da organização da Marcha da Maconha, manifestação anual pela legalização da maconha que reúne, por sua vez, outras organizações e coletivos. Foi um ano bastante emblemático para a Marcha, que depois de ter sido reprimida pela Polícia Militar gerou uma articulação mais ampla, intitulada de "Marcha da Liberdade", atraindo novos grupos, ativistas e movimentos. Em 2012, quando a Operação Sufoco teve início, toda essa rede foi acionada. Se o É de Lei estava mais inserido entre os trabalhadores dos serviços assistenciais, a conexão com o Coletivo DAR propiciou o acesso a uma outra malha de ativistas, ligados a movimentos e coletivos da esquerda não partidária, formados, sobretudo, por jovens.

Além de denunciar o caráter higienista dessa investida, construído como tal na relação com o projeto urbanístico de expulsar as camadas populares do centro, esses grupos criticaram também a intervenção por tratar a questão do uso de crack como um problema de polícia e não social e de saúde. Muitos acusaram a Operação Sufoco de, na prática, não disponibilizar assistentes sociais e agentes de saúde como previsto no projeto, baseando toda sua execução na ação policial (de policiais militares e guardas civis metropolitanos). Um bom exemplo disso é o fato de que o primeiro centro para tratar dependentes químicos na região central foi

inaugurado apenas em março de 2012, dois meses depois do início da operação. Mesmo depois do fim da intervenção policial, em fevereiro de 2012, continuaram as denúncias de violência e abuso policial contra moradores de rua e usuários de crack na região. A presidente da Associação Amoaluz, Paula Ribas, afirmou, em junho de 2012, que houve uma mudança para pior: "no início, diziam que a operação policial era o primeiro passo de uma série de ações para ajudar usuários, mas tudo aquilo que foi prometido sobre ajuda consistente a estas pessoas não chegou até agora".

Também ressaltaram que a Operação Sufoco ignorou outras iniciativas sociais já em curso na região, incluindo programas do Estado e de organizações da sociedade civil, que não foram nem procurados pelo programa. Ou seja, diversos atores sociais, de linhagens e redes políticas diferentes, se alinharam para criticar a Operação Sufoco de modo a pautar modelos alternativos para lidar com essa territorialidade.

A investida não atingiu os objetivos a que se propôs de desmantelar o tráfico de drogas na região e forçar os usuários a buscarem tratamento - até porque não existiam vagas suficientes (Rui, 2014). Seu principal efeito concreto, além de propiciar uma articulação inédita de ativistas, foi espalhar os usuários de crack e moradores de rua para outras regiões próximas, formando novas "cracolândias" nas ruas do entorno, como já havia acontecido em intervenções anteriores na região (Raupp e Adorno, 2010; Frugoli e Sklair, 2009).

Como apontam Rui (2013) e Magalhães (2016), a Operação Sufoco reconfigurou o campo político da Cracolândia, criando as condições de possibilidade para a emergência de outras formas de gestão deste espaço e desta população, que se manifestaram na expansão dos serviços, organizações e programas assistenciais e de saúde de 2013 até o presente momento. Se os parâmetros e termos de disputa do debate público sobre essa territorialidade se alteraram de tal maneira que intervenções como a Sufoco (2012) e a Limpa (2005), com os mesmos pressupostos, não ocorreram mais (Magalhães, 2016), isso se deve à conjuntura política que emergiu das movimentações em 2012 e que fortaleceu as bandeiras de grupos contrários às ações higienistas na Cracolândia. Magalhães (ibidem, 114) conclui:

> A proposição de que a "cracolândia" deveria ser tratada de maneiras alternativas ganha força após a "Operação Sufoco", e a disputa de diferentes políticas para a região se intensifica, cada qual representando perspectivas distintas sobre como deve ser tratado e cuidado o usuário de drogas.

É assim que as autoras (Rui, 2013 e 2014; Magalhães, 2016) propõem compreender a emergência do programa municipal De Braços Abertos e do programa estadual Recomeço.

Agências de governo: a Cracolândia pós Sufoco

> Dezenas de pessoas dormiam em colchões, mantas e sacos; no fundo, uma televisão ligada passava programas de desenho infantil, ao qual poucos assistiam. Entre essa confusão de pessoas, trabalhadores dos diversos programas estatais circulavam de um lado a outro, parando, por vezes, em rodas para acertar qualquer coisa; um verificava a aparelhagem de som; outros saíam e voltavam da tenda; alguns conversavam com usuários. Era dia de sarau na tenda do programa municipal De Braços Abertos. Organizado por um coletivo de trabalhadores dos serviços que atendem à "cracolândia", o Sem Ternos, o evento reuniu muitos trabalhadores. No vai e vem de coletes coloridos, tentava acompanhar tudo aquilo e entender quais instituições do estado atuavam nesse espaço. Era impossível ler o que estava escrito em cada crachá. Me parecia ainda mais impossível enumerar os programas, projetos e serviços que se cruzavam na "cracolândia". Ali mesmo, nesse dia, para adicionar mais elementos a minha questão, fui informada que a Ação Educativa, uma grande ONG de São Paulo, havia acabado de conseguir uma licitação para iniciar um projeto de futebol na "cracolândia", que seria executado por membros do MNPR (Movimento Nacional da População de Rua). O sarau continuava: o microfone aberto chamou atenção de alguns usuários, sobretudo de homens, que dividiam, com muita disputa, o espaço concedido. Cantaram letras de rap e funk; mencionaram a favela, a periferia, as mulheres. Depois, teve início um show. A TV continuava ligada no programa infantil e grande parte dos usuários permaneciam em seus colchões, meio dormentes. "Licença, vamos usar aqui", um grupo vestido de jalecos brancos abriu espaço entre os poucos espectadores. Eles alinhavam arcos feitos de tubos de PVC para formar um "túnel educacional", como explicou uma das mulheres. Outras pessoas entravam na tenda, olhavam, chegavam a participar da atividade, mas logo voltavam ao "fluxo", que continuava muito cheio. Roda de capoeira, alguns outros se aproximam para gingar. Ao final, acredito que cerca de 20 usuários, o publico-alvo do sarau, participaram, de fato, da atividade. Me parecia desproporcional o número de agentes dos programas estatais.

Durante as primeiras semanas de pesquisa, tinha a impressão de que a cada vez que chegava na "cracolândia", encontrava mais algum órgão ou programa estatal ali. Era sempre uma surpresa seguida de uma série de indagações: de que secretaria faz parte? É do governo do estado ou da prefeitura? O que faz aqui? Quando está aqui? Atua diretamente com os usuários de crack? Ou integra algum plano sobre o bairro da Luz?

A percepção de que os agentes estatais se multiplicavam nessa territorialidade não era apenas minha: em entrevista concedida para essa pesquisa, o promotor Maurício Ribeiro contou que o Ministério Público havia iniciado uma investigação para mapear os serviços públicos presentes na "cracolândia". Nem eles tinham noção e tiveram de montar uma equipe apenas para essa tarefa. Os próprios trabalhadores desses programas compartilhavam dessa noção; até eles se confundiam entre tantos programas públicos e em diversas ocasiões, conversavam sobre a necessidade de conhecer a "*rede*" estatal. Assim como o Ministério Público,

desejavam ter um mapa sobre o aparato publico empregado ali, não tanto para ter controle sobre a atuação do estado, mas para conseguir articular melhor os trabalhos desenvolvidos, evitando com que um atrapalhasse o outro-. Nas palavras de um desses agentes, "aqui, está assim: cada um pega o usuário por um braço e tenta levar para o seu programa". Foi desse incômodo que surgiu o coletivo Sem Ternos, responsável pela organização do sarau descrito no início desse trecho. Em carta de apresentação, o grupo explica que seu objetivo é "permitir a troca entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e usuários, em uma articulação de rede que visa a ação conjunta no território".

Foi convivendo com esses trabalhadores de diversos programas que pude começar a construir o meu próprio mapa sobre a presença do estado na "cracolândia". Registrava cada nova informação em meu diário de campo com o objetivo de ao final desse processo, conseguir remontar esse campo. A trajetória desses agentes, com quem trocava informações, também me servia de linha investigativa: grande parte deles havia passado por essa extensa - e desconhecida - *rede* estatal. Agora no hospital do programa Recomeço, do governo do estado de São Paulo, Larissa trabalhou na equipe de abordagem de rua do mesmo projeto e anteriormente, no serviço municipal de Atenção Urbana, que realiza atendimento a pessoas em situação de rua no centro. Antes de participar de programa municipal voltado aos direitos humanos na "cracolândia", Paula já conhecia muitos dos usuários por ter atendido no Cratod e posteriormente, no Caps Ad do Complexo Prates.

Eram muitos fios, no entanto, para conseguir montar um quadro. A dica veio de uma pessoa que trabalha em programas da região há algum tempo: "vai pelos coletes que você consegue entender melhor". Verde e azul, verde, branco com azul, azul claro, branco, vermelho, laranja, sem colete mas com crachá. A partir dessas cores, fui mapeando e identificando a presença do estado na "cracolândia". Cada uniforme designa um serviço e função específica, podendo se referir a atividades da assistência social até promoção dos direitos humanos ou realização de limpeza na área. Dentro do quadro dos programas estatais, esses coletes se articulam. Ou seja, por mais que atuem de formas separadas, seu serviço somente faz sentido na conjunção com o todo, que extrapola, inclusive, os serviços existentes na "cracolândia".

Os coletes verdes com detalhes em azul eram maioria na cracolândia e designam os agentes da Assistência Social; já os de cor azul são de equipes de Saúde, possuindo variações de cores e escritos segundo os programas; os uniformes laranjas indicam trabalhadores da Limpeza Urbana, responsáveis por recolher lixo e limpar as ruas, o que implica, neste contexto,

apreender bens dos moradores de rua; entre outros. Por mais que alguns cargos sejam específicos dessa territorialidade, as cores utilizadas para representar os serviços e instituições não são exclusivas da cracolândia; existe um padrão de uniforme empregado em toda a rede municipal e estadual.

Antes de adentrar na descrição de sua operação cotidiana nesse espaço, considero necessário explicar, em linhas gerais, os dois principais programas estatais que se cruzam na "cracolândia": o Recomeço e o De Braços Abertos. Criados depois da Operação Sufoco de 2012, ambos se inserem em um novo quadro político, no qual se considera que somente respostas repressivas ao uso do crack não adiantam. No discurso de ambos, a "cracolândia" aparece como um problema de saúde pública, mas endereçada a partir de duas vertentes completamente opostas. Enquanto o programa estadual entende os usuários como dependentes químicos, prevendo seu tratamento a partir da abstinência, o municipal parte de outra concepção, relacionada a saúde coletiva e redução de danos, onde o consumo da substância figura como problema entre outros de cunho social, como a pobreza, o dormir nas ruas.

Programa Recomeço

O programa estadual foi lançado em janeiro de 2013 pelas Secretarias da Saúde, da Justiça e Defesa da Cidadania, e do Desenvolvimento Social. Seu objetivo, de maneira geral, é oferecer tratamento aos dependentes químicos, sobretudo usuários de crack, a partir de internações em comunidades terapêuticas conveniadas. Apesar de sua criação e propaganda estarem diretamente associadas à Cracolândia paulistana, o programa não se limita a essa territorialidade, atendendo a todo o estado de São Paulo. Cada beneficiário do programa recebe um cartão com seus dados, a partir do qual sua presença durante o tratamento será controlada. Por até seis meses, o governo paulista disponibiliza para cada cartão R$1350 mensais que são pagos diretamente às comunidades terapêuticas.

Sua principal base de atendimento é o CRATOD (Centro de Referencia de Álcool, Tabaco e Outras Drogas), localizado nas adjacências do Parque da Luz, onde aqueles considerados dependentes químicos passam por avaliações de comissões de especialistas, compostas por médicos e enfermeiros, que decidem se é necessário ou não seu encaminhamento para internação. Também no CRATOD foi instalado um plantão judiciário que tem como finalidade validar juridicamente pedidos de internação involuntária e compulsória de modo mais acelerado.

Ainda que seu foco sejam as internações, o Recomeço engloba também, ao menos no papel, ações de "reinserção social" depois do tratamento. Para aqueles que não têm onde morar, são oferecidas vagas em moradias assistidas, isto é, alojamentos nos quais há acompanhamento profissional. Além disso, mais de um ano depois da criação do programa, o governo estabeleceu parceria com a iniciativa privada para contratar pessoas já tratadas.

Na Cracolândia, o Recomeço está presente por meio de duas bases: a equipe de abordagem de rua, no qual agentes procuram incentivar usuários de crack a se internar, e o Hospital Recomeço. Esse último terá leitos para o tratamento da dependência química, onde pessoas ficarão internadas, e também quartos de moradia assistida. Apesar do hospital ter sido inaugurado, esses espaços ainda não foram abertos até o momento de redação desta dissertação, pois a reforma do prédio de 11 andares não foi terminada. Os únicos andares abertos, o térreo e o primeiro, são de atividades diversas: no térreo, serviços de banho e barbearia são oferecidos para os usuários; no primeiro andar, há uma academia e salas para oficinas culturais e artísticas.

De Braços Abertos

Em janeiro de 2014, a Prefeitura de São Paulo deu início a um programa de atendimento aos usuários de crack habitantes de barracos instalados na Cracolândia sem precedentes na história das políticas para esse espaço e sua população. Ao invés de uma intervenção exclusivamente policial e focada na repressão ao consumo e venda da substância, as autoridades municipais basearam-se em preceitos da redução de danos ao oferecer moradia, trabalho, assistência social e de saúde a essas pessoas como forma de resposta ao problema urbano da Cracolândia e ao da população usuária de crack. Denominado De Braços Abertos, esse projeto envolve as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), Segurança Urbana (SMSU) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). O programa não possui um orçamento específico, sendo que cada secretaria é responsável por coordenar e financiar suas respectivas atividades.

O programa teve início com a inscrição de cerca de 400 pessoas que moravam em barracos construídos nas ruas adjacentes à Cracolândia. Em janeiro de 2014, essas pessoas foram despejadas pelas autoridades municipais e inscritas no projeto, recebendo uma bolsa de um salário mínimo e meio, incluindo os gastos com habitação em um hotel da região e alimentação no restaurante popular Bom Prato - que são repassados diretamente às

organizações de administração do programa. Aqueles que aderiram ao De Braços Abertos também têm de trabalhar, diariamente e por quatro horas, em um serviço de varrição e limpeza – que é remunerado em 15 reais por dia de trabalho - e podem participar de cursos de capacitação no período da tarde.

Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, existem atualmente cerca de 500 pessoas inscritas no programa. Como apontam Rui et al. (2014), apesar de constituir uma proposta bastante progressista, o programa municipal, ao não atender todos os usuários presentes na Cracolândia, acabou por dividi-los entre o grupo dos que aderiram ao programa e aqueles que estão excluídos dele.

Outra conseqüência bastante importante do De Braços Abertos foi a instalação de um grande aparato estatal, composto por dezenas de agentes atuando diariamente para administrar o programa e governar seus beneficiários. Por mais que já houvesse a presença de equipes da saúde e da assistência social na região, o programa fez com que aumentasse o número de operadores e mudou as relações entre essas instituições, os usuários e atores locais.

Encaminhamentos: os coletes verdes

Os coletes verdes e azuis são o grupo dos "orientadores" vinculados ao programa municipal De Braços Abertos. Apesar de constituírem a vertente do projeto ligada a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), são funcionários terceirizados contratados pela ONG Saec (Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana)[37]. Suas atividades constituem, basicamente, em dar atendimento aos beneficiários do programa e frequentadores da cracolândia para identificar suas demandas e assim, encaminha-los para os serviços competentes, realizando um trabalho de acompanhamento individual, que é,

[37] A ONG SAEC possui diversos contratos com a SMADS, administrando diversos programas da instituição. O programa De Braços Abertos não figura na lista de projetos por estar incluso nos SEAS (Serviço Especializado de Abordagem Social de Pessoas em Situação de Rua). Sobre isso, a secretária da SMADS, Luciana Temer, sugeriu a criação de um SEAS específico para o programa segundo relatoria de reunião do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo) no dia 21 de maio de 2015. De acordo com o diário oficia, Temer "explanou que, à época da implantação do De Braços Abertos, houve o destacamento de equipe específica de SEAS, que, nesse primeiro momento, estava exercendo sua função típi- ca. No entanto, com o avanço do programa para etapas seguin- tes, a equipe do SEAS passou a exercer funções mais amplas, que envolviam o acompanhamento dos atendidos pelo progra- ma De Braços Abertos (extrapolando a função típica de aborda- gem). Discorreu que SMADS avalia que há necessidade de cria- ção desse SEAS específico, cuja implantação se daria por meio de duas etapas. Chamamento público (configuração de profis- sionais) para atuação inicial nas cenas de uso e posteriormente qualificação para atuação no acompanhamento dos beneficiá- rios do programa De Braços Abertos. Assim, a grande diferença da modalidade SEAS De Braços Abertos para modalidade SEAS regular seria justamente sua configuração voltada para essas duas etapas de atendimento". Informação disponível no link: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Certificacao/GatewayCertificaPDF.aspx?notarizacaoID=04257c12-1e89-4bb3-b945-f4e8004ad761

minuciosamente, detalhado em relatórios. No jargão da área, esse trabalho é definido como de "*abordagem*" e consiste no trabalho das equipes que vão até os públicos-alvo dos serviços para introduzi-los a todo o sistema assistencial.

Eles realizam a conexão entre a pessoa atendida e as outras instituições estatais de cuidado, acionando serviços que extrapolam seu território de ação. São, portanto, os operadores responsáveis pela porta de entrada e saída de todo o aparato de cuidado do estado, não necessariamente delimitado a região da cracolândia, de modo que se alguém necessita de atendimento médico, por exemplo, o caminho mais fácil para conseguir é por meio da assistência social. São os *encaminhamentos*.

Dentro do De Braços Abertos, o trabalho da ponta da assistência social se subdivide, no entanto, em dois grupos: existem os responsáveis pelo atendimento nos hotéis vinculados ao programa, que atendem apenas seus beneficiários, e na tenda, que atendem o publico em geral.

Os primeiros são alocados em duplas ou trios em cada hotel e recebem uma lista com o nome de 40 beneficiários do programa municipal residentes dali que devem acompanhar. Dessa forma, segundo uma assistente social, "não atropelamos um o trabalho do outro". Seguindo um roteiro pré-determinado, esses agentes perguntam tudo sobre a vida dos beneficiários que devem atender: se a pessoa usa ou tem histórico de consumo de álcool e drogas, se já teve ou possui problemas de saúde, se está ou já esteve com problemas na justiça, se possui familiares, se tem documentos como RG e CPF, os números de registro desses documentos, o nome da mãe, o local de nascença, o grau de escolaridade, o que necessita no momento, entre outras informações. "Nós temos que destrinchar a vida das pessoas", me explicou uma das assistentes do programa. Tudo isso é preenchido em uma ficha, que é anexada ao perfil da pessoa tanto no sistema de dados informatizado e único da SMADS quanto nos arquivos em papel. Esses últimos permanecem guardados em uma sala da assistência social no prédio administrativo do De Braços Abertos, localizado na Praça Sagrado Coração de Jesus, bastante próximo ao *fluxo*. São dois armários compostos por largas gavetas e em cada uma desses, há dezenas de divisórias com os nomes de todos os beneficiários do programa, cada qual possui uma pasta individual. A cada nova conversa com os beneficiários, os agentes preenchem outra ficha, na qual atualizam informações, e a acrescentam ao cadastro. Vai se constituindo, assim, paulatinamente, um grande arquivo sobre a vida de cada um dos beneficiários do De Braços Abertos.

Além de constituir um dossiê individual, todas essas fichas geram relatórios internos a ONG contratada pela prefeitura. É a partir dai que a organização presta contas a SMADS, podendo transformar em estatística os números de atendimentos e encaminhamentos. São esses resultados que determinam a renovação ou não do contrato, como também os termos de negociação. Assim, era comum escutar dos operadores da ponta que "tudo vira número" ou "eles só querem numero", uma reclamação relacionada ao fato de seus superiores só pensarem em resultados quantitativos e não, qualitativos[38]. Isso, de acordo com alguns trabalhadores, não apenas piorava o atendimento como também suas próprias condições de trabalho[39].

Os orientadores que permanecem na tenda do programa municipal não possuem uma lista de nomes determinando de quem devem atender. Sua função consiste em receber e abordar não beneficiários do programa que estejam na cracolândia em alguma situação identificada como "vulnerável": morando nas ruas, consumindo o crack com frequência, vivenciando algum tipo de doença. Uma identificação que depende, pois, de categorias morais de cada agente (cf. Fassin). Assim como os assistentes dos hotéis, perguntam sobre a vida da pessoa atendida e preenchem fichas, que colocam no sistema informatizado da SMADS e que se transformam em relatórios internos a ONG. Sua sala não fica na sede da ONG, mas dentro da tenda.

A partir das informações concedidas, os orientadores de ambos os grupos devem decidir *encaminhar* ou não a pessoa atendida para determinado serviço da rede de cuidados do estado. Nas palavras de uma ex-trabalhadora da assistência social que atuou na *abordagem*: "você está lá, vendo a pessoa e tem que entender o que ela quer e precisa. Aí, tem que decidir para onde vai encaminhá-la". É o que denominam de *triagem*. Como este termo indica, trata-se de separar, selecionar e classificar a pessoa atendida segundo as categorias dos serviços existentes na *rede*. Assim, os operadores da abordagem são os primeiros a determinarem se tal pessoa é doente, dependente químico, transexual, morador de rua, entre outras categorias, e, portanto, aonde se encaixam dentro da *rede*. Esses agentes têm a obrigação de continuar acompanhando a pessoa atendida e se tornar, para ela, sua "*referência*", isto é, quem se deve procurar quando necessita de algum tipo de apoio, resposta ou assistência. Para isso

[38] Alguns resultados foram apresentados na notícia oficial "Programa "De Braços Abertos" completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região", do dia 16/01/2015. Disponível no link: http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5240#ad-image-0

[39] Em março de 2015, a ONG SAEC foi acusada de oferecer péssimas condições de trabalho pelo CATSO (Coletivo Autónomo dos Trabalhadores Sociais), um grupo ativista formado por pessoas que trabalham nas instituições de assistência a população em situação de rua. Para saber mais, ver entrevista "Recebemos aviso prévio para 60 trabalhadores e avisamos: Não vai ser assim, não", Passa Palavra: 15/03/2015. Disponível no link: http://passapalavra.info/2015/03/103243

funcionar, a SMADS determina que os orientadores devem criar "*vínculo*" com as pessoas que atende, isto é, um laço afetivo que garanta seu retorno.

Apesar desta descrição ter sido baseada no trabalho desenvolvido pelos orientadores alocados na cracolândia, vale também para os outros locais onde há esse cargo. E, como descrito no início deste subcapítulo, é possível encontrar essa figura, representada pelo colete verde e azul, em muitos espaços institucionais da cidade de São Paulo.

O caráter translocal presente em sua função de abordar, conhecer, classificar e encaminhar é fundamental. Ou melhor, de procurar ordenar a circulação urbana do público-alvo de seus serviços, que possuem características notoriamente errantes. Assim, apesar de seu exercício cotidiano estar totalmente atrelado a uma territorialidade, seu escopo não se delimita aí: de modo que orientadores da cracolândia podem encaminhar pessoas para instituições e serviços de outras localidades. Foi esse o caso de Cássia: jovem, com um filho recém nascido, ela foi encaminhada do De Braços Abertos para outro programa municipal, o Família em Foco. Também Diana que ao não ter sido selecionada para vaga no De Braços Abertos, recebeu encaminhamento para o Centro de Convivência do Complexo Prates, onde outro agente da Assistência Social lhe deu encaminhamento para um albergue. O encaminhar como experiência é ainda mais forte enquanto percepção do estado vertical e abrangente, pois é dentro dessa malha interconectada que a pessoa se move.

Os orientadores constituem o nível mais baixo da hierarquia de agentes da Assistência Social; para estar apto ao cargo, exige-se apenas a conclusão do Ensino Médio. Na cracolândia, seu trabalho é controlado pelos "técnicos", que devem possuir formação superior na Assistência Social. A rotatividade entre os orientadores é bastante alta. Segundo eles, as condições de trabalho, incluindo o escopo limitado de seu leque de ações, não compensam as dificuldades; mesmo entre aqueles que acreditam na importância do trabalho desenvolvido, o grau de frustração é alto.

Eles se identificam com outros agentes estatais das diversas áreas, municipais, estaduais ou federais, como "trabalhadores da ponta". É a partir dessa categoria que esse grupo se organiza para discutir melhorias e problemas dos programas estatais e questões trabalhistas. Foram esses operadores que possibilitaram minha entrada de pesquisa, me convidando para participar de suas oficinas e rotinas de trabalho. Assim, não foram poucas as ocasiões em que presenciei esse termo ser acionado com um sentido de unidade em oposição aos "outros" que não sabem nada acerca do trabalho realizado no cotidiano, que impedem muitas de suas

ações, entre outras afirmações. Uma oposição entre cargos posicionados hierarquicamente no estado que está imbricada na noção de “ponta”.

Capítulo 3 – Dispersão e concentração na malha urbana: criação de "campos de gravitação"

Raísa não estava consumindo crack, mas estava na cracolândia há alguns meses. Tampouco era beneficiária do programa municipal De Braços Abertos nem possuía um parceiro ou parceira que fizesse uso do crack. Nenhuma das explicações usuais para a pessoa permanecer naquele espaço se encaixavam em seu caso. Vivia nas ruas há 16 anos, desde quando saiu de casa aos 6 fugindo de um pai adotivo que a abusava sexualmente. Período que não ficou integralmente morando nas ruas: enquanto menor de idade, passou por abrigos do Estado, da Igreja e de entidades sociais, e pela Fundação Casa; depois, morou na periferia da zona norte paulistana com um companheiro, que acabou sendo preso, em mais de uma ocupação de moradia, no centro e na periferia da cidade, e em alguns albergues municipais. E, agora, estava na Cracolândia – mais exatamente, dormindo na Praça Princesa Isabel, localizada a poucos quarteirões do *fluxo*. Passava seus dias entre os usuários de crack e nos serviços destinados, segundo as descrições oficiais, a esse grupo, estabelecendo relações afetivas também com os agentes desses programas. Apesar de não estar fazendo uso do crack no momento da pesquisa, ela conhecia de longa data muitos dos usuários que lá estavam, de sua vida nas ruas.

Nos conhecemos em março de 2014 em um piquenique de despedida de duas operadoras estatais, uma do programa De Braços Abertos e a outra do Recomeço, no Parque da Luz. Além de alguns poucos companheiros de trabalho dessas agentes, estavam lá cerca de cinco frequentadores da cracolândia, aqueles que haviam estabelecido mais vínculo com elas. Entre esses, Raísa era a única que não estava no projeto municipal. Estranhei essa situação, afinal por que ela estava lá se não usava crack? Por que se importava com a demissão de duas agentes se nem era beneficiária do programa municipal? Como havia estabelecido uma relação afetiva com operadoras de serviços voltados aos usuários de crack?

Depois desse dia, passei a acompanhar sua rotina na Cracolândia. Raísa dormia na Praça Princesa Isabel junto de um grupo de pessoas em situação de rua, entre as quais se estabeleceu uma relação de solidariedade e proteção. Todos tomavam conta dos pertences dos outros e se preocupavam em saber onde estavam. Uma garantia importante, mas nem sempre suficiente: em uma dessas noites, furtaram sua mochila com tênis e roupas novas, que havia comprado depois de um trabalho. Mas, durante o dia, ela permanecia sozinha nas ruas da Cracolândia.

Durante a manhã, Raísa permanecia na praça junto dos outros moradores, aguardando a

chegada de um grupo de religiosos que distribuíam sucos ou achocolatados, lanches e duas vezes por semana, uma refeição completa. Depois de se alimentar, ela colocava suas roupas, cobertores e outros pertences em uma mochila, que levava, junto de seu colchão, para a tenda do De Braços Abertos em um espaço destinado às pessoas em situação de rua guardarem seus itens. Em seguida, ficava naquele quarteirão, entre a tenda e o Hospital Recomeço, do outro lado da rua, conversando com os operadores estatais e quem passava por perto. Ocasionalmente participava das atividades e oficinas oferecidas nesses espaços, mas não havia se engajado em nenhuma especialmente. Era entre os funcionários do Hospital Recomeço que ela possuía mais relações: quando entrava lá, chamava muitos de seus funcionários por apelidos e eles respondiam com brincadeiras.

Até as 16 horas aproximadamente, Raísa não tinha o que fazer: continuava naquele quarteirão a poucos metros do *fluxo*, conversando com quem passava, antigos conhecidos, agentes estatais e pesquisadores, como eu. Quando chegava perto desse horário, ela se dirigia ao Hospital Recomeço. Era o segundo turno oferecido pela instituição para pessoas em situação de rua tomarem banho, usarem o banheiro, cortarem os cabelos. O momento da "higiene", como era referido.

Raísa passava pela porta de vidro de entrada, dizia seu nome na recepção e pegava uma senha para o banho, que só abria às cinco horas da tarde. Sentava em um dos bancos brancos tortuosos que preenchiam a saleta anterior ao espaço das cabines com chuveiros e banheiros e esperava ser chamada. Era um salão não tão grande, mais fundo do que largo, com cara de hospital, pois tudo era branco e todos vestiam jalecos dessa cor. À direita, bem na entrada, ficava um balcão alto de recepção, no qual as senhas eram distribuídas; mais à direita, um corredor levava aos outros andares; à esquerda, estavam os bancos, fixados ao chão, e em cima deles, uma placa eletrônica de mostrar senhas; mais ao fundo, depois de alguns degraus, um espelho com cadeiras de barbear e depois, as cabines.

O cheiro desse lugar, especialmente no horário de banho, era muito forte: uma mistura dos odores típicos de hospitais, remetendo a produtos de limpeza, com os cheiros fortes "da rua" – suor, urina, sujeira (cf. Cefai, 2010). Era difícil segurar a expressão de nojo, e por vezes os enjôos, quando estava naquele salão. Os serviços de higiene eram abertos a quem quisesse os utilizar, abrindo em um horário de manhã, normalmente muito cheio, e no final da tarde. Às vezes, quando o salão estava lotado de pessoas esperando, os agentes chamavam algum conhecido dali para tocar violão e entreter as pessoas. Raísa sabia que de manhã, o fluxo de

pessoas era muito maior, assim como os cheiros desagradáveis e as dificuldades e por isso, escolhia o horário da tarde.

Foi durante uma dessas esperas que Raísa contou ter passado boa parte da sua juventude em um abrigo da Missão Belém, uma entidade social vinculada à Igreja católica. Contou ter "aprontado muito" e por isso, ter sido submetida a diversos castigos. Até hoje, ela encontra com um grupo de missionários vinculados a instituição em suas visitas à cracolândia. Quando a encontram, disse ela, lhe oferecem emprego e abrigo. Foi dessa forma que Raísa conseguiu o trabalho de cuidar de um idoso em uma casa de família. Ganhava oitocentos reais por mês e residia no local, mas ficou poucos meses. Segundo ela, a convivência começou a ficar difícil, pois seus patrões queriam alterar seu comportamento e lhe evangelizar – algo que a aborrecia muito.

Depois de sair desse emprego, Raísa passou a viver na Cracolândia. Antes disso, ela havia morado em um barraco nas cercanias de um centro de assistência e atendimento a pessoas em situação de rua, criado na gestão Kassab na zona leste, mas por problemas com um ex-companheiro, deixou o lugar "fugida"[40]. Enquanto nenhuma outra oportunidade aparecia, ela esperava e passava os dias entre o *fluxo*, o Hospital Recomeço e a tenda do De Braços Abertos.

Na trajetória de Raísa, a Cracolândia só faz sentido dentro de uma experiência urbana mais ampla, o que envolve outros espaços não contíguos territorialmente. Ao invés de espaço de exclusão, a Cracolândia aparece como um espaço de possível inclusão em políticas sociais. Por isso, considero que Raísa chegou a Cracolândia por ser esse um local repleto de instituições de acolhimento e ajuda, do estado e não estatais, onde poderia restabelecer sua vida. Um espaço de proteção necessário para uma mulher, jovem, em situação de rua conseguir os meios para sobreviver.

As trajetórias, ou o processo de tornar-se um morador da cracolândia, já foram tratadas pela bibliografia desenvolvida sobre essa região. Buscava-se, sobretudo, compreender os sentidos tecidos e os significados atribuídos a esse espaço. Os autores debatiam com a afirmação recorrente de que apenas os efeitos do crack e a dependência química explicavam a existência da cracolândia. Em sua construção, no entanto, a permanência dos usuários neste território mesmo com tantas investidas repressivas aponta que o crack por si só não consegue explicar

[40] História que ela nunca me contou explicitamente, mas que soube por meio dos agentes desse centro, que conhecia por questoes de militancia politica.

os comportamentos e as formas de vida dos usuários nem a existência - e a contínua resistência - da cracolândia.

Partindo de informações colhidas durante trabalho de redução de danos na cracolândia paulistana, Gomes e Adorno (2011) abordam três histórias de vida: de um vendedor de crack, de um usuário de crack recém-saído da prisão e de uma usuária de crack. Apesar de agenciarem, de formas distintas, suas relações com a droga, as três trajetórias explicitam um caminho de vida marcado por instituições, passagens no sistema prisional, poucos vínculos com a família, baixa escolaridade (Gomes e Adorno: 2011, 579), que parece predominar entre os frequentadores, usuários ou não, da cracolândia paulistana. Todos os três, por percursos distintos, encontram nessa territorialidade possibilidades de ação e inserção, bem como de estabelecer relações e laços sociais, que não conseguiram em outros espaços. Assim, foi ali que Vejota encontrou um emprego - de vender pedras; que Oseias, sem nenhuma rede de apoio depois de ter saído da prisão, encontrou um lugar para se inserir, ainda que provisoriamente; e Shirley, mesmo com infeção pulmonar, febre, muito mal-estar e sem poder usar o crack, permanece para estar com "a galera" (ibidem, 582).

Essa análise propicia a Gomes e Adorno (ibidem, 581) outra chave de compreensão da Cracolândia: não é apenas a oferta do crack, é a existência de uma série de relações sociais tecidas e amarradas nessa territorialidade que fazem com que a Cracolândia, mesmo depois de seguidas operações e investidas repressivas, permaneça e resista. A ideia não é completamente nova em relação aos trabalhos anteriores, que já apresentavam essa territorialidade como um espaço produtor de identidades e inserção daqueles que estão excluídos. O que os autores (ibidem, 2011) parecem acrescentar, a partir da breve descrição das trajetórias, é a perspectiva de que a cracolândia se constitui como tal por *atrair* pessoas "desgarradas".

Um aspecto que se intensifica com o deslocamento dos modos de gestão estatal depois dos conflitos erguidos em torno da Operação Sufoco. Conforme irei argumentar nesse capítulo, a partir desse momento, o Estado permite a fixação territorial do *fluxo*, por ser essa uma condição necessária para o estabelecimento de programas de cuidado aos usuários de crack. Com estabilidade e endereço definido, a Cracolândia entra ainda mais no escopo de instituições assistências e de caridade, como as vinculadas a diversas religiões, organizações da sociedade civil, e também estatais, que se proliferam de tal maneira que nem mesmo os trabalhadores desses programas conseguem ter conhecimento de todos os projetos executados

nessa territorialidade – como descrito no capítulo anterior.

É isso que a trajetória de Raísa explicita: a Cracolândia só faz sentido, em seu percurso urbano, por conta da rede socioassistencial que amplia suas condições de acesso aos espaços, bens e serviços. Seu caso é emblemático por evidenciar que a Cracolândia não é um espaço isolado e segregador, mas que possibilita conexões urbanas diversas, inclusive por meio da teia de agências governamentais. Na perspectiva de Raísa, essa territorialidade passa a ser entendida como um espaço para onde se pode ir a fim de receber amparo, cuidado e recursos[41].

Minha hipótese é que a fixação territorial combinada a essa malha concentrada de programas e instituições de cuidado, estabelecida sobretudo depois dos desdobramentos da Operação Sufoco, acabou por construir um *campo de gravitação* em torno da Cracolândia, de modo a atrair percursos de pessoas com trajetórias muito diferentes mas que se encontram ali por terem uma vida errante. Pessoas que, como Raísa, chegam a essa territorialidade em busca de um programa social para se inserir e de um local seguro das investidas policiais para estabelecer suas "malocas" e modos de vida. Dessa forma, a Cracolândia acaba por virar um ponto de referência em determinados circuitos urbanos, o que se manifesta na expansão da rede de comércio informal, incluindo o tráfico, e da movimentação de pessoas nessa territorialidade.

Os *campos de gravitação* se constroem dentro da dinâmica de gestão de população no espaço urbano que opera segundo a racionalidade da *dispersão* e da *concentração*. Nesse capítulo, irei discutir primeiramente como esses dois eixos aparecem na história da Cracolândia, enfatizando que há um deslocamento no modo de operação policial depois da Operação Sufoco que permitiu sua fixação territorial. Como consequência disso, argumento que as formas de controle se reconfiguram de modo que o foco não são mais os "noias", mas todos aqueles passíveis de acusação de tráfico.

As rondas contínuas e investidas repressoras, voltadas ao princípio de dispersar e impedir o agrupamento de pessoas nas vias públicas, deixaram se ser utilizadas nesse espaço, pelo menos desde 2012 até o momento de escrita desse texto, mas continuaram operando em outros pontos da cidade. Foi assim que depois de uma operação de despejo de barracos

[41] Neste sentido, também é interessante recuperar a história de Miguel. Usuário de crack e morador de um bairro periférico, ele preferia ir a Cracolândia nos dias de oficina de cinema a fim de assistir os filmes exibidos na tenda De Braços Abertos. Em uma dessas ocasiões, chegou a ir com um grupo de beneficiários em uma sala de cinema de um shopping.

instalados no Parque Dom Pedro II, em outubro de 2014, o *fluxo* voltou a crescer com a construção de moradias precárias – amplamente noticiadas pela imprensa. Uma informação que descobri durante a pesquisa, quando perguntei a usuários de crack e operadores dos programas os motivos pelos quais haviam mais pessoas naquela territorialidade desde o fim de 2014. Até dezembro, esse aumento era atribuído às férias e festividades de final de ano; mas, em janeiro, com a permanência do número de pessoas na Cracolândia, muitos passaram a relacionar a movimentação do *fluxo* ao evento ocorrido no Parque Dom Pedro II. Algo que chegou a ser admitido pelo então secretario de Segurança Urbana do município, Roberto Porto.

Essa cena explicita, por um lado, a conexão existente entre diversos espaços, incluindo a Cracolândia, que se produzem e reproduzem a partir de fluxos urbanos, e por outro, que as formas de gestão estatal condicionam esses circuitos ao reprimir alguns e fixar outros, criando *pontos de dispersão* e *campos de gravitação*. A fim de desenvolver esse argumento, recorro, por fim, a uma brevíssima reconstituição histórica de algumas territorialidades importantes para a vida nas ruas do centro de São Paulo entre os anos de 2012 até o presente momento.

Dispersar ou concentrar: tensões entre modos de gestão do espaço na Cracolândia

Agora, o problema se espalhou pela cidade. Dias depois do início da etapa repressiva da Operação Sufoco, em janeiro de 2012, quando policiais militares e guardas civis metropolitanos perseguiam os frequentadores da Cracolândia com o objetivo de dispersá-los mediante o uso da força, era essa a conclusão estampada nos jornais e repetida à exaustão por moradores[42]. Das ruas adjacentes ao parque da Luz, os usuários de crack passaram a ser vistos em locais que não habitavam antes da investida estatal. Em pequenos grupos, ocupavam as ruas do centro, bem como de bairros próximos e até mesmo mais periféricos. Alguns chegaram a anunciar a formação de "subcracolândias"[43]; a manchete do principal programa televisivo destacava: eles "são vistos até em frente à sede do Tribunal de Justiça"[44]. Cobradas pelos jornalistas, as autoridades afirmavam que esses eram efeitos já esperados: nas palavras do então comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, "a polícia atuou para resgatar

[42] Ver, por exemplo, notícia "Higienópolis teme invasão de craqueiros", Folha de São Paulo: 06/01/2012. Também "Ação na Cracolândia deixa morador de bairro nobre apreensivo", G1: 04/01/2012.
[43] Ver "Ação da polícia cria 'subcracolândias' no centro de São Paulo", IG São Paulo: 13/01/2012.
[44] Ver "Dois meses após ação na Cracolândia, viciados se espalham por SP", G1: 02/03/2012. Disponível no link: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/03/dois-meses-apos-acao-na-cracolandia-viciados-se-espalham-por-sp.html

aquele espaço público" (grifos meus)[45] e por isso, quando questionadas, as autoridades afirmavam ter reforçado seu policiamento em "áreas estratégicas"[46]. Em tom de desastre, a notícia da Folha de São Paulo anunciava: "Na padaria, na academia ou no supermercado, moradores de Higienópolis comentam: *Eles* estão subindo" (grifos meus). Os moradores desse bairro abastado próximo à região da Luz começaram a reclamar da presença desses "estranhos" e pedir que as autoridades dessem um jeito de tirá-los dali: "aqui sempre foi muito tranquilo; não se via isso", concluiu uma moradora. Outro morador procurava explicar o que sentiu: "a sensação é de uma invasão, como uma onda que você não tem controle. Se não agirem, a situação vai piorar. E não só aqui, como em outras regiões". Questionado sobre o incômodo causado, outro morador afirmou que, apesar de não gostar da presença dos 'noias', não irá se mudar: "Eles que têm que sair, não a gente"[47].

As técnicas utilizadas pelos agentes estatais de dispersar os usuários não eram novas[48], como as pesquisas mostram, mas a escala foi muito maior: as investidas repressivas, o "jogo de gato e rato", se estenderam por semanas e foram feitos de forma muito mais ostensiva, com a utilização, inclusive, de armas menos letais. As imagens feitas pela TV Folha mostram policiais militares jogando diversas bombas de gás lacrimogêneo em um agrupamento de usuários de crack com cerca de trinta pessoas; eles correm e as viaturas começam uma perseguição. Em uma esquina, os policiais jogam o carro em cima de dez pessoas que andavam rapidamente a fim de fugir. Um morador que assiste à cena explica: "isso é um jogo de gato e rato: a polícia corre atrás, eles dão a volta na quadra, eles voltam e assim se passa toda a noite"[49].

---

[45] Ibidem.

[46] Em entrevista a Folha de São Paulo, o tenente-coronel Wagner Rodrigues afirmou: "o policiamento está sendo reforçado em pontos estratégicos, inclusive em Higienópolis". Ver "Higienópolis teme invasão de craqueiros", Folha de São Paulo: 06/01/2012.

[47] Ibidem.

[48] Conforme discutido, essa prática já havia sido adotada pela polícia na Cracolândia em diversas ocasiões, incluindo outras operações como a Limpa (2005). É interessante notar, entretanto, que essa tática passou a pautar também o modo de operação da Polícia Militar em manifestações desde pelo menos junho de 2013. De forma bastante semelhante, depois de dispersar o protesto, os policiais passam a perseguir pequenos agrupamentos de manifestantes que muitas vezes, acabam encurralados.

[49] Ver "Polícia usa bombas de efeito moral e balas de borracha na cracolândia". Tv Folha, 09/01/2012. Disponível no link: http://coletivodar.org/2012/01/policia-usa-bombas-de-efeito-moral-e-balas-de-borracha-na-cracolandia-veja-operacao-dor-e-sofrimento/

Como consequência, o resultado, isto é, a dispersão dos usuários de crack, também se deu em outro grau. A Polícia Militar anunciou que a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) passaria a combater a "migração dos nóias", como noticiou uma reportagem[50].

Com esse novo cenário, as equipes de saúde e assistência social, acionadas nessa fase da operação, no entanto, encontravam dificuldades para atuar[51]. Se antes os usuários permaneciam nas adjacências da região da Luz, depois da investida, poderiam estar em qualquer lugar. Por esta razão, instituições de cuidado passaram a mapear e monitorar as vias nas quais havia maior concentração de usuários de crack: a Coordenadoria de Atenção às Drogas, órgão ligado à Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura, identificou 33 pontos; a Secretaria Municipal de Saúde, por sua vez, encontrou grupos em dez bairros: Sé, Santa Cecília, República e Bela Vista (no Centro); Cambuci e Itaim Bibi (na Zona Sul); Pari (na Zona Norte); Moóca e Belém (na Zona Leste); e Barra Funda (na Zona Oeste)[52].

Esse foi um dos pontos elencados pelo Ministério Público em sua ação contra o Governo do Estado por conta da Operação Sufoco (Magalhães, 2016: 70). Em depoimentos, trabalhadores da rede de serviços de cuidado relataram que a investida prejudicou a abordagem, por desordenar as referências de atendimento (ibidem, 71). Por um lado, os operadores dos serviços não sabiam onde encontrar os usuários que atendiam e, por outro, esses usuários não tinham como acessar os operadores por conta da repressão policial. Segundo o texto do Ministério Público, "os equipamentos públicos, igrejas e ONGs foram utilizados pelos dependentes químicos para uma fuga desesperada da violência policial" (apud ibidem).

Em pouco mais de um ano, no entanto, os pequenos agrupamentos dispersos ao redor da cidade diminuíram e a Cracolândia se reconstituiu. Na descrição do jornalista Bruno Paes Manso, escrita em setembro de 2013, a territorialidade voltou a ser a mesma dos "tempos áureos", com centenas de frequentadores todos os dias da semana. Ainda segundo ele, as unidades móveis da Polícia Militar permaneciam estacionadas em frente à Estação Julio Prestes, na Alameda Cleveland, e na esquina da Alameda Dino Bueno com a Rua Helvetia,

[50] "Rota vai combater migração de nóias", Blog do Jornal da Tarde: 10/01/2012, republicado pelo site do Coletivo Dar. Disponível em: http://coletivodar.org/2012/01/rota-vai-combater-migracao-de-noias/
[51] Ver "Ação policial na 'Cracolândia' prejudicou atendimento aos moradores", Rede Brasil Atual: 31/05/2012.
[52] Informações retiradas da reportagem especial do Portal G1 de um ano da Operação Sufoco: "Um ano após operação no Centro de SP, cracolândia resiste e ganha filiais", 03/01/2013.

mas as rondas constantes pararam. "Com o fim das abordagens", conclui Manso, "as procissões do crack acabaram"[53].

Neste mesmo período, multiplicaram-se os programas e serviços de assistência social, saúde, cuidado e atendimentos localizados na Cracolândia. O "buracão", espaço entre casas parcialmente destruídas na Rua Helvetia e ocupado por usuários de crack[54] que foi totalmente demolido na Operação Sufoco[55], deu lugar à tenda municipal do De Braços Abertos em julho de 2013. O programa seria lançado apenas em janeiro de 2014, mas com esse local, a nova gestão da Prefeitura (2013 - 2016) organizava os primeiros atendimentos da Assistência Social e Saúde. Em dezembro de 2013, também na Rua Helvetia, no antigo terreno da rodoviária da Luz, o Governo do Estado abriu a tenda da equipe de rua do programa Recomeço, que havia sido lançado em janeiro daquele ano.

O *fluxo* permaneceu no entorno desses serviços fixos e em dezembro de 2013, veículos da grande mídia começaram a noticiar o surgimento da "favela do crack" entre a Rua Helvetia e Alameda Dino Bueno. Dezenas de barracos feitos com madeirite, pedaços de papelão e sacos de lixo foram erguidos nas calçadas dessas ruas e serviam de moradia para centenas de pessoas. As construções improvisadas se instalaram nas cercanias do *fluxo* em um quarteirão que havia sido quase que inteiramente demolido por operações vinculadas ao Projeto Nova Luz (ver fotos abaixo).

Os barracos foram desmontados em janeiro de 2014, na primeira ação do programa municipal De Braços Abertos. Grande parte de seus moradores, cerca de 400 pessoas, foram cadastrados no projeto e encaminhados para moradias em hotéis nas cercanias. Além desse benefício, recebem tíquetes de alimentação no restaurante popular Bom Prato e têm de trabalhar em uma das frentes do programa, em serviços de limpeza, varrição, horta e outros, com remuneração diária de 15 reais por uma jornada de quatro horas.

---

[53] Ver reportagem "Cracolândia resiste à PM e de novo ruas lotam". Estado de São Paulo, 21/09/2013. Disponível no link: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cracolandia-resiste-a-pm-e-de-novo-ruas-lotam-imp-,1076748

[54] Diversas reportagens foram escritas e filmadas nesse local. Por exemplo: "Ruínas de cortiço revelam cotidiano da cracolândia; veja galeria de fotos". Folha de São Paulo, 06/01/2012. Disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/01/1030768-ruinas-de-cortico-revelam-cotidiano-da-cracolandia-veja-galeria.shtml. E o vídeo "Não temos para onde ir, diz viciado expulso da Cracolândia". TV Folha, 05/01/2012. Disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/tvfolha/2012/01/1030086-nao-temos-para-onde-ir-diz-viciado-expulso-da-cracolandia.shtml

[55] Sobre a demolição, ver notícia "Prefeitura começa a demolir prédios usados pelo tráfico na Cracolândia". G1, 18/01/2012. Disponível no link: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/prefeitura-comeca-demolir-predios-usados-pelo-trafico-na-cracolandia.html

Foto 1: Janeiro/2010 – Alameda Dino Bueno com Praça Julio Prestes

Foto 2: Fevereiro/2011 – depois do início das demolições, Alameda Dino Bueno com Praça Julio Prestes

Foto 3: [Folha de São Paulo] Janeiro/2014 – barracas instaladas na Alameda Dino Bueno com Praça Julio Prestes

Foto 4: [Folha de São Paulo] Janeiro/2014 – barracas instaladas na Alameda Dino Bueno com Praça Julio Prestes

Foto 5: Julho/2014 – continuam-se as demolições na Alameda Dino Bueno com Praça Julio Prestes

Conforme discutido por Magalhães (2016) e Rui (2013; 2014), há uma mudança na gestão estatal na Cracolândia depois da Operação Sufoco, que propicia o surgimento de serviços e programas de cuidado em detrimento de investidas de caráter repressivo associadas a projetos de "revitalização" urbana. Pretendo argumentar, neste capítulo, que esse deslocamento está relacionado a uma transformação nas dinâmicas territoriais da Cracolândia, que envolve diretamente os modos de operação do poder de polícia nesse local.

O que essas cenas revelam é que há uma tensão entre duas formas de gestão do espaço, manifesta na oposição entre a prática policial de *dispersar* os usuários na malha urbana e a forma de atuação *localizada* das instituições de cuidado. Tratam-se de duas lógicas operacionais distintas: enquanto uma procura acabar com a territorialidade da Cracolândia, impedindo o agrupamento de pessoas mediante o uso da força, a outra precisa desse espaço para executar seus programas. Conforme discutido por Magalhães (2016) e Rui (2013; 2014), há uma mudança na gestão estatal na Cracolândia depois da Operação Sufoco que propicia o surgimento de serviços e programas de cuidado em detrimento de investidas de caráter repressivo associadas a projetos de revitalização urbana. Pretendo argumentar que esse deslocamento está relacionado a uma transformação nas dinâmicas territoriais da Cracolândia.

Para isso, recorro a uma descrição de meu diário de campo:

> Alguma coisa amanheceu fora da ordem naquele dia 29 de abril de 2015. O trânsito intenso de usuários, fumando crack e cigarros, bebendo suas cachaças e trocando roupas, cachimbos, CDs e até fitas cassetes, do dia anterior havia sumido. Os pequenos

> brechós, estendidos em cangas no chão; a fileira de pessoas sentadas usando a substância numa sombra improvisada; aquele grande amontoado de gente de pé, parada e andando; todas as barracas e carroças estacionadas; em menos de uma hora, o *fluxo* havia sumido, como cenário desmontado depois do fim da peça. Das centenas de pessoas que vi no dia anterior, restavam umas poucas.
>
> O asfalto, agora, estava molhado e um cheiro híbrido de garoa, sujeira da rua e produto de limpeza diluído pairava no ar. Naquela esquina entre a Alameda Cleveland e a Rua Helvetia, não havia mais gente, só a marcha lenta de alguns caminhões. Eles paravam, alguns trabalhadores com uniformes laranja da limpeza municipal recolhiam colchões, madeirites, pertences, cobertores, roupas, tudo que estava pela frente, e enchiam as carretas. O carreto prosseguia para outro ponto, enquanto outro caminhão jogava água sanitária diluída no chão e na calçada em fortes jatos. Assim, seguiam. Primeiro, levaram as barracas. Depois, as carroças. E em seguida, os colchões e cobertores de quem dormia nas calçadas.
>
> Pessoas saíam dali apressadas com suas carroças cobertas por lonas e lotadas de coisas - muitas vezes, com mais de uma pessoa ajudando a empurrar o peso e com alguns cachorros por perto; outras levavam sacolas cheias ou carrinhos pequenos; e entravam na Alameda Dino Bueno. Parecia terra arrasada, não sobrava ninguém ali, mas bastava virar a esquina: aquele amontoado de gente fumando, negociando e compartilhando o crack, ainda mais rápido que o desmonte do Estado, se restabeleceu em outro lugar. Esse pequeno quarteirão, bem mais estreito que o outro, estava lotado, não se via espaço algum nas calçadas ou nas ruas. As barracas foram remontadas, as carroças estacionadas e lonas estendidas para fazer sombra. Uma extensa fileira de pessoas sentavam-se apoiadas num muro, dezenas permaneciam em pé e em movimento no meio da rua e, do outro lado da calçada, com cangas estendidas no chão e alguns guarda-chuvas abertos, se sentavam outros.
>
> "Já vi isso mil vezes, não adianta nada, só muda de lugar", murmuravam várias pessoas, entre elas usuários, que assistiam ou vivenciavam a cena.

Esse relato mostra um fato já bastante divulgado sobre a Cracolândia paulistana: as operações realizadas pelo poder público não conseguem acabar com essa territorialidade, apenas promovem seu deslocamento territorial. A mesma paisagem, descrita acima, se restabelece a curtas ou longas distâncias, permanecendo, entretanto, sempre em uma mesma região: nas

adjacências do bairro da Luz, Campos Elísios e Bom Retiro. Foi assim que a Cracolândia se moveu desde seu surgimento nos anos 1990 até os dias atuais, passando das imediações das ruas dos Protestantes, Andradas e do Triunfo, no perímetro conhecido como "boca do lixo", para as cercanias do Parque e da Estação da Luz, estando, atualmente, entre a Estação Júlio Prestes e a Avenida Rio Branco.

Como bem notou Taniele Rui (2012, 191), mapear o deslocamento territorial dessa grande concentração de usuários de crack no centro de São Paulo já se tornou um procedimento "quase obsessivo" de pesquisadores e jornalistas. São inúmeros os mapas criados por meios de comunicação que tentam circunscrever geograficamente a Cracolândia (ibidem, 191) - empreendimento sempre temporário e necessário de ser refeito.

Pensando nesse histórico de deslocamentos territoriais, Frúgoli e Spaggiari (2010) propõem compreender a Cracolândia como "territorialidade itinerante". Esta categoria, retirada dos estudos de Perlongher acerca de sociabilidades homoeróticas masculinas no centro paulistano, procura dar conta das características móveis e provisórias desses espaços, que se movem constantemente segundo as circunstâncias. Trazendo essa ideia para o caso analisado, os autores afirmam que a Cracolândia muda de lugar conforme o "tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas" (ibidem, 3), sendo uma questão situacional.

Com essa categoria, Frúgoli e Spaggiari (2010) procuram abarcar tanto os deslocamentos permanentes quanto os mais transitórios. Essa diferença parece não ser importante para o trabalho dos autores, preocupados em desvendar a pluralidade de atores e relações tecidas na Cracolândia, a fim de problematizar a representação dominante desse espaço como sendo a "terra do crack". É uma marcação, no entanto, muito relevante para essa pesquisa, como será argumentado ao longo do capítulo.

Ao reconstituir o deslocamento da Cracolândia, é possível notar que seus principais marcos são operações ostensivas, entre as quais podemos destacar: a Operação Cracolândia, de 1998 (cf. Silva, 2000: 22; Carvalho, 2012: 19); a Operação Limpa, de 2005 (cf. Raupp, 2011: 56; Frúgoli e Spaggiari, 2010); outras vinculadas ao projeto urbanístico Nova Luz (cf. Frúgoli e Sklair, 2009); e a Operação Sufoco, em 2012 (cf. Magalhães: 2016).

Ainda que com diversas particularidades, essas intervenções seguiram um mesmo modelo: para dispersar a concentração de usuários, utilizaram repressão, perseguição e detenções e,

nos dias seguintes, para assegurar que não houvesse reagrupamento, as forças policiais ocuparam esses pontos. O resultado: a migração da Cracolândia para ruas adjacentes onde não houvesse a repressão policial até que uma nova investida a retirasse dali.

O *fluxo* também se desloca e dispersa momentaneamente em decorrência de abordagens policiais que impedem o agrupamento de usuários. Essa ronda de dispersão, entendida pelos usuários como um "jogo de gato e rato" (cf. Rui, 2012: 46 e 199), era uma forma bastante comum de atuação da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana nessa territorialidade, conforme mostram diversas pesquisas (Silva, 2000; Rui, 2012; Frúgoli e Spaggiari, 2010), realizadas sobretudo no período entre 2000 e 2011.

Tal dispersão, no entanto, não foi observada durante minha pesquisa de campo, feita em 2014 e 2015. Diferentemente do relatado por outros autores, a Cracolândia permanecia fixa na sua localização ao longo dos dias e, quando se movia, era em bloco unitário, como na investida descrita na abertura desse tópico. Ao contrário de operações como a Limpa (2005) e a Sufoco (2012), cuja principal direção era impedir o agrupamento dos usuários de crack[56], as investidas policiais que presenciei se direcionavam a cercar, limitando o espaço nos quais eles poderiam ficar, e/ou a mudar esse agrupamento de local, mas de forma organizada e centralizada, de modo a impedir sua dispersão.

Essas ações, segundo as constatações empíricas de pesquisas anteriores (Rui, 2012: 199) e da presente etnografia, atuam segundo dois eixos, que se baseiam em duas racionalidades distintas com efeitos díspares na territorialização da Cracolândia: a ronda contínua para *dispersar* os usuários e evitar sua concentração; e o cerceamento em um ponto, que pode implicar também em deslocamentos mas sempre voltados ao princípio de *concentração*. Enquanto a primeira técnica contribui para criação de diversos agrupamentos de usuários de crack espalhados pelo centro e regiões adjacentes, e reagrupamento posterior em alguma área com menor presença policial, a segunda opera na direção contrária, provocando uma concentração maior em um único ponto próximo à área da Luz.

Fixação espacial: de bombas a grades

Em maio de 2014, a Prefeitura de São Paulo colocou grades em volta de um calçadão entre a Rua Cleveland e a Alameda Helvetia [ver fotos abaixo], e agentes da Guarda Civil Metropolitana empurraram o agrupamento de usuários de crack, então concentrados a um

[56] Sobre a "Operação Limpa", de 2005, o então sub-prefeito da Sé, Andrea Matarazzo afirmou: "O importante é que a "cracolândia" não é mais aquela coisa concentrada, um endereço do crime".

quarteirão dali, na Alameda Dino Bueno, para dentro desse "cercadinho". Segundo o prefeito Fernando Haddad, o gradil visava impedir usuários de permanecerem nas vias públicas e assim, liberar o fluxo para pedestres e motoristas. Nas palavras de Roberto Porto, secretário municipal de Segurança Urbana, "estamos tentando liberar as calçadas e ruas para garantir o direito de ir e vir da população"[57].

A medida foi recebida com indignação pelos usuários de crack que, em resposta, ocuparam a tenda do programa municipal De Braços Abertos, localizada a poucos metros do cercado na rua Helvetia. Segundo alguns usuários entrevistados pelo jornal Folha de São Paulo na ocasião[58], eles teriam aceitado mudar o ponto de concentração para o local desejado pela Prefeitura, mas não admitiam as grades. Assim, no mesmo dia de sua instalação, os gradis foram retirados pelos usuários e não mais repostos pela administração municipal.

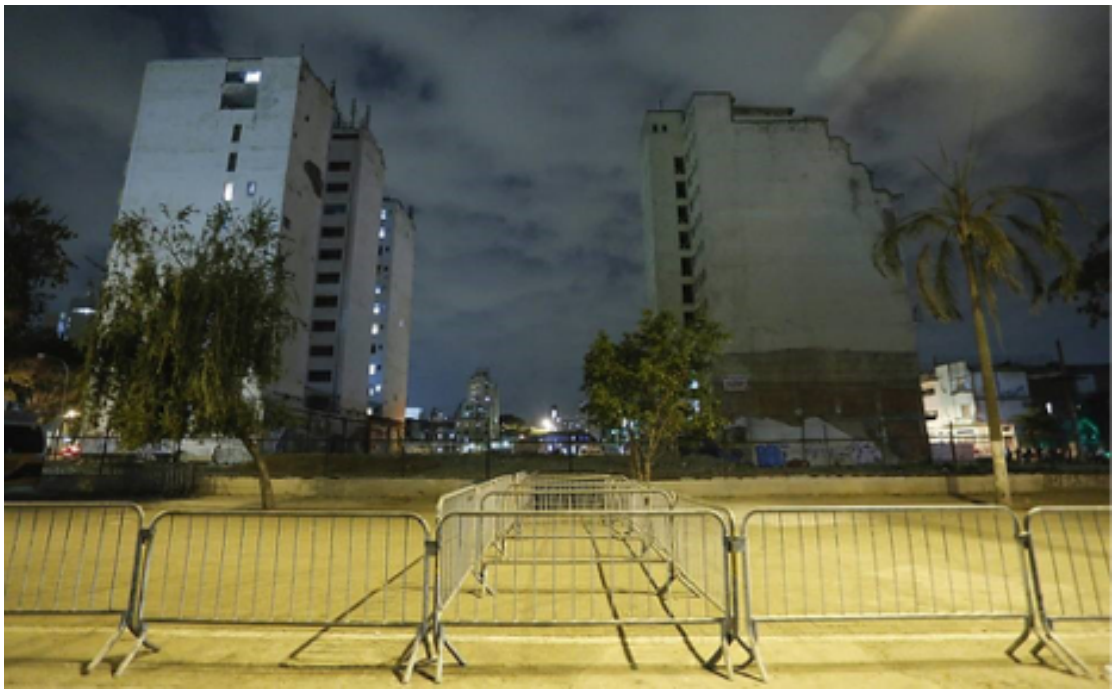


Foto1: Grades instaladas no espaço destinado ao fluxo. Crédito: Folha Press.

[57] Ver notícia: Prefeitura faz 'cercadinho' para usuários de crack no centro de SP. Folha de São Paulo, 14/5/2014. Disponível no link: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1454065-prefeitura-faz-cercadinho-para-usuarios-de-crack-no-centro-de-sp.shtml

[58] ibidem.

Foto 2: Usuários se recusaram a permanecer no cercado, mas se deslocaram para o local. Crédito/ Folha Press.

As grades deixam bastante explícito o caráter de *cerceamento* que as operações policiais assumem para manter o *fluxo* em determinado espaço, mas é importante considerar outros aspectos em jogo no deslocamento territorial forçado pela Prefeitura nesta ocasião.

Em primeiro lugar, a atuação policial é realizada no sentido de deslocar o agrupamento de usuários de um ponto não para dispersá-los, como no caso paradigmático da Operação Sufoco, mas sim para concentrá-los ainda mais. Em segundo lugar, parece haver um planejamento referente ao local mais estratégico para a permanência do *fluxo*. Neste caso, a esquina para a qual os usuários foram deslocados possui um calçadão bastante largo e extenso[59] [ver fotos abaixo], que acomoda um maior número de pessoas sem atrapalhar o trânsito de veículos nas ruas, torna mais fácil para os guardas e policiais fazerem o cerceamento e vigilância do fluxo, bem como facilita a abordagem dos trabalhadores da Saúde e Assistência Social; o ônibus de videomonitoramento, entregue pelo programa federal "Crack, é possível Vencer" para a GCM controlar a Cracolândia,[60] havia sido instalado nesse

[59] A esquina entre Alameda Cleveland e a Rua Helvetia sofreu uma série de alterações urbanas num curto intervalo de tempo, como mostram as fotos abaixo no texto. Os imóveis, apesar de estarem em uso comercial e residencial, foram demolidos. A ideia era que o espaço desse lugar a nova sede do 2º Batalhão do Grupamento Norte do Corpo de Bombeiros, atualmente instalado na Alameda Barão de Piracicaba, a um quarteirão dali, em um terreno que seria utilizado para a construção do Complexo Cultural da Luz. As obras, no entanto, foram paralisadas posteriormente.
Para mais informações, ver: http://www.saopauloantiga.com.br/alameda-cleveland-173a199/

[60] Conhecido como "Big brother", esse ônibus possui: em sua parte externa, quatro câmeras fixas e outra câmera fixada em um mastro, que consegue atingir nove metros de altura e capturar até um quilômetro e meio de distância, e uma antena que recebe a imagem de outras 19 câmeras instaladas pela região. Dentro do ônibus, há uma sala de vídeo monitoramento com telas exibindo as imagens filmadas 24 horas por dia. Segundo inspetor da

local, em outubro de 2013. Como fica claro na proposta oficial do programa federal[61], esse veículo tem como objetivo o monitoramento das grandes concentrações de usuários de crack. Daí a importância de deixar o *fluxo* próximo ao ônibus, onde poderia capturar melhor as imagens.

Foto 1: Janeiro/2010 – Rua Helvetia x Alameda Cleveland

Guarda Civil Metropolitana, entrevistado em programa da Rede Globo, "as câmeras são instrumento para visualizar ações contra a pessoa e o património, e, ao mesmo tempo, observar usuários em situação de uso do crack para acionamento da secretaria da saúde e da assistência social para realização do atendimento" (ver http://globotv.globo.com/rede-globo/encontro-com-fatima-bernardes/v/cameras-sao-usadas-para-combater-o-crack-em-sao-paulo/2886872/).

[61] Ver notícia: BBB do Crack: governo entrega ônibus com câmeras para monitorar cracolândias. Do Jornal Brasil, 24/05/2013. Disponível no link: http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/05/24/bbb-do-crack-governo-entrega-onibus-com-cameras-para-monitorar-cracolandias/

Foto 2: Fevereiro/2011 – Rua Helvetia x Alameda Cleveland

Foto 3: Julho/2014 – fluxo já estabelecido na Rua Helvetia x Alameda Cleveland

Foto 4: Março/2015 – barracos instalados na Rua Helvetia x Alameda Cleveland

Foto 5: Maio/2016 – Rua Helvetia x Alameda Cleveland

Seguindo esse mesmo modelo de operação, a equipe de limpeza urbana junto da Guarda Civil Metropolitana move o *fluxo* todos os dias, por duas ou três vezes, desde dezembro de 2014 até o momento de redação deste texto. A investida, nomeada de "Operação Limpeza", tem como objetivo remover o lixo e limpar as vias ocupadas pelo agrupamento de usuários[62]. O grupo de

[62] Ver reportagem "Com faxinas e guardas, barracos viram favela móvel na Cracolândia". Folha de São Paulo, 20/12/14.

guardas, com armas menos letais em punho, chega primeiro e empurra os usuários em bloco até o próximo quarteirão, seguindo o sentido do trânsito das ruas. Já sabendo da dinâmica diária, rapidamente, as pessoas pegam seus pertences, desmontam suas barracas e seus guarda-sóis, e se movem. Enquanto isso, alguns garis passam varrendo o chão e outros recolhendo materiais deixados nas vias. Um caminhão com a carreta aberta estaciona ao lado e em poucos minutos, fica lotado de colchões, roupas, papeis, pedaços de madeira, sacos de plástico, que leva para um "lixão". Em seguida, chega o caminhão pipa da limpeza jogando jatos de água sanitária diluída nas ruas e calçadas. Ao final da limpeza, que leva cerca de 30 minutos, o *fluxo* volta ao seu local original, pelo mesmo caminho em que saiu. Roberto Porto, que era secretário de Segurança Urbana quando essas investidas se estabeleceram, explicou que trata-se de uma medida de redução de danos, de cuidar da higiene do espaço[63].

Se, inicialmente, havia resistência dos usuários, depois de um tempo, essa dinâmica se tornou uma prática rotineira. Em uma ocasião, cheguei a presenciar, inclusive, boa parte dos usuários se deslocando para o quarteirão seguinte antes mesmo da chegada da equipe de limpeza. Quando olhei com estranheza aquela mudança brusca e repentina, sem nenhum sinal de repressão, uma trabalhadora do De Braços Abertos explicou: "É porque são 15h e pouco... logo mais vem a limpeza e eles se adiantam"[64].

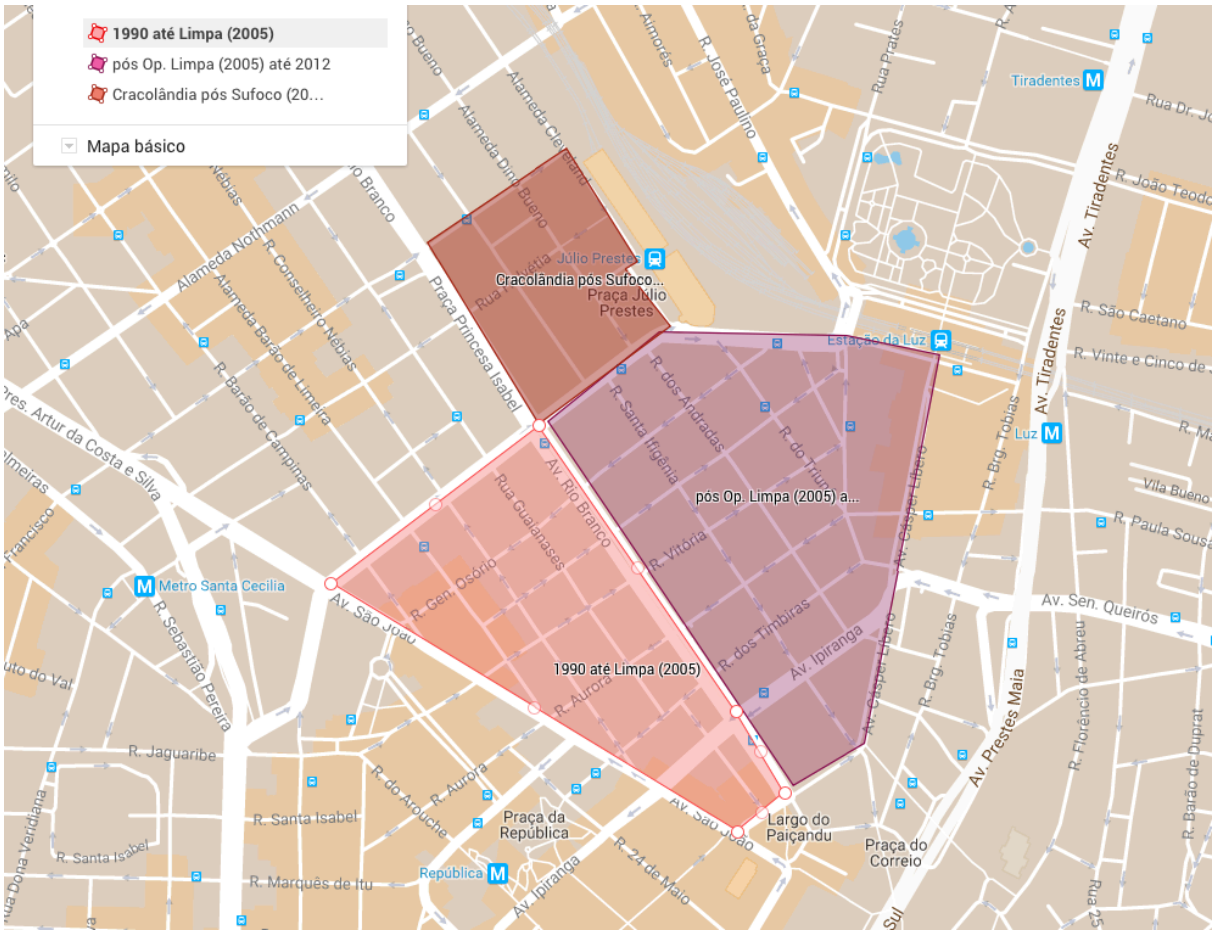
Em abril de 2015, um ano após o episódio das grades, a Prefeitura realizou uma nova operação para retirar os usuários da esquina entre a Alameda Cleveland e a Rua Helvetia para a qual havia os deslocado. Como brevemente descrito no início do tópico anterior, o *fluxo* se restabeleceu a poucos metros dali, em um quarteirão na Alameda Dino Bueno entre a Rua Helvetia e a Praça Sagrado Coração de Jesus. Para assegurar sua permanência nesse local e impedir a dispersão, tanto a Guarda Civil Metropolitana quanto a Polícia Militar montaram pontos de bloqueio ao redor deste quarteirão, proibindo a circulação de ônibus e carros em ruas adjacentes e interpelando pedestres considerados "suspeitos". Segundo informações obtidas pela rádio CBN, os guardas e policiais não estavam permitindo ninguém entrar ou sair do *fluxo* com mochilas, malas, carroças e colchões. Depois da operação, observei o posicionamento de novas viaturas da Guarda Civil Metropolitana em todas as esquinas que cercam o quarteirão da Alameda Dino Bueno. Em uma dessas, em um curto intervalo de tempo, vi os guardas revistarem diversos pedestres – entre eles, inclusive, trabalhadores do

[63] Ibidem.
[64] A prática da limpeza passou por algumas modificações desde seu início, no fim de 2014. Por conta de críticas de usuários e trabalhadores do programa De Braços Abertos, a IOPE, espécie de tropa de choque da GCM, deixou de ser acionada para a função.

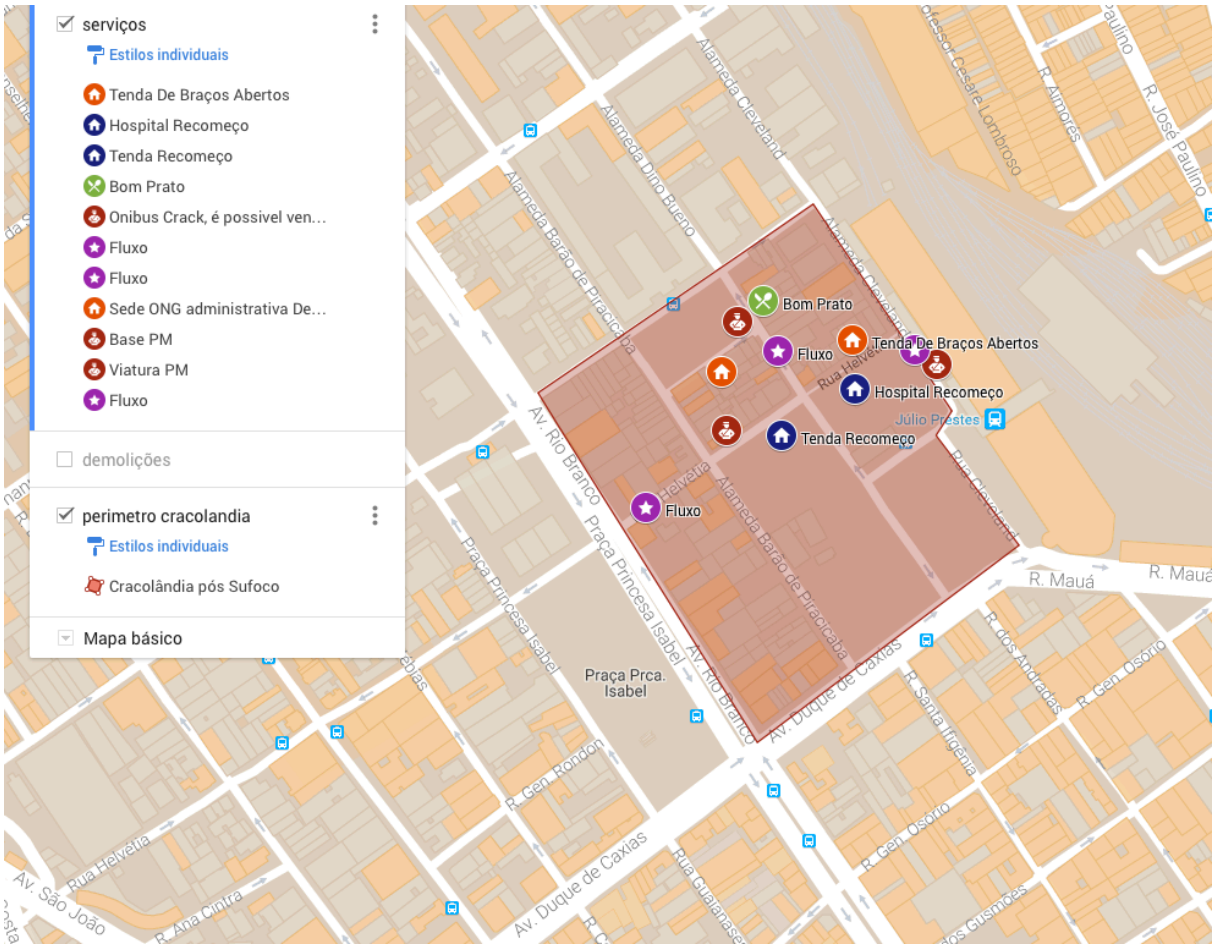
programa municipal De Braços Abertos. Uma recepcionista de um salão de beleza, entrevistada pela Rádio CBN, louvou a iniciativa: “melhorou muito porque antes eles (usuários de crack) ficavam transitando pelos quarteirões ao redor”, o que, segundo ela, atrapalhava o movimento do comércio.

Essa fala capta muito bem um dos sentidos relacionados à prática de concentrar o agrupamento de usuários de crack: o de tentar restringir sua circulação a um determinado perímetro.

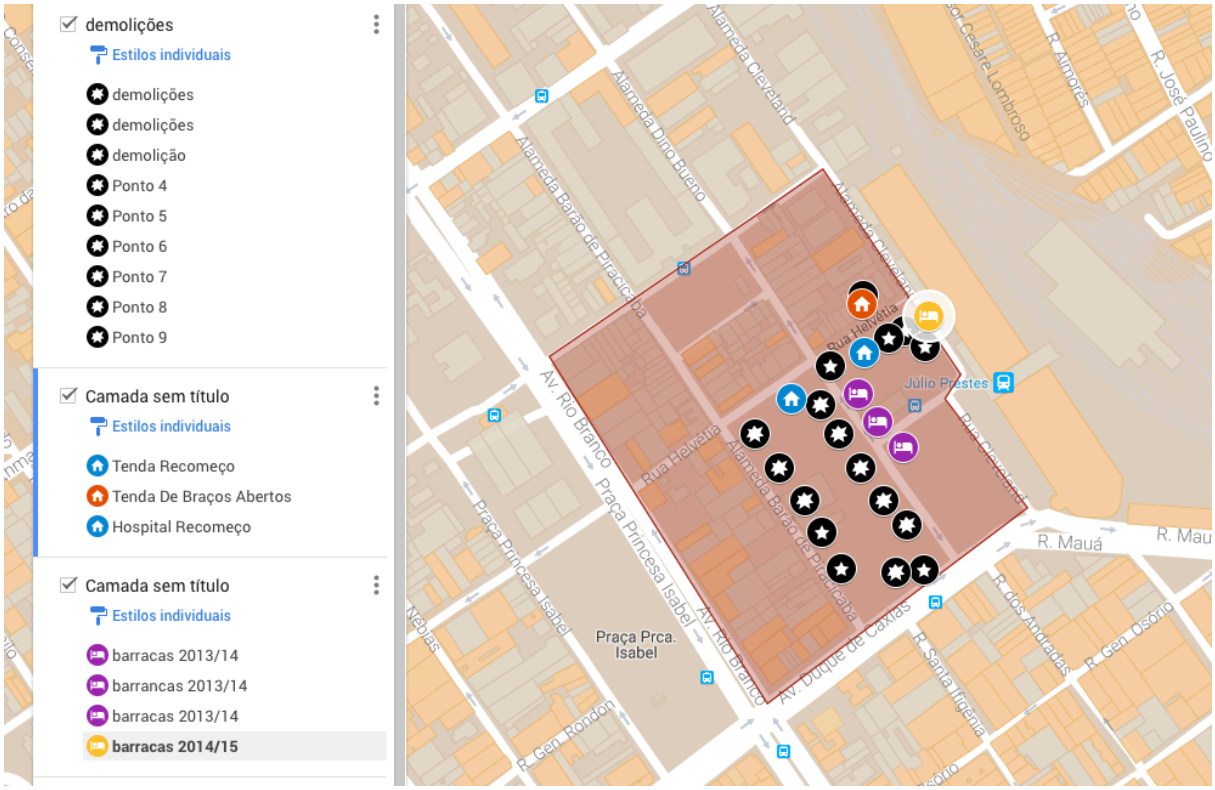
Se o cálculo para mover o *fluxo* da Alameda Cleveland para a Dino Bueno parece ser situacional, variando conforme a pressão pública e conjuntura política (Rui: 2012, 199), o território considerado para esse deslocamento não é genérico. Não se trata de transferir o *fluxo* para qualquer rua entre os bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elísios, mas de deixá-lo nas cercanias da Estação Julio Prestes, permitindo a circulação de seus frequentadores nos quarteirões em que se estabeleceram os serviços especializados voltados a esse público-alvo. Se as operações realizadas entre o final dos anos 1990 e a Sufoco, de 2012, tiveram como resultado a dispersão da Cracolândia em uma área de cerca de 780 mil metros quadrados (ver mapa), com o estabelecimento das instituições em sedes fixas para atender os usuários de crack, a partir de 2013, não faria sentido afastá-los de lá.



Mapa com deslocamentos da Cracolândia segundo operações



Cracolândia encontrada durante a pesquisa, estabelecida pós Sufoco/2012, com os principais serviços em destaque.



Demolições, serviços estatais e barracos (2013/2014 e 2014/2015) na Cracolândia pós Sufoco.

Neste sentido, é interessante notar que os principais pontos de atendimento foram construídos em terrenos demolidos ou edifícios desapropriados pelo Projeto Nova Luz, mas que com a paralisação desse projeto, permaneceram vazios. Tanto a tenda do De Braços Abertos quanto a do Recomeço se estabeleceram em espaços previamente ocupados por casas, pensões e cortiços, demolidos entre os anos de 2011 e 2013. O Hospital Recomeço, por sua vez, ocupa o único prédio que restou de um quarteirão inteiro e que havia sido desapropriado pelo Nova Luz, permanecendo ocioso até então.

O deslocamento no modo de gestão do espaço na Cracolândia implicou também em uma reconfiguração dos mecanismos de controle nessa territorialidade.

Reconfiguração dos modos de controle: do "noia" ao traficante

- E aí, o que você achou do cheiro da pedra?

- Ah, não é forte, né? Eu gosto mesmo do cheiro da maconha.

- É porque maconha é uma erva, planta – completei, interrompendo o diálogo.

- É! Igual chá – continuou Seu João.

Felipe começa a explicar que conforme aprendeu em um CRAS em Brasília, a maconha pode ajudar na recuperação de quem é dependente do crack. "Isso é redução de danos", disse ele, acrescentando que sua companheira tem seguido a proposta.

- É verdade... mas maconha também prende – digo a ele, tentando ponderar.

- Tem lugar que é legalizado... Não é na Suíça que tem uma praça que pode usar? – perguntou ele.

- Mas aqui também tem! – interrompeu Gabriel – Tem a Cracolândia! Pode colocar o Brasil na sua lista aí.

- Ah, mas não é igual – respondeu Felipe.

- Ah não? Pode acender o cachimbo de crack na frente dos polícia que eles não fazem nada – continuou – mas ahhhhh vai acender um baseado: eles te prendem na hora!

- Por que? – pergunto a ele.

Depois de alguns rumores, um senhor que até então permanecia quieto, diz:

- Porque para a Polícia, quem fuma maconha é traficante; para eles, usuário só usa crack.

Ele é ovacionado com aplausos, risos e muitas concordâncias. Gabriel acrescenta:

- Para eles, foda-se, pode se matar aí no crack... mas acendeu um baseado... risos.

Esse trecho do diário de campo se refere a uma conversa estabelecida entre beneficiários do De Braços Abertos após uma jornada de trabalho. Voltávamos todos juntos do serviço, acompanhados de alguns trabalhadores do programa municipal. É interessante notar que entre as representações acionadas, há um conhecimento experimental desses usuários de crack sobre o modo de atuação da polícia.

Quando um deles se refere à legalização do uso de drogas ocorrida em um país distante, territorial e simbolicamente, Gabriel reflete sobre o estatuto da Cracolândia: diferentemente de outros territórios e cenas de uso da cidade, ali o uso do crack é tolerado pelos agentes das instituições de segurança. Em sua visão, a perspectiva dos policiais é de não se importar com esse comportamento, mesmo que o consumo seja prejudicial para o usuário – "para eles, foda-se, pode se matar aí no crack".

Mas, nem sempre foi assim: como discutido no capítulo anterior, as investidas estatais realizadas até a Operação Sufoco, em 2012, propunham-se a impedir esse tipo de apropriação do espaço urbano. As rondas contínuas, conduzidas pela Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana, para dispersar o agrupamento de usuários, também se embasavam nessa ideia (Magalhães: 2016, 84). O foco da repressão policial, como explicitado nas diretrizes do Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco, era a conduta de determinados grupos, como os usuários de crack e pessoas em situação de rua. É neste sentido que Rui (2012) aponta que os efeitos visíveis do consumo de crack nos corpos "produzem sérias consequências a esses mesmos sujeitos", pois os torna expostos a diferentes tipos de intervenção e esforços disciplinares, entre os quais os do Estado. Naquele momento, carregar as marcas do uso de crack (como sujeira, magreza, marcas nos lábios e dedos) na Cracolândia era se tornar mais suscetível às abordagens policiais.

No momento da presente pesquisa, a repressão aos frequentadores da Cracolândia, entretanto, não se dava da mesma forma. Como explicitado no diálogo de abertura deste tópico, o problema tornou-se ser identificado pela polícia como traficante e não usuário. Por isso, tinham de ter cuidado em acender um cigarro de maconha no *fluxo*.

Se, antes, as investidas estatais pareciam se pautar segundo a lógica de policializar determinadas condutas, reprimindo pessoas sem que tivessem cometido qualquer tipo de

crime previsto pela lei (Telles et al: 2013, 4), agora, trata-se também de enquadrar os sujeitos como "suspeitos" de terem infringido o artigo 33 da Lei de Drogas (11.243/2006). Nesse caso, a mera suspeita - agora relacionada a uma conduta criminalizada e punível com pena de prisão, além de moralmente condenável - revela um deslocamento explícito no discurso das autoridades estatais que, a todo o momento, marcam a diferença entre o tratamento dado aos usuários e aos traficantes (Magalhães: 2016, 131).

A separação da narrativa oficial perde sua inteligibilidade na prática cotidiana: qualquer um que acender um "baseado" pode ser detido por tráfico de drogas. A constatação dos usuários de crack com quem conversei revela a arbitrariedade dos critérios aplicados pelos policiais e guardas para considerar se uma pessoa é ou não "suspeita".

Algo que foi apontado, desde o início do De Braços Abertos, por operadores do Estado, engajados em uma espécie de ativismo[65] em seu campo de trabalho. Retomando o debate acerca da Lei de Drogas de 2006, esses militantes indicam que a separação entre usuário e traficante é bastante nebulosa no texto normativo por não se embasar em critérios objetivos, mas sim na interpretação de policiais, promotores e juízes[66]. Um cenário que fica ainda mais latente na Cracolândia, onde a pedra de crack é utilizada como moeda de troca em transações diversas. Apenas um mês depois do lançamento do programa municipal, o Coletivo Dar e o É de Lei publicaram um texto[67] no qual argumentam que a repressão policial, tão denunciada em operações anteriores como a Sufoco (2012), não deixou de existir com o projeto, mas foi realocada. Como evidência disso apontam uma coletiva de imprensa para tratar das primeiras semanas do De Braços Abertos, no dia 23 de janeiro de 2014, que o prefeito Fernando

[65] Sobre esses operadores, a pesquisa de Malvasi et al (2016) mostra como circulam dentro de diversas instituições de gestão social, se engajando tanto na trajetória daqueles que atendem, procurando encontrar resoluções aos problemas, quanto na militância política e até pesquisa acadêmica.

[66] O NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência) conduziu uma pesquisa sobre a aplicação da nova lei de drogas, aprovada em 2006, na qual esse debate é aprofundado. Segundo os autores, com as mudanças no texto do código penal, esperava-se que o "número de pessoas presas diminuiria, uma vez que o usuário não seria mais punido com pena de prisão". No entanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário com o aumento do número de presos por tráfico de drogas a partir de 2006, ano de vigência da lei. Uma das principais conclusões do estudo é que a Lei, apesar de diferenciar tipos penais na cadeia do tráfico de drogas, "não foi objetiva em relação à definição do pequeno, médio e grande traficante". Assim, "apesar da previsão de diferentes tipos penais, todos acabam classificados simplesmente como traficantes" (Salla, Marques e Rocha, 2011). Para saber mais sobre essa discussão, a reportagem do G1 "Com Lei de Drogas, presos por tráficos passam de 31 mil para 138 mil no país" também oferece dados e perspectivas sobre a nova lei. É interessante notar como alguns dos operadores de programas estatais na cracolândia conheciam esse debate e se posicionavam dentro desse campo, reivindicando as especificidades do contexto da cracolândia.

[67] Bem vindos os braços abertos: que venham sem os punhos fechados", por Coletivo DAR e Centro de Convivência É de Lei, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://coletivodar.org/2014/02/bem-vindos-os-bracos-abertos-que-venham-sem-os-punhos-fechados/
Acesso em setembro de 2016.

Haddad deu em conjunto com o Secretário de Segurança do Governo do Estado. Além dos números de beneficiários do programa, as autoridades apresentaram a quantidade de pessoas presas e drogas apreendidas.

Cracolândia, campo gravitacional

> Em janeiro, a gente mostrou o começo da Operação De Braços Abertos: a Prefeitura ofereceu trabalho e hospedagem para os dependentes químicos saírem das ruas e tirou os barracos que ficavam perto da Sala São Paulo. Mas, a tranquilidade durou pouco ... a situação voltou a ficar insuportável.

O programa televisivo SPTV, da Rede Globo, deu um "furo" jornalístico e publicou antes de qualquer outro veículo de imprensa a notícia de que novos barracos eram erguidos na Cracolândia. A reportagem, do dia 19 de novembro de 2014, poucos meses antes do programa municipal completar um ano, já fazia um balanço negativo de sua eficácia: o número de pessoas no *fluxo* aumentou, ao contrário do esperado pela gestão[68].

Com duração de sete minutos, a matéria deu destaque para os moradores da região que reclamavam não ter segurança perto de suas casas e de terem sido esquecidos pelo poder público, apesar de "pagarem seus impostos". Entre imagens atuais e antigas da Cracolândia, a apresentadora recuperou outras intervenções na região e concluiu: "será que vamos ver o fim da Cracolândia? O sonho de todos... tomara que isso aconteça". No estúdio, um especialista foi entrevistado acerca do que poderia ser feito para acabar com essa cena de uso. Ao vivo, o helicóptero da Globo sobrevoava uma área da Radial Leste em que também há concentração de barracos; em seguida, uma repórter na Cracolândia entra no ar[69].

Não demorou muito para a notícia repercutir e se desdobrar em novas matérias de outros jornais nas semanas seguintes[70]. Uma equipe da Folha de São Paulo foi ao local no mesmo dia para contar o número de barracos erguidos: "a multidão se amontoa em volta dos 48 barracos em busca das pedras de crack. É a feira de drogas que acontece 24 horas por dia na nova 'favelinha' da cracolândia, que cresce no centro paulistano"[71]. A conclusão era de que o

---

[68] Ver "Cracolândia volta a ocupar rua no centro de São Paulo". SPTV, 19/11/2014. Disponível no link: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/cracolandia-volta-ocupar-rua-no-centro-de-sao-paulo.html

[69] Ibidem.

[70] Ver, por exemplo, "Reinaldo Azevedo fala sobre a Cracolândia na gestão Fernando Haddad". Jovem Pan, 20/11/2014. "Grupo resiste ems air da Cracolândia, diz Haddad". R7, 24/11/2014. "Grupo usa de violência para montar barracos, diz Haddad". G1, 24/11/2014. "Operação falha na Cracolândia". Jovem Pan, 25/11/2014. "Com faxinas e guardas, barracos viram favela móvel na Cracolândia". Folha de São Paulo, 10/12/2014. Um contraponto a grande parte das reportagens é o texto "O fracasso da política de Guerra às drogas em poucos quarteirões da cracolândia", de Bruno Paes Manso, publicado no dia 25/11/2014.

[71] Trata-se da reportagem "Apesar de programas, cracolândia volta a crescer no centro de SP". Folha de São Paulo, 20/11/2014.

programa municipal não só não tinha conseguido diminuir o número de usuários de crack nas ruas, como também, nesse período, havia aumentado o fluxo de pessoas no local.

Em resposta, a Prefeitura de São Paulo emitiu nota afirmando que esse crescimento estava "diretamente ligado à continuada oferta de drogas na região" e, portanto, constituía, um problema da alçada do Governo do Estado que, lembrava, havia diminuído o efetivo policial na região[72]. As acusações foram respondidas pela administração estadual que declarou ter na cracolândia "o maior efetivo por metro quadrado do Estado" [73].

A fim de compartilhar seus planos, a Prefeitura convocou uma reunião com trabalhadores do De Braços Abertos, pesquisadores e ativistas da Cracolândia. Na ocasião, autoridades municipais afirmaram que os barracos eram utilizados por membros do crime organizado a fim de promover o tráfico de drogas na região[74]. Roberto Porto, então secretário de Segurança Urbana do município, atribuiu o aumento do tráfico na Cracolândia à migração de traficantes despejados em uma operação no Parque Dom Pedro II, em setembro. Na narrativa das autoridades municipais, a constatação de que há mais barracos e pessoas no *fluxo* se transforma em uma denúncia do aumento de tráfico.

A situação se desenrolou durante meses até a operação de abril de 2015 que desmontou os barracos e deslocou o *fluxo*.

As descrições da imprensa e as respostas das autoridades carregam um caráter sensacionalista – e, possivelmente, muitas motivações escusas. Apesar disso, tratam de um fenômeno que de fato ocorreu na Cracolândia e foi possível de ser observado durante a pesquisa: desde o estabelecimento do De Braços Abertos, em janeiro de 2014, o *fluxo* aumentou, assim como o número de barracas, que pareciam não ser mais usadas apenas para moradia, mas também para o comércio informal[75]. Esse cenário foi atribuído pelas autoridades municipais ao mau policiamento e por grande parte da mídia ao fracasso do programa municipal, como se as

---

[72] Ver "Haddad diz que faltam policiais na Cracolândia; PM nega". Folha de São Paulo, 20/11/2014. Nessa linha de acusações, o prefeito Fernando Haddad escreveu, em sua conta oficial de Twitter: "Crack: cobram da União a fiscalização de 17 mil km de fronteiras contra a droga, mas as polícias locais não controlam um quarteirão da LUZ". Ver "Em rede social, Haddad critica policamento na cracolândia". Folha de São Paulo, 21/11/2014.

[73] Magalhães remonta esses episódios, tratando, inclusive, dos pactos estabelecidos entre os governos municipal e estadual a fim de supostamente combater o tráfico na Cracolândia.

[74] Este episódio será trabalhado novamente no capítulo X (labirinto).

[75] Conversando com pessoas que acompanham a dinâmica local, o jornalista Bruno Paes Manso afirmou, em dezembro de 2014, que todas haviam chegado à mesma conclusão de que "a venda da droga nunca esteve tão organizada". Em campo, não foram poucas as vezes que ouvi relatos semelhantes de trabalhadores e ativistas, que entendiam o surgimento dos barracos como uma forma de esconder atividades ilícitas das câmeras da Guarda Civil Metropolitana.

pessoas que estivessem montando os barracos nesse momento fossem as mesmas inclusas no projeto no início de 2014. Argumento, em oposição a essas perspectivas, que tanto o desenvolvimento de redes de comércio informal quanto a chegada de novas pessoas ao local são dinâmicas decorrentes das políticas de fixaram espacialmente a Cracolândia articuladas às de dispersão em outras regiões da cidade. Se a prática de dispersar deixa de ocorrer na Cracolândia, tal medida continua sendo usada em outras territorialidades.

As lógicas de *dispersão* e *concentração* operam, pois, de forma articulada, de modo que o deslocamento é resultado de uma política que induz a circulação das pessoas entre territorialidades por meio da interrupção ou instalação de programas assistenciais. Ou seja, na medida em que o Estado deixa de oferecer atendimento em um determinado ponto e impede as pessoas de permanecerem ali, elas passam a se fixar em outras localidades nas quais esses serviços estão presentes e não há rondas policiais constantes. Isto não significa que todos sigam necessariamente um circuito pré-estabelecido, mas suas trajetórias são fortemente condicionadas por essa dinâmica, uma vez que a busca por recursos é o que enseja a transição de um local para outro. Trata-se de um modo de gestão da população em que o Estado define e limita onde as pessoas podem ou não permanecer de acordo com a conjuntura e interesses situacionais, impondo às pessoas uma condição de circulação contínua e produzindo circuitos dentro do espaço urbano. E a Cracolândia configura-se como um ponto de concentração enquanto outros espaços como de dispersão.

A gestão municipal de Gilberto Kassab, entre os anos de 2006 e 2012, conduziu uma política de *dispersar* pessoas em situação de rua dos bairros centrais de São Paulo. Por meio de diversas medidas, induzia-se o deslocamento desse grupo para bairros mais periféricos. Albergues foram fechados nas cercanias da Sé, República e Glicério, extinguindo cerca de 4 mil vagas; a lei 14.146, sancionada em 2006, proibiu a circulação nas ruas de São Paulo de carroças, principal instrumento de trabalho de catadores de materiais recicláveis, que passaram a ser alvo de apreensões da Guarda Civil Metropolitana; medidas administrativas, como a Ordem Interna da Secretaria de Segurança Urbana, determinaram metas para os guardas civis metropolitanos expulsarem moradores de rua do centro (ver documento MP); e tentou-se proibir práticas assistenciais e de caridade à população em situação de rua, realizadas nessa região, como por exemplo, a distribuição do "sopão".

Em uma das reportagens publicadas durante o período, a fala de um dos usuários do albergue parece resumir as diretrizes desse governo: "Quando me tiraram do Glicério, me mandaram

para a zona leste. Mas, lá, não tem atendimento de saúde e falta lugar para vender lixo ou papelão. O governo fecha os albergues centrais e diz para irmos para outros na periferia". Assim como muitos outros, Cícero decide não seguir o encaminhamento, pois além de precisar de diversas instituições assistenciais, depende de estabelecimentos localizados no centro para coletar e vender materiais recicláveis e, portanto, desenvolver sua atividade econômica.

Concomitante a esse processo de desmantelamento dos programas assistenciais no Centro, a gestão municipal inaugurou espaços de convivência no Parque Dom Pedro II (2010), e na Mooca (2012), Brás (2012) e Ermelino Matarazzo (2012). Essas tendas contavam com uma equipe de orientadores e possuíam espaço para higiene e lazer, mas não ofereciam vagas de pernoite como os albergues. Dessa forma, muitos usuários desse serviço acabaram por se instalar nas cercanias desses espaços em "malocas" ou com barracas de camping.

Em abril de 2013, na gestão de Fernando Haddad, a tenda do Parque Dom Pedro II foi fechada, o que incitou um deslocamento dessas pessoas para outros pontos da cidade. Enquanto algumas pessoas foram para a Cracolândia, se estabelecendo nos barracos posteriormente removidos com o De Braços Abertos em janeiro de 2014, outras receberam encaminhamentos para a tenda na Mooca. Um grupo se fixou na Praça da Sé, onde ficou até outubro de 2013 quando uma operação municipal os despejou. Nessa ocasião, estima-se que cerca de 200 pessoas viviam na praça.

A investida foi conduzida pela Guarda Civil Metropolitana, equipe de limpeza urbana e de assistência social, seguindo o mesmo modelo da operação descrita nesse capítulo de deslocamento do *fluxo* e remoção das barracas na Cracolândia: enquanto o primeiro grupo jogava no lixo colchões, barracas e pertences deixados no chão, os orientadores davam *encaminhamentos* para a tenda do Parque Dom Pedro II, reaberta no mesmo dia para receber o grupo. A promessa era de que nesse espaço, teriam um lugar provisório para morar por um mês e seriam inscritos na fila habitacional de São Paulo, podendo se aplicar, posteriormente, para receber auxílio-moradia.

Não havia a opção de permanecer na Praça da Sé. Para assegurar que não houvesse reagrupamento de pessoas, a Guarda Civil Metropolitana instalou uma base no local e estacionou um dos ônibus de videomonitoramento recebidos pelo programa federal "Crack, é possível vencer".

Se, por um lado, a investida na Praça da Sé procurava impedir o reagrupamento das pessoas nesse local, a reabertura do espaço no Parque Dom Pedro II visava garantir que o grupo não se dispersasse pela cidade, articulando, assim, a prática de dispersar e de concentrar.

A tenda estava, no entanto, bastante deteriorada e suja. Como relatado por moradores e ativistas, o único banheiro estava imundo e com o encanamento estragado. Os poucos orientadores presentes não sabiam das promessas feitas e nem quais seriam os próximos passos para as pessoas que chegavam. Com o fim da fase crítica da operação, que durou dez dias, somente um trabalhador da Assistência Social continuou a frequentar a tenda. Um morador entrevistado pelo Estadão disse: "não tem chuveiro, o banheiro está entupido, a Prefeitura não dá comida e o material de limpeza não dá para nada".

Apesar disso, o grupo que havia vindo da praça da Sé decidiu se instalar: ao redor e dentro da tenda, construíram “malocas”. Em janeiro de 2014, a Rede Globo produziu uma reportagem sobre o espaço, na qual indicava a presença de pelo menos 350 famílias em barracos improvisados. Segundo uma reportagem, parte das pessoas migrou de um viaduto próximo a Rua 25 de Março para o Parque Dom Pedro II depois das autoridades instalarem refletores no local.

Poucos meses depois, em abril do mesmo ano, a Prefeitura começou a cadastrar os moradores a fim de implementar a segunda fase do programa De Braços Abertos na região. Assim, em setembro, o governo municipal conduziu uma operação no espaço, combinando, novamente, despejo com *encaminhamentos*. Segundo dados do governo municipal, 186 pessoas entraram no projeto Autonomia em Foco, ganhando acomodações em dois centros de acolhida. Na ocasião, a secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Luciana Temer, afirmou que interessados também poderiam ser encaminhados ao programa De Braços Abertos na Cracolândia.

Nem todos foram incluídos no programa de modo que com o despejo, se dispersaram e alguns seguiram para a Cracolândia, incrementando a movimentação do *fluxo* no local. Algo que era de conhecimento de diversos usuários de crack e trabalhadores de programas na região e foi admitido até mesmo pelo então secretário de Segurança Urbana, Roberto Porto. Poucos meses depois, em abril de 2015, no entanto, a Prefeitura conduziu uma nova operação na Cracolândia a fim de desmontar os barracos erguidos nessa territorialidade – descrira brevemente nesse capítulo. Somente 100 pessoas foram inclusas no De Braços Abertos e as

outras receberam encaminhamentos para albergues municipais, tendo de deixar essa territorialidade – processo que será discutido mais detidamente no próximo capítulo.

Capítulo 4 – No *labirinto*: o Estado entre a ameaça e a proteção

A mesa com suas cartolinas, canetas e lápis coloridos, máquina de escrever, folhas sulfite, exemplares de jornais, estava pronta. Ficava em frente à tenda do De Braços Abertos, no meio da rua, bem próxima ao *fluxo*, onde toda semana era montada. Sempre chegavam pessoas pra contar, escrever ou ver sua história escrita ou desenhada em uma folha de papel. Mas, nesse dia, ninguém chegava. A poucos metros dali, uma briga entre dois homens tem início – um dos agentes estatais comenta, em tom baixo, que o clima estava péssimo. Eu comento que o *fluxo* estava muito cheio, com o maior número de pessoas que já havia presenciado desde o início da pesquisa. Então me contam que há uma operação programada para o dia seguinte: irão retirar as barracas do *fluxo* e as pessoas estão muito tensas com isso, desde aqueles envolvidos nas atividades relacionadas ao tráfico de drogas até pessoas em situação de rua, usuários de crack ou não. A conversa seguiu, mas os agentes pareciam ter muita cautela em não serem ouvidos.

A administração municipal havia lhes avisado da operação naquele dia mesmo, bem na véspera, e eles se sentiam em uma posição muito desconfortável. Pois representar o Estado em uma situação dessas era bastante complicado: os frequentadores da "cracolândia" com quem haviam estabelecido algum tipo de relação ficavam desconfiados, e os outros, mais ainda. Dava para entender por que, naquele dia, as oficinas e atividades do programa municipal permaneciam vazias.

Os rumores sobre a investida estatal já tinham se espalhado pelo *fluxo* e entre as instituições estatais. Por mais que os orientadores, aqueles agentes de colete verde e azul, tentassem explicar que a operação iria apenasdesmontar as barracas para incluir as pessoas no De Braços Abertos, o clima era de tensão. À boca pequena, os agentes estatais comentavam que, no *fluxo*, estavam dizendo que se houvesse repressão e despejo, haveria também “pau”, isto é, eles resistiriam ao máximo e iria sobrar para quem estivesse perto. Não se sabia quem dizia isso, nem qual operador trouxe essa informação vinda do *fluxo*, mas todos ao meu redor começaram a repeti-la e contá-la para outros. Eu mesma, quando cheguei nesse dia à Universidade de São Paulo para um encontro com meu grupo de pesquisa, passei essa informação a meus colegas.

Toda a memória, experienciada ou transmitida, sobre as operações passadas em que prevaleceu a repressão policial, parecia ter sido recuperada. A visão daqueles que viviam na

"cracolândia" sobre o aparato de cuidado ali estabelecido se deslocou: naquela situação, os agentes estatais, incluindo os da ponta, não representavam mais proteção, mas uma ameaça latente. Ser reconhecido como sendo do Estado, naquele dia, não era nada bom. Era estar do lado oposto ao dos frequentadores da "cracolândia". "Agora não tô sentindo falta de não estar com crachá ou colete", disse eu para uma colega de pesquisa.

E os operadores estatais com o mínimo de experiência anterior sabiam disso. Por isso, naquele dia, não estavam agindo como normalmente: ninguém havia entrado no *fluxo*, nem tentado chamar pessoas para a oficina – uma atividade normal e rotineira se tornara perigosa em sua percepção. Estavam quietos e era melhor ficar assim. Sentiam que a operação podia estragar todo o trabalho desenvolvido com os usuários de crack por detonar as relações de confiança tão difíceis de serem tecidas. E eles, "agentes da ponta", não tinham nada a ver com a operação: nem lhes consultaram e mal lhes avisaram. Nem sabiam responder como seria a operação; só sabiam que haveria uma e que seu objetivo era desmontar os barracos. Como isso seria feito? Não faziam ideia, e assim como os moradores da "cracolândia", era isso o que temiam.

Os agentes da ponta compartilhavam das mesmas dúvidas que os frequentadores da cracolândia e, assim como eles, estavam imersos em um mar de narrativas sobre experiências anteriores combinadas com suposições sobre o que aconteceria no dia seguinte. Enquanto conversávamos, alguns dos agentes estatais mais antigos na região atualizavam falas ditas na ocasião da Operação Sufoco, sem necessariamente mencionar esse episódio. Um desses operadores repetiu uma frase que meses antes havia me dito em uma entrevista sobre a investida de 2012: "eles falam pra gente: agora vamos ver em que lado vocês estão"[76]. Não dava para saber se ele contava da operação de três anos atrás ou se o mesmo havia acontecido naquele dia. Da mesma forma, o receio sobre a impossibilidade de continuar o trabalho desenvolvido e de ruptura dos "vínculos" construídos parece ecoar uma das principais denúncias sobre os problemas da Operação Sufoco (cf. Magalhães: 2016).

[76] Em artigo sobre a atuação estatal na cracolândia de São Paulo, Taniele Rui (2012) relata que após ter sido vista conversando com um membro da Guarda Civil Metropolitana, foi questionada por um usuário: "nós é que somos seus amigos. De que lado está, afinal?" (ibidem, 339). A autora também recupera o texto de um médico, membro da equipe do Programa de Saúde da Família atuante na região, no qual ele se posiciona "do lado DELES. Contra a polícia" (ibidem, 345).

Ninguém sabia nada ao certo, mas informações se proliferavam a cada momento. E ao comunicar, todos os atores envolvidos nas dinâmicas sociais daquele espaço também passavam a produzir aquele evento (Das: 2007, 108).

Quando os operadores decidiram recolher os materiais da oficina, vem a notícia por meio de um chefe da equipe de que eles teriam de auxiliar na operação, apaziguando possíveis conflitos entre os moradores da cracolândia e as polícias - a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar. A ordem havia vindo "de cima", mas não sabiam exatamente de onde. O grupo, voltado à realização de atividades culturais para promoção de direitos humanos, se revoltou. Esse não era o seu trabalho: como iriam ajudar a desmontar as barracas se consideravam essa ação uma afronta aos direitos daquelas pessoas? Seriam eles auxiliares das forças repressoras? Como seriam vistos pelos usuários caso fizessem isso? Quais seriam as implicações para as oficinas estabelecidas?

A tensão só aumentava, quando notamos o início de uma reunião a poucos metros. Dentro da tenda, quatro cadeiras foram posicionadas em uma roda pequena. O então coordenador do De Braços Abertos estava sentado em uma delas junto de três homens, que nunca havia visto ali. Os comentários entre os agentes estatais eram de que, finalmente, conheciam quem eram os chefes do tráfico da cracolândia. Bem-vestidos, sem nenhum crachá ou colete, mal frequentavam o espaço e estavam ali negociando a operação do dia seguinte. O ponto aqui não é aferir se esses homens eram ou não membros do crime organizado, como se dizia, mas como essa reunião foi também entrando no campo dos rumores e da narrativa que se construía, entre tantas bocas, sobre a operação, criando um campo de mistério e atração.

Um grupo de usuários de crack, frequentadores da cracolândia e operadores estatais fez uma roda em volta da reunião. A conversa era praticamente pública, por mais que ninguém interferisse. Permaneci, junto de alguns agentes estatais, longe da roda, seguindo um conselho deles próprios. Pois consideravam que se ficássemos todos observando isso poderia passar algum recado errado – não sei ao certo para quem, se para o chefe do programa municipal ou para os supostos líderes do tráfico. Só dois dos operadores dessa equipe se aproximaram e conseguiram ouvir direito a conversa.

Segundo as informações que circulavam pela tenda do De Braços Abertos, tratava-se de uma troca de garantias para que a operação pudesse seguir com tranquilidade: enquanto o chefe do programa municipal, ele próprio ex-membro da Polícia Militar, garantia que iria impedir qualquer tipo de repressão, os outros diziam, então, que assegurariam não haver resistência

por parte do *fluxo*. A conversa, no entanto, estava imersa em um clima tenso típico das negociações, sobretudo de uma ação tão delicada quanto essa, em que qualquer problema poderia detonar uma revolta geral.

A certo ponto, as pessoas que assistiam a negociação começaram a perguntar para onde iriam, o que iria acontecer. O representante do programa municipal seguia a linha do discurso oficial e afirmava que os moradores dos barracos que seriam removidos iriam entrar no programa. Mas e quem não mora no barraco, mas sim na rua? E quem está no *fluxo*, mas sem barraco? Vai ter vaga pra todo mundo que tem barraco? O que vai acontecer com quem não entrar? As questões eram postas de forma desordenada e refletiam tudo aquilo com que os agentes também se preocupavam. Da roda, algumas pessoas saíam xingando e quando tentávamos falar com elas, éramos ignorados e até xingados – ouvimos vários "sai fora!" de pessoas que conhecíamos e antes desse evento, eram próximas.

Até os orientadores compartilhavam das mesmas dúvidas. Dias antes da operação, esses agentes foram encarregados de encontrar todos aqueles que moravam em barracas no *fluxo* para lhes avisar da remoção e da possibilidade de se inscreverem para uma vaga no projeto. Se demonstrassem interesse, já pegavam seus dados e faziam sua ficha. Mas, como me afirmou um desses operadores, não tinha vaga para todo mundo, de modo que nem os orientadores sabiam explicar como seria essa seleção nem o que aconteceria com aqueles não inclusos.

Nesse dia, fomos embora todos juntos até a estação da Luz, nos perguntando como seria a manhã seguinte. Será que haveria repressão policial? Será que as pessoas do *fluxo* aceitariam desmontar suas barracas e se deslocar para outro lugar? O quanto o trabalho desses operadores estaria ameaçado pelos desdobramentos da operação? O quanto seriam acionados por seus superiores para ajudar a ação de remoção? O quanto conseguiriam fazer aquilo que consideravam de fato o seu trabalho, de promover os direitos humanos e defender os usuários da força repressiva do Estado? Quem entraria no De Braços Abertos e quem ficaria de fora? O que iria acontecer com essas pessoas? Haveria intervenção policial?

Essa cena etnográfica explicita que, em determinadas situações, as práticas estatais estão imersas em um campo de indeterminação e incerteza, de tal modo que nem mesmo seus próprios agentes conseguem apreendê-las.

No capítulo anterior, enfatizei alguns aspectos da legibilidade do Estado: por um lado, as formas pelas quais o Estado se faz imagética e territorialmente presente por meio de suas "assinaturas" (Das: 2007, 162), símbolos e representações, na percepção de seus agentes e beneficiários;por outro lado, como o Estado torna a população legível pra si por meio de documentos, fichas, questionários, produzindo índices, estatísticas, dados e relatórios. Neste capítulo, procuramos compreender analiticamente a ilegibilidade do Estado tão presente no momento da operação. Mas, antes de continuar a descrição sobre a investida, considero necessário pontuar algumas questões de cunho teórico que irão nos guiar ao longo do texto (Das: 2007; Das e Poole: 2008; Telles: 2012).

Na interpretação de alguns autores (Das: 2007; Poole: 2004; Das e Poole: 2008), não se trata de uma *ilegibilidade* em decorrência da falta de compreensão de regras, instituições e regulamentos por pobres ou iletrados, mas de uma forma constitutiva do poder do Estado, mais especificamente na execução de normas e leis. Seguindo os apontamentos de Poole (2004, 36) e Das (2007, 175), podemos dizer que o campo de indeterminação se dá nas brechas entre as regras, critérios, medidas e sua execução. Isto é, na interpretação e aplicação desse corpo escrito de regulamentações e leis, o que coloca em evidência o poder do Estado acionado pelos seus agentes nas práticas cotidianas. São os policiais em suas abordagens de rua que decidem quem é usuário de crack e quem é traficante; são as assistentes sociais que classificam aqueles que devem ou não ser beneficiários do programa; e assim por diante.

Como sugere Telles (2012), o que se coloca como questão é o próprio exercício da soberania do Estado por operadores cuja autoridade se constrói de modo prático e operacional (ibidem, 27). A autora se refere a uma soberania vinculada ao ato propriamente dito de determinados agentes, que por conta de certas prerrogativas, são responsáveis pela aplicação direta das leis e regras do Estado. Analisando diversas pesquisas sobre as relações entre diversos campos de mercados estabelecidos nas fronteiras do informal-formal e do legal-ilegal – traficantes, ambulantes, imigrantes - e as forças repressoras, ela afirma:

> "É nesse plano miúdo e cotidiano que se pode flagrar o poder discricionário de que dispõem as forças policiais nos modos de aplicar (ou não aplicar) a lei e que se duplica e se amplia na própria medida da imprecisão inscrita nos códigos legais, ainda mais quando se referem a situações também elas muito embaralhadas e intrincadas quanto ao estatuto das atividades desenvolvidas. Mas é nesse terreno que também entram em cena práticas nebulosas que oscilam entre acordos, corrupção, troca de favores, compra de proteção – enfim, a transação das mercadorias políticas, sempre no limiar da chantagem, da extorsão e também dos usos da violência extralegal".

A partir dos dados etnográficos dessas pesquisas, Telles (ibidem) mostra como a execução das leis pelos agentes estatais não é nada óbvia e muito menos formal e abstrata. Pois, não se trata de compreender os dispositivos formais a partir de seu caráter normativo, mas sim como espaço no qual se realizam jogos de poder (ibidem, 15), imersos em disputas e negociações ao redor daquilo que é tolerado ou não em cada situação. É um campo de poder, imerso em "nebulosidade", que se constrói em torno das regras e critérios do Estado. Um intervalo de tempo que, para Poole (2004), pode ser interpretado como um espaço no qual o Estado é *experimentado* com ambuiguidade "entre a ameaça e a garantia" (ibidem, 36).

A percepção de ilegibilidade do Estado descrita na cena está, portanto, relacionada ao poder discricionário de determinados operadores que dispõem da autoridade de decidir os modos de aplicar ou não as leis, normas e regulamentos nos contextos situados e localizados. Uma questão que não faz parte do universo do excepcional, integrando, pelo contrário, o cotidiano e as práticas miúdas das instituições e agentes do Estado (ibidem, 13; Das e Poole: 2008), mas que, na "cracolândia", ganha densidade às vésperas da operação por duas razões específicas. Primeira: até esse momento pelo menos, a seleção para vagas no programa municipal não acontecia no dia-a-dia, mas apenas em ocasiões esporádicas. A operação de abril de 2015, na realidade, foi a primeira a incluir dezenas de pessoas no De Braços Abertos desde seu início, em janeiro de 2014, quando foram inclusas cerca de 400 pessoas. Na rotina diária do programa, eram muito poucas as vagas disponíveis e eram atribuídas, normalmente, para parceiros recentes de beneficiários. Segunda razão: diferentemente do cotidiano, altamente codificado e repleto de procedimentos relacionados aos poderes de cada um dos operadores estatais – como descrito no capítulo 1 -, nessa ocasião entram em cena outros atores e campos de problema em torno de quem fará a remoção do barracos e quem irá decidir o que acontecerá com quem não entrar no programa. Mais especificamente, a operação reconfigura os jogos de poder estabelecidos entre as diversas instituições presentes, de assistência social, saúde, direitos humanos, trabalho e segurança, de modo a criar uma incerteza acerca do papel que cada uma iria assumir na operação e, mais importante ainda, em seus desdobramentos. Será que essa investida irá alterar o cotidiano estabelecido do aparato da rede socioassistencial? Os atores, e suas respectivas instituições, não aparentavam ter clareza sobre os objetivos e procedimentos das outras, de modo a não conseguir explicar o cenário dessa operação (cf. Telles: 2012, 18).

É neste cenário de ambiguidades e desconfianças que os *rumores* se espalham (Das: 2007; Das e Poole: 2008, 39). Dessa forma, não devem ser descartados analiticamente como

informações falsas desprovidas de sentido, pois apenas se sustentam e circulam por tratarem de cenários dentro do campo do possível[77]. Nas palavras de Das (2007, 181), os rumores são enunciados plausíveis mas que não contam com a "assinatura" do estado, permanecendo dentro do campo do ilegível.

Cabe, no entanto, uma ressalva. Não tratamos na presente pesquisa de campos de mercado que transitam nas fronteiras do legal e ilegal como as trabalhadas por Telles (ibidem), nem de "riots" e massacres como Das (2007), de modo que as situações concretas encontradas são bastante distintas. Nessa etnografia, não existem cenas relacionadas ao acionamento de dispositivos extralegais, vinculados sobretudo às tensas negociações colocadas em prática pelas forças repressoras com atores locais (cf. Das: 2007, 171, Telles: 2012). Apesar disso, considero que as questões e análises propostas enriquecem a etnografia realizada nessa dissertação.

Pois, mais do que conclusões amarradas aos objetos de pesquisa, trata-se de uma perspectiva de estudo sobre o Estado, na qual os rumores, as percepções sobre sua ilegibilidade, as formas de aplicação das regras e critérios, o poder acionado por seus agentes da ponta, ganham estatuto analítico. São esses aspectos que procuro trabalhar ao longo do capítulo a partir da descrição da operação do dia 29 de abril.

Rumores ou espectros do Projeto Nova Luz

Sobre os rumores, Veena Das (2007) define que são uma forma de linguagem com potencial de produzir no presente e projetar para o futuro fatos do passado no próprio ato do "contar". Segundo a autora, essas narrativas "atualizam certas regiões do passado e criam um senso de continuidade entre eventos que poderiam parecer desconectados" (Das: 2007, 108). Assim, apesar de não possuírem validade e autoria atestadas, os rumores adquirem sustentação por tratarem de situações plausíveis e imagináveis, relacionadas com acontecimentos anteriores, como se fossem uma continuação destes no presente. São construídas "cadeias de conexão" (ibidem) entre eventos, pois, como lembra a autora, os eventos possuem fronteiras plásticas no que diz respeito ao seu início e fim, podendo sempre ser interpretados como ainda em desdobramento (ibidem). Dessa forma, os rumores não são criados "do nada" (ibidem, 109),

[77] Silva (2011) e Vera (2013) apresentam análises interessantes sobre os rumores em suas pesquisas, respectivamente, sobre habitação irregular precária e despejos e sobre o estado de exceção no Chile após os terremotos em 2010.

mas baseiam-se em memórias adormecidas que podem ser correlacionadas, na percepção de alguns atores, com a situação presente.

A partir dessas reflexões, Veena Das (ibidem) analisou os desdobramentos do assassinato da então primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, em outubro de 1984, por seus seguranças Sikhs. Segundo ela, por meio dos rumores, houve uma construção social desse evento como sendo diretamente relacionado a uma operação militar ordenada por Gandhi que matou o líder do movimento Sikh. Antes mesmo do anúncio oficial da morte da primeira-ministra, já dizia-se que seu assassinato foi uma resposta dos Sikhs pelo ocorrido com um de seus líderes. O evento reatualizou debates, problemas e, sobretudo, alteridades da época da Partição da Índia, em 1947, inaugurando um período de grande violência contra a comunidade Sikh. Das está interessada em compreender como o assassinato de Gandhi passou a autorizar atos contra os Sikhs, na percepção dos perpetradores, e a função dos rumores em produzir figuras de vítima e agressores reversas (ibidem, 111). Sua análise é muito mais complexa do que este brevíssimo resumo e não é meu objetivo recuperá-la. Interessa aqui compreender que Das está preocupada com eventos de caráter nacional e grande relevância para a conformação da sociedade contemporânea da Índia. Em seu quadro teórico, tanto a Partição quanto o assassinato de Gandhi e seus desdobramentos configuram-se enquanto "eventos críticos", isto é, acontecimentos que perpassam as diversas instâncias da vida social, da família ao Estado, e redefinem "categorias tradicionais como os códigos de pureza e honra, o significado de martírio, e a construção da vida heroica" (Das: 1995, 6).

São questões bastante distintas das tratadas nessa pesquisa, mas que podem auxiliar em nossa reflexão. Guardadas as devidas proporções e diferenças com o contexto trabalhado por Das (2007 e 1996), utilizaremos suas categorias e análises para pensar sobre os rumores construídos em torno da operação do dia 29 de abril de 2015 e como eles reatualizam problemas e apreensões acerca dos projetos de revitalização urbana da região, num entrelaçamento entre supostos interesses imobiliários na área da cracolândia e forças repressoras.

A tensão acerca do desmonte das barracas não teve início naquela semana do dia 29 de abril de 2015, mas sim em dezembro do ano anterior, quando a Prefeitura de São Paulo convocou uma reunião com agentes importantes do programa De Braços Abertos, pesquisadores,

militantes e formuladores de políticas públicas sobre a região[78]. O encontro tinha como objetivo discutir a presença de barracos no *fluxo*, entendidos pela administração municipal como um problema grave para o andamento de seu projeto, supostamente por servir como abrigo ao tráfico de drogas. Cabe ressaltar, no entanto, que desde junho de 2014, quando começaram a aparecer os primeiros barracos na cracolândia, foram diversas as reportagens acusando o fracasso do De Braços Abertos e cobrando explicações da Prefeitura. As matérias argumentavam que a cracolândia retornava `a situação anterior ao projeto municipal com o restabelecimento de uma "favelinha" – para usar um termo cunhado pela mídia – e cobravam explicações do poder municipal[79]. Em algumas delas, dizia-se que os barracos eram utilizados por membros do crime organizado para realizar o tráfico de drogas[80]. Frente a essa pressão, autoridades municipais começaram a dar declarações sobre os novos barracos, argumentando que o programa municipal estava cumprindo com seus objetivos. O prefeito Fernando Haddad chegou a afirmar que a Polícia Militar deixou de controlar esse "quarteirão na Luz" e, por isso, os barracos se proliferaram[81].

A Prefeitura de São Paulo teria afirmado que o encontro seria para pensar coletivamente sobre como solucionar o problema dos novos barracos no fluxo, mas, segundo presentes, durante a reunião ficou explícito que a direção do poder municipal era a de retirar essas construções[82]. Ainda de acordo com pessoas presentes, na ocasião a Prefeitura lhes informou que deu um prazo para os usuários desmontarem suas barracas – algo que nunca chegou a acontecer. Em discurso proferido durante esse encontro, o prefeito Fernando Haddad enfatizou que os barracos estariam sendo utilizados por membros do crime organizado para promover o tráfico de drogas na região - algo que prejudicava o projeto De Braços Abertos, na avaliação da administração municipal. Foi comunicado também um projeto de revitalização da esquina onde o *fluxo* estava alocado, para construir uma praça que supostamente serviria de espaço de convivência para os usuários de crack.

---

[78] Sobre o encontro, o Centro de Convivência É de Lei divulgou o texto "Vão descer o braço: prefeitura confirma repressão iminente na cracolândia" em seu site, criticando a posição das autoridades municipais.

[79] Foram diversas as reportagens denunciando o surgimento de uma nova "favelinha" na cracolândia em veículos impressos e televisivos. Alguns exemplos são: Estado de São Paulo. Surge nova "favelinha" na Cracolândia, 20/06/2014; Veja São Paulo. Cracolândia ganha nova "favelinha", 28/10/2014; Folha de São Paulo. Com faxinas e guardas, barracos viram favela móvel na cracolândia, 10/12/2014; Folha de São Paulo. Crescimento de favela na cracolândia faz prefeitura adiar entrega de praça, 27/03/2015.

[80] Acusações que cresceram com a apreensão heroína nas ruas da cracolândia. Ver, por exemplo: Estado de São Paulo. Editorial: más notícias da Cracolândia, 14/04/2015; e SBT. Autoridades enfrentam novo desafio na Cracolândia, 14/04/15.

[81] Folha de São Paulo. Haddad diz que faltam policiais na cracolândia; PM nega redução, 20/11/2014.

[82] Ver artigo do Centro de Convivência É de Lei: "Vão descer o braço: prefeitura confirma represso iminente na cracolândia".

Enquanto alguns agentes estatais apoiaram as autoridades municipais, outros, mais vinculados à militância na área da saúde mental e redução de danos, apontavam diversas incoerências relacionadas a essa posição. Um texto publicado logo no início do De Braços Abertos, em fevereiro de 2014, pelo Centro de Convivência É de Lei e Coletivo DAR, já levantava críticas e dúvidas acerca do programa, que foram retomadas nesse contexto de pré intervenção, alguns meses depois[83]. É a partir desse artigo que remonto as questões levantadas por agentes estatais em conversas informais comigo, travadas de dezembro de 2014 até abril de 2015, quando a operação para remoção das barracas ocorreu.

O artigo ainda lembra que "a oferta para aderir ao programa da Prefeitura foi feita exclusivamente aos moradores dos barracos" em resposta a uma pressão da mídia, que naquela ocasião em 2014, assim como em 2015, denunciava o surgimento de uma "favelinha" na "cracolândia" como sendo injustificável. O texto prossegue, assim, questionando:

> "Se o programa De Braços Abertos nasce de uma demanda de contenção da população que estava montando seus barracos e criando ali uma comunidade – e não diz para onde deseja caminhar no longo prazo -, ao mesmo tempo não deixa claro se o projeto se desvincula ou se faz parte do processo mais amplo de rapina pelo qual o centro da cidade tem passado nos últimos anos em prol da especulação imobiliária".

Ou seja, desde o início do De Braços Abertos, grupos ligados ao ativismo antiproibicionista e promoção de redução de danos[84] levantaram dúvidas sobre os vínculos entre a política municipal para a região e interesses imobiliários de grandes atores econômicos, como a empresa Porto Seguro. Questionamentos ressonantes com os de operadores estatais atuantes na "cracolândia" que no início de janeiro de 2014, começaram a se reunir para debater o programa municipal recém-divulgado[85]. Frente ao anúncio de que as barracas instaladas nas ruas adjacentes ao fluxo seriam desmontadas, esse grupo escreveu: "avaliamos que estamos em uma conjuntura de dúvidas e incertezas, mas consideramos a possibilidade de ações

---

[83] Trata-se do artigo "Bem vindo os braços abertos: que venham sem os punhos fechados" publicado no dia 27/02/2014 no site tanto do Coletivo Dar quanto do Centro de Convivência É de Lei e assinado por ambos os grupos.

[84] Como discutido anteriormente, no capítulo 1, no campo de conflito erguido em torno da cracolândia, há convergência de diferentes tipos de ativismo ligados ao debate sobre drogas. Algo que fica explícito na articulação entre o Coletivo Dar, de vertente antiproibicionista, e o Centro de Convivência É de Lei, de matriz de redução de danos.

[85] Pude participar dessas reuniões pois o convite foi estendido a movimentos sociais, coletivos políticos e ativistas. No início, em janeiro de 2014, os encontros reuniram muitas pessoas, sobretudo operadores de programas estatais, mas na medida em que o De Braços Abertos entrou em vigor, cada vez menos pessoas participavam. Acredito que as preocupações de uma repetição da Operação Sufoco se dissiparam depois da operação que deu início ao programa municipal ter ocorrido sem a participação da polícia. Assim, o grupo acabou se desfazendo em abril de 2014.

higienizadoras para as próximas semanas, já que vemos cada vez mais ações que criminalizam o usuário, seja dependente ou não”[86].

As relações entre repressão, supostamente para combater o tráfico de drogas, e “higienização” do local são aspectos que permaneceram latentes, sendo retomados em dezembro de 2014, quando a Prefeitura demonstrou seu objetivo de realizar uma nova operação para desmontar os barracos no fluxo.

Assim, nos meses anteriores à operação de abril de 2015, o prefeito Fernando Haddad fez diversas declarações à imprensa, reafirmando que as barracas serviam ao tráfico e que isso impedia o “trabalho de inclusão e recuperação” do programa municipal. Como lembra Magalhães (2016, 131), isso não é novidade, pois o combate ao tráfico de drogas se constituiu enquanto o principal mote de todas as operações policiais nesse espaço. Dessa forma, não é de se espantar que, quando as falas das autoridades municipais chegaram à "cracolândia", tanto agentes estatais quanto frequentadores da região começaram a demonstrar preocupações com o caráter repressivo da operação.

Mas, havia ainda uma particularidade dessa gestão em comparação às anteriores: ao falar da "cracolândia", ora se referiam a usuários em situação de exclusão social que precisam de chances para se reerguer, ora mencionavam grandes traficantes e solicitavam ao Governo do Estado o apoio da Polícia Militar. A operação do dia 29 de abril serviria, assim, no discurso do poder municipal, para, por um lado, combater o crime organizado com o desmonte das barracas e, por outro, incluir novos beneficiários. Complicando ainda mais essa cena: enquanto autoridades municipais declaravam abertamente uma investida contra o tráfico, o coordenador do programa, segundo os rumores do *fluxo*, estava negociando a operação há semanas com lideranças locais, supostamente membros do crime organizado. Além disso, a Prefeitura anunciava uma obra de “revitalização” do local do *fluxo* apenas uma semana antes da inauguração do teatro da Porto Seguro, empresa que tem diversos imóveis no bairro dos Campos Elíseos e teria comprado, segundo rumores, grande parte dos terrenos ao redor da "cracolândia".

Assim, no cenário que se construiu ao redor da investida de abril de 2015, ficava difícil de compreender os objetivos da Prefeitura: até onde eram falas endereçadas a acalmar a opinião

[86] Trecho de email convidando para participar nas reuniões. O grupo chegou a esboçar um texto avaliando o De Braços Abertos e apresentando questionamentos, muito semelhante ao publicado pelo Coletivo Dar e É de Lei, mas que nunca chegou a ser publicado.

pública e a imprensa? Havia algum interesse escuso relacionado a projetos de mudança urbana da região e especulação imobiliária? Quem seria o alvo da repressão se, sabidamente, autoridades e polícias negociavam com os chefes do tráfico da região?

A partir da reunião de dezembro até a operação em abril, surgiram rumores de que a empresa Porto Seguro estava por trás dessa obra e que por conta de interesses imobiliários escusos, a Prefeitura de São Paulo utilizava o argumento – bem aceito na opinião publica - de combate ao tráfico de drogas. Segundo esses rumores, tratava-se de uma operação que iria incluir alguns no programa municipal, mas, sobretudo, prender e expulsar grande parte das pessoas a fim de "limpar a área" – para usar um termo dos militantes. No artigo escrito pelo Centro de Convivência É de Lei depois do encontro com autoridades municipais, em dezembro de 2014, afirmava-se: "a empresa Porto Seguro, que é praticamente dona do centro da cidade, é uma das grandes interessadas na higienização da região, e recentemente fez um acordo com a prefeitura para "revitalizar" o quarteirão onde hoje está o "fluxo". A Porto Seguro entrará com a reforma, e a prefeitura faxinando os usuários"[87].

O Catso (Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais), um movimento social de trabalhadores da área assistencial do poder municipal relacionados ao atendimento a população em situação de rua, organizou um protesto no dia do show de inauguração do Teatro Porto Seguro, 5 de maio de 2015. Segundo eles, a operação do dia 29 de abril possuía relação direta com o evento da empresa, pois, como informaram em uma reportagem, houve "higienização do local para não atrapalhar o novo negócio"[88]. Uma afirmação endossada por Padre Julio Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua[89], que constitui uma figura bastante relevante no campo político da população em situação de rua.

Não se trata aqui de criar suposições sobre alianças e interesses ocultos da Prefeitura, nem de afirmar que o poder publico negociou abertamente com membros do crime organizado ou estava em conluio com interesses imobiliários. Minha pesquisa não teve esse alcance nem essa pretensão. O que importa é que esses rumores, especulações e questões formavam a percepção dos operadores da ponta do estado e dos frequentadores da cracolândia sobre a operação. Neste sentido, de que forma seria executada a lei se as mesmas autoridades se sentavam à mesa com membros do crime organizado e/ou com chefes de empresas que

[87] Ver artigo do Centro de Convivência É de Lei: "Vão descer o braço: prefeitura confirma represso iminente na cracolândia".
[88] Ver "Polícia tenta esvaziar cracolândia em estreia de teatro" publicada no dia 06/05/2015 no site de notícias e reportagens Ponte.org
[89] ibidem.

tinham interesses muito distintos de tratar e recuperar usuários de crack? Ou seja, se o mesmo poder que evoca a regra está a rompendo, como construir as expectativas sobre a operação? Afinal, sobre quem a suposta repressão ao tráfico cairia e quem receberia proteção e cuidado?

Os rumores, no entanto, não devem ser entendidos como informações falsas, pois apenas se sustentam e circulam por tratarem de cenários dentro do campo do possível e/ou da experiência coletiva. Assim, as dúvidas e suspeitas dos agentes estatais, militantes e frequentadores da cracolândia se remetem, por um lado, aos diversos projetos de revitalização urbana do centro de São Paulo e, por outro lado, a um conhecimento adquirido sobre a forma de atuação do Estado no tratamento da população em situação de rua. As críticas aos programas de intervenção urbana, que marcaram a história recente do centro paulistano desde ao menos a década de 1990, por supostamente "gentrificar" e "higienizar" a região ,são recuperadas e rearticuladas com uma experiência que esses agentes possuem sobre o modo de funcionamento do Estado tanto por serem operadores da ponta quanto por escutarem das pessoas que atendem. Entre tantas perguntas e desconfianças, constrói-se uma percepção ambígua do Estado entre a garantia e a ameaça (Poole: 2004, 36).

Meu nome não está na lista

No dia 29 de abril de 2015, a Prefeitura de São Paulo conduziu uma operação que retirou barracos instalados no *fluxo*, deslocando-o para uma rua adjacente, incluiu 150 pessoas no programa De Braços Abertos e encaminhou outras para diversos serviços municipais. Alguns funcionários da limpeza urbana jogavam em um caminhão as lonas, madeirites, colchões e cobertores sob a proteção da Guarda Civil Metropolitana, desmontando as barracas do *fluxo*. Logo atrás desse grupo, vinha outro com mangueiras nas mãos, jogavam fortes duchas de água com desinfetante no chão e na calçada recém desocupadas. Pessoas circulavam a todo momento, em passo rápido, levando suas coisas daquela esquina antes que fossem jogadas no caminhão da limpeza. Alguns contavam com o auxilio de carrinhos de supermercado e carroças, outros se equilibravam para conseguir colocar tudo nos braços. Tinham de ser rápidos.

Do outro lado da calçada, os agentes de colete verde e azul da Assistência Social do programa passavam apressados com pranchetas repletas de listas pela rua. Eram nesses papéis que constavam os nomes de quem deveria entrar no De Braços Abertos e, por exclusão, de quem estava fora. "Tô na lista?", "tô dentro?", "meu nome tá ai?", os orientadores eram interpelados a todo momento. Alguns rostos desesperados indicavam aqueles que haviam perdido o

barraco e não sabiam onde iriam dormir naquela noite, porque também não figuravam entre os novos beneficiários do programa. Hotel, trabalho remunerado, cursos, assistência, saúde e bom-prato, os benefícios do De Braços Abertos permaneciam restritos a alguns: ali na cracolândia tinha muito mais gente do que as 150 novas vagas abertas pela prefeitura.

Foi nesse contexto que encontrei Raísa. Com seus pertences na mão, ela parecia desconcertada, pois não constava na lista dos novos beneficiários do programa municipal. Algo que não conseguia compreender: ela havia se inscrito como lhe informaram. Um de seus amigos de rua, que dormia ao lado de seu colchão, tinha entrado nessa nova leva. "Como escolheram ele e não eu?", questionou, "Só porque ele fez cara de dó e chorou que elas botaram ele. Mas eu não vou me humilhar!", repetia.

Eu tento saber mais informações sobre como selecionaram esses nomes, ela não sabe dizer, mas conta que tinha uma inscrição prévia na tenda, que ela havia feito. Raísa decide tentar conversar com outros agentes da assistência social para entender melhor a situação com a esperança de revertê-la; eu a acompanho. Mas nem eu nem ela sabemos ao certo para onde ir ou com quem falar. Naquele dia, nada estava seguindo os procedimentos cotidianos: os orientadores estavam muito ocupados para qualquer conversa, havia um mar de pessoas entre agentes do estado, jornalistas, curiosos, usuários, moradores em situação de rua, em um trânsito frenético.

Decidimos seguir até a sede administrativa do De Braços Abertos, localizada na Praça Sagrado Coração de Jesus, a cerca de um quarteirão da tenda, onde estávamos. Passamos pelo *fluxo* em seu novo território, na Alameda Dino Bueno; viramos na esquina e vemos muitas pessoas passando com caixas de papelão repletas de itens, que não podemos identificar ao certo. Alguém nos diz que estão distribuindo essas caixas no galpão onde os beneficiários de programa buscam seus itens de trabalho toda manhã. Lá, conversamos com um orientador do trabalho de colete vermelho, que eu já conhecia, e ele diz para Raisa que não pode ajuda-la, mas indica Tereza, chefe da Assistência Social. Saímos de mãos vazias - não sei se porque haviam acabado as caixas ou se eram apenas para os beneficiários do programa – em busca de Tereza.

Ela descia a Rua Helvetia em direção à tenda do De Braços Abertos, quando nós duas a reconhecemos. Raísa tenta começar a explicar sua situação e Tereza a interrompe perguntando se seu nome está na lista. Ela responde que não e antes que Tereza possa sair andando, emendo uma pergunta sobre como entrar no De Braços Abertos. Com a lista na mão

e de forma apressada, ela diz que se Raisa não consta entre os novos beneficiários é porque não se inscreveu na tenda. Rapidamente, digo que ela se inscreveu sim. Tereza parece não ouvir e engata uma fala, endereçada a mim, afirmando que muitas das pessoas que estavam ali naquele dia reclamando por uma vaga no programa, na verdade, não eram da "cracolândia", mas ouviram falar da operação e foram apenas para conseguir uma vaga.

Raísa fica indignada e ironiza: "não, não sou daqui não. Só tô na rua há 16 anos" e eu acrescento que ela se inscreveu e mora na rua, mais especificamente na região da "cracolândia" há meses. "É um programa para usuários de crack", responde Tereza e sai andando. "E agora, eu tenho que usar crack pra poder entrar em um programa?", reclamou Raísa, "não basta ter conseguido parar de usar sozinha?".

Alguns agentes da Assistência Social que eu conhecia por conta da pesquisa tentaram ajudar, pensando em formas possíveis de encaixá-la no programa. Um deles perguntou a Raísa se ela possuía filhos ou se estava grávida, pois assim conseguiriam uma vaga especial. Ela, novamente, riu de forma irônica e falava "agora eu tenho que ter filho *nessa situação*[90] pra conseguir as coisas?" e seguia me falando sobre o absurdo de tudo aquilo: "olha lá como tão os filhos da Flora... você acha mesmo que eu vou ter filho aqui pra não conseguir cuidar e passar necessidade?", se referindo a uma amiga da vida nas ruas. Nesse mesmo dia, o Conselho Tutelar levou os dois meninos, que não tinham mais do que 5 anos. Mais do que indignação, ela experimentava a sensação de injustiça de não ter seus direitos garantidos, enquanto outras pessoas, em uma *situação* muito semelhante à sua, tinham.

Olhamos para a rua mais à frente e percebemos que o rapa já havia concluído seu trabalho na antiga territorialidade do *fluxo* e agora, avançava para os colchões, cobertores e roupas estendidos ao longo da parede vizinha a tenda do De Braços Abertos. Láestavam os pertences de Raísa e corremos para ela não perder nada.

---

[90] Em pesquisa de doutorado sobre territorialidades de consumo de crack, Taniele Rui (2012) observa o uso da expressão "nessa situação" por muitos usuários quando não querem encontrar com seus familiares, conhecidos ou redutores de danos por estarem em condições que não consideram adequadas (Rui: 2012, 251). Há, segundo a autora, no emprego dessa expressão, uma forma de referência muito negativa e um pressuposto de que é evidente o que significa estar "nessa situação" (ibidem, 262). Explorando diversos casos e relatos etnográficos, Rui aponta que o termo se refere a determinadas marcas corporais, como sujeira, dentes e dedos marcados, lábios machucados, voz rouca e perda de peso, relacionadas tanto a morar nas ruas quanto ao consumo de crack, que são muito difíceis de esconder (ibidem, 272). Ou seja, os usuários de crack refletem sobre sua própria situação "e por vezes se envergonham dela; eles tentam tomar distância do próprio corpo; e, principalmente, eles se vêem em relação e em perspectiva a supostos "vocês", também a imaginados pensamentos e desejos dos outros" (ibidem, 249).

Levamos suas coisas pra outra esquina e nos sentamos, quando uma mulher portando um crachá da Prefeitura de São Paulo se aproxima. “Ah não, lá vem ela… se ela vier meter o louco, sem brincadeira, vou mandar ela tomar no cu”, me diz Raísa, “não vou pra albergue de jeito nenhum”. Percebo que ela é assistente social, mas que não atua direta e cotidianamente na cracolândia, estando lá por conta da operação, provavelmente com a tarefa de encaminhar aqueles que não entraram no De Braços Abertos para outras instituições.

Ela e Raísa, no entanto, já se conheciam e até se chamam pelo nome. A assistente logo lhe avisou de uma vaga permanente que tinha disponível em um albergue. De pronto, Raisa recusou, explicando que não queria voltar para albergue, porque é muito ruim e até pior que a rua. “Ah é? E pra onde você vai então?”, pergunta a assistente social com um pouco de displicência. Raisa conta de seus planos de voltar para uma ocupação em que já morou. Com telefone na mão, a assistente passa a desmontar esse projeto: “você não tem documentos, não tem trabalho, não tem dinheiro. Como você vai comer? Como você vai viver na ocupação? Ok, você não precisa pagar pra dormir, né? Mas,vai comer como? Quem vai te dar comida?”, ela faz uma pausa; observo que a expressão de Raiía começa a mudar. “Vai pro albergue, ó, é vaga fixa que te consegui. Lá você vai ter comida, atividades, tem até plano de alfabetização - você não quer isso? -, vão te inscrever para ter o benefício. No Prates, também te arranjam emprego depois de você tirar os documentos”. Enquanto Raîsa sacudia a cabeça rejeitando a proposta mas, agora, com certa confusão, ela continuava: “Se você não quiser a vaga, vou passar logo pra outro, porque eu to segurando essa pra você hein!” e pegava o telefone para comunicar alguém na outra linha dessa decisão.

“É permanente mesmo essa vaga?”, questionou Raísa. “Sim”, disse a assistente que confirmou algo para a pessoa que lhe esperava no celular. “Olha, agora vamos lá pro carro que vai te levar. Faltam mais oito pessoas pra lotar a van”, comunica ao telefone.

Raísa não conseguia entender os critérios e procedimentos empregados pelos agentes estatais na seleção dos beneficiários do De Braços Abertos. Como alguns de seus companheiros de rua haviam entrado e ela não? Sua condição de morar nas ruas há 16 anos não bastava para ter direito ao programa municipal? Precisaria agora estar grávida ou ser mãe? Em tom irônico e furioso, Raísa parecia reconhecer que, na perspectiva do De Braços Abertos, sua situação real de vítima não era suficiente: ela precisaria estar em uma condição ainda pior. Então, ela afirmava que “não iria contar sua triste história” a fim de causar algum tipo de compaixão na equipe de Assistência Social para conseguir a vaga.

No desconcerto de Raísa, há, por um lado, o reconhecimento de um Estado que se faz ilegível (Das: 2006; Das e Poole: 2008; Poole: 2004; Telles: 2012), e por outro, uma recusa entrelaçada a um saber experimental (Cefai: 2010, 72). Ela não compreende as regras envolvidas na escolha dos novos membros do programa municipal, mas sabe que teria mais chances de conseguir a vaga se construísse uma narrativa sobre sua trajetória de forma específica, apelando para seu sofrimento a fim de provocar pena nos agentes estatais. Também sabe que não quer voltar ao albergue, mas naquela situação, não vê outra alternativa. Esses dois pontos serão trabalhados na análise dessa cena etnográfica.

As dúvidas de Raisa ecoam as de Irene, uma moradora relatada por Silva (2011) que teve sua casa removida enquanto bairros vizinhos, em condições muito semelhantes, passaram pelo processo de regularização. "Por que que a gente vai sair, se nós somos moradores iguais a todo mundo?" (ibidem, 100), questionava ela. Os critérios que fazem com que pessoas tão semelhantes recebam tratamentos distintos pelo Estado são ininteligíveis para ambas.

O Estado é vivido por Raísa e Irene de forma semelhante: o Estado que esperam que irá promover sua proteção e direitos é o mesmo que cria a desordem em suas vidas. Ainda assim, é para essa entidade que ambas as personagens recorrem quando tudo parece desmoronar. Irene liga para a Polícia Militar no momento de sua remoção na esperança de alguma reversão do processo (ibidem, 101) e Raísa, com todos seus pertences na mão, sai em busca de algum agente que possa lhe dar sua vaga. Constroem, assim, uma experiência incerta e ambígua, na qual o estado aparece tanto como aquilo que se teme quanto que se deseja, para usar uma formulação de Nelson (cf. Das e Poole: 2008, 39).

Na proposta de Poole (2004), trata-se do momento suspenso entre a lei e sua execução, no qual o poder do Estado é sentido como movendo-se entre a *ameaça* e a *garantia*. Assim, se, como já discutido, a aplicação das regras estatais está imersa em um campo de indeterminação e ilegibilidade própria de seu modo de funcionamento, no qual se explicita o poder discricionário de certos atores sobre como empregar ou não a lei, Poole (2004) acrescenta que esse intervalo de tempo é também experimentado por aqueles sobre quem o poder estatal recai. É esse momento que vemos decorrer quando Raísa busca saber se seu nome consta ou não na lista, fugindo dos agentes da limpeza urbana que apreendem os pertences de quem mora nas ruas e esperando sua inclusão no rol dos novos beneficiários do De Braços Abertos.

Mas, essa não é sua primeira experiência de estado. E seu desespero em conseguir uma vaga no programa municipal diz respeito, em parte, a esse conhecimento prático relacionado a vivências do passado. Raísa sabe que suas possibilidades se esgotam na "cracolândia" no momento em que for excluída do De Braços Abertos. Como evidenciado em seu diálogo com a assistente social que não é da região, Raísa não quer a alternativa do albergue oferecida pela Prefeitura. Por todos os anos em que passou sem moradia, ela construiu um saber de que dormir nessas instituições pode ser muito pior do que na rua. No entanto, em um dia repleto de tensão, no qual a repressão policial poderia estourar a qualquer momento e o "rapa" não cessava de passar, Raísa também sabia que ficar na rua poderia ser muito arriscado. Essa não era uma opção viável e, por isso, ela refletia sobre voltar a uma ocupação que conhecia. Mas, o destino lá tampouco era certo. Assim, só depois de garantir com a assistente social que sua vaga no albergue seria permanente, ela decide ir[91].

A vaga ser ou não permanente pode não dizer muito para quem não sabe do funcionamento dos albergues, essas instituições de acolhimento para a população de rua passar a noite. Dias depois, quando liguei para o albergue e consegui falar com Raísa, ela me disse: "meu, a Tania meteu o louco", disse ela se referindo à assistente social, "a vaga não era permanente". Logo entendi que isso implicava em um deslocamento urbano diário de Raísa que lhe tomava (quase) todo o tempo livre e rendia muita tensão. Todos os dias, para poder passar a noite nesse albergue, localizado nas proximidades da estação de metrô Armênia, ela teria de ir à Cracolândia, na tenda do De Braços Abertos, pegar um encaminhamento com uma agente da Assistência Social para o Centro de Convivência do Complexo Prates, onde conseguiria almoçar e com os assistentes sociais de lá, pegar um novo encaminhamento de vaga de pernoite (diária) para o albergue. Deveria, então, ir para o albergue, onde ficava em uma fila desde as 15h para conseguir entrar às 18h, jantar e dormir. Às 8 horas, já tinha que pegar suas coisas para ir embora. Antes disso, tomava banho e comia o café da manhã. Raisa já conhecia todas essas dificuldades e por isso, se arrependia de ter confiado na assistente social.

Ela demonstra ter um grande conhecimento acerca dos funcionamentos das instituições estatais, sabendo quais as melhores opções de serviços e também que os agentes podem enganá-la, oferecendo uma vaga permanente e lhe provendo outra coisa. O Estado sentido

[91] Esse saber experimental também foi tratado por De Lucca (2007) em sua dissertação de mestrado sobre a população em situação de rua em São Paulo. Segundo o autor: "A improvisação da vida cotidiana destes usuários pressupõe um conhecimento extraordinariamente sutil dos códigos, informações e diferenciações operantes num espaço mais amplo de relações. E este saber próprio aos usuários é acessado por sua memória, por conhecer os lugares, por ter ouvido falar deles, ou por tê-los como referência"(ibidem, 219).

entre a ameaça e a garantia faz parte de seu repertório constituído em todos esses anos nos quais transitou por serviços diversos do aparato estatal. É essa experiência que ela recupera em um contexto de crise, onde não há (quase) nenhum espaço para sua decisão.

Antes de me aprofundar na trajetória de Raísa a fim de abordar os desdobramentos dessa operação em sua vida, considero necessário analisar, mais detidamente, os saberes envolvidos nessa cena etnográfica, bem como o poder discricionário dos operadores da ponta do Estado. Mais especificamente, cabe aqui discutir a forma pela qual a seleção para o De Braços Abertos foi realizada, os critérios e as categorias acionadas, de modo a excluir Raísa e muitos outros, incluindo apenas alguns.

Vulnerabilidade: inclusão/exclusão na política social

Selecionar os "mais vulneráveis". Essa foi a explicação que os agentes estatais da ponta receberam de seus superiores sobre como seria a escolha dos novos beneficiários do De Braços Abertos durante a operação de abril de 2015. Cerca de duas semanas antes da investida, os *orientadores*, sejam eles dos hotéis ou da tenda, receberam a incumbência de inscrever pessoas que desejavam entrar no programa. Sua prioridade era conversar com aqueles que dormiam nos barracos instalados no fluxo, mas também recebiam interessados na tenda. A inscrição consistia na realização de uma entrevista, na qual seguiam um roteiro com perguntas definidas a fim de determinar a *situação*[92] da pessoa, como me explicaram algumas vezes. Isso significava aferir se a pessoa estava em situação de rua e se sim, há quanto tempo; se estava fazendo uso de crack, álcool ou outras drogas e se sim, qual quantidade diária e por quanto tempo; se era portador de alguma doença ou condição especial; há quanto tempo estava na "cracolândia"; entre outros. Segundo alguns agentes, muitos dos entrevistados, no entanto, mentiam ou não respondiam as perguntas de forma adequada, tentando diminuir o número de pedras que fumavam ou diminuir o tempo que moravam nas ruas, por terem vergonha de sua "situação"[93] ou por acreditarem que essa "situação" lhes seria prejudicial para a seleção do De Braços Abertos. Dessa forma, os orientadores recebiam instruções para,e além de responder todas as questões da ficha com as informações fornecidas pelo

[93] Ver nota 90.

entrevistado, escrever um relato detalhado sobre a entrevista, contendo a descrição corporal da pessoa e suas impressões acerca dessa[94].

Esses documentos foram encaminhados para um conselho, composto por membros de hierarquia mais alta das equipes de Assistência Social e Saúde, que realizaram a "triagem", isto é, selecionaram segundo o critério da vulnerabilidade aqueles que entrariam ou não no De Braços Abertos[95].

Ou seja, a escolha propriamente dita não é de responsabilidade dos *orientadores*. Mas a forma pela qual conduzem a entrevista de inscrição e registram as informações transmitidas pelo entrevistado é fundamental para o processo decisório. Como me explicou uma agente, eles não fazem a seleção, mas são o primeiro "filtro" por serem incumbidos de repassar os dados. Nesse processo de inclusão de alguns e exclusão de outros no De Braços Abertos, a coordenação do programa decide os critérios de seleção – no caso, a "vulnerabilidade" -, a chefia da ponta realiza a "triagem" segundo essa categoria e os orientadores, os agentes da ponta, fazem a primeira seleção. É aí que reside o poder discricionário "da ponta" tanto de seus agentes quanto da chefia: ambos definem as características de "vulnerabilidade" e quem é o "vulnerável"[96].

Não se trata de afirmar que esses operadores possuem espaço para interpretar as regras e critérios definidos pela política do programa ao implementá-la, mas sim de compreender que eles também fazem parte dessa produção (Fassin: 2015, 5). Essa é uma distinção importante feita por Didier Fassin (ibidem) ao discutir o estatuto desses agentes a partir de uma série de pesquisas sobre serviços estatais, desde aqueles de Assistência Social até os de Justiça. O autor se distancia das interpretações vinculadas aos estudos institucionalistas da Ciência Política que interpretam o poder discricionário dos agentes estatais dentro do escopo da

---

[94] Aqui é interessante notar que enquanto os usuários, como observou Rui (2012), procuram esconder sua "situação", os agentes estatais procuram revela-la por meio de perguntas e observações detalhadas, criando instrumentos e meios de evidenciar a condição do entrevistado.

[95] Depois dessa operação, no entanto, foi criada uma nova instância, de caráter permanente, para realizar essa seleção, mas o princípio, segundo fui informada, continua o mesmo.

[96] Michel Agier (2010, 2011) faz uma discussão bastante interessante sobre a aplicação da categoria de "vulnerabilidade" em contextos de ajuda humanitária, como campos de refugiados. O autor aborda como na prática cotidiana dos programas de assistência, a figura da vítima universal, basilar da ajuda humanitária, se desfaz e os indivíduos têm seus direitos assegurados segundo sua classificação em determinadas categorias (2010, 39), com graus diferentes de "vulnerabilidade". Neste sentido, tem de atestar seu status a partir de documentos - no caso das viúvas por exemplo -, registros médicos - no caso dos doentes -, de mostrar machucados, ou de relatos biográficos. Nos campos estudados pelo autor, existem 15 categorias de vulnerabilidade, segundo designação da UNHCR.

implementação individual. Assim, para Fassin, enquanto a política das instituições define o trabalho do operador, é este último que dá conteúdo à essa política (ibidem, 7).

É a partir dessa ideia que interpreto o papel desenvolvido pelos agentes da ponta na seleção dos beneficiários do De Braços Abertos. Mesmo com escopo de atuação delimitado, são eles que identificam as características de "vulnerabilidade" e definem os "vulneráveis". Infelizmente, não tive a oportunidade de acompanhar o processo de inscrição e triagem, mas, a partir de dados coletados durante a etnografia, desenvolvo algumas reflexões acerca dessa categoria, me apoiando também na pesquisa de Rui (2012).

Quem eram os mais "vulneráveis" em um contexto como o da "cracolândia", em que grande parte das pessoas está em situação de rua, é egressa do sistema penal, possui apenas empregos precários e faz uso constante do crack e outras drogas?[97] Como fazer essa seleção?

Foi Raísa, no dia da operação, que me deu as primeiras pistas a seguir. Conforme já descrito, quando descobriu que não estava na lista dos novos beneficiários, ela repetiu diversas vezes que "não se humilharia" nem contaria "sua triste história" para provocar pena nos operadores e conseguir uma vaga como fez seu amigo, que "veio aqui na tenda chorar pra um deles" e foi incluído no De Braços Abertos. Ainda, em seu diálogo com a chefe da Assistência Social do programa, reivindicou que seus 16 anos vivendo nas ruas já deveriam bastar para obter a vaga; e ironizou o *orientador*, que tentava ajudá-la ao perguntar se estava grávida ou tinha filhos, pois assim conseguiria incluí-la na lista. De outra maneira, Raísa me comunicava o mesmo que um beneficiário do De Braços Abertos já havia me dito, apontando para um homem todo sujo, com roupas rasgadas, deitado no chão: "eles querem os mais fodidos entre nós".

Conforme operadores me explicaram depois, o De Braços Abertos construiu seu foco em pessoas em situação de rua que fazem uso de crack, de modo que, para entrar no programa, essa articulação de fatores era necessária. Assim, nesse caso, vulnerável significava, sobretudo, pessoas que faziam uso abusivo do crack, fumando dezenas de pedras por dia, sobretudo se conjugado a uma situação de rua prolongada. Também pessoas ditas em situação

[97] Esse perfil foi observado em diversas pesquisas de cunho qualitativo (Rui: 2012; Gomes e Adorno: 2011; Adorno et al: 2013) e mais recentemente, em pesquisa conduzida pela Open Society com beneficiários do De Braços Abertos. Nesta última, constatou-se, por exemplo, que 66% dos entrevistados já foi pelo menos uma vez preso. Para saber mais, ver a reportagem "Cracolândia vira alvo de disputas políticas, econômicas e sociais" da Folha de São Paulo, 21/08/2016.

de risco, como mulheres grávidas ou com filhos menores de idade, portadoras de alguma doença ou condição especial, entre outras categorias.

Apesar de estar há muitos anos morando nas ruas, Raísa não usava crack, me explicaram alguns operadores quando lhes perguntei sobre o caso. Mas como identificar se a pessoa entrevistada faz uso de crack, e ainda, como especificar seu consumo em quantidade de pedras de crack por dia se, na visão dos agentes, as pessoas omitiam informações e mentiam durante as entrevistas? Como a chefe da Assistência Social, ao conversar com Raísa, tinha certeza de que ela "não era dali" e não usava crack?

Sobre a importância de fazer observações para além das perguntas pré-determinadas, um agente me contou: "tem vezes que as pessoas dizem que fumam, no máximo, uma pedra por dia, mas a gente percebe que é bem mais que isso. Mas não podemos falar pra eles que isso não ajuda a entrar no programa, então caprichei no relato". Ele se referia a um saber discutido por Daniel Cefai (2010) como sendo fundado na experiência (ibidem, 96) e "ancorado nos corpos, que captam indícios e que os organizam, progressivamente, em configurações de sentido" (ibidem, 72). A partir de uma abordagem fenomenológica, o autor procura compreender o conhecimento envolvido no trabalho cotidiano de agentes de saúde que atendem a população em situação de rua em Paris. Depois de acompanhar uma equipe, Cefai (ibidem) conclui que seu aprendizado profissional diz muito mais respeito a percepção e sentidos relacionados à prática do que às instruções transmitidas. Sobre os diagnósticos, ele afirma:

> "a maioria dos elementos levados em conta não são claramente explicitáveis e não aparecem nos formulários da enfermeira ou da assistente social ... a maneira de falar, o ritmo e o timbre da voz são indícios sensíveis do estado de uma pessoa" (ibidem, 97).

É a partir dessa avaliação, embasada em um conhecimento construído na prática, que Tereza, a chefe da Assistência Social, afirma que Raísa não faz parte do público-alvo do De Braços Abertos. A partir de uma rápida análise de sua corporalidade e comportamento, a técnica sustenta que ela era mais uma das pessoas que estavam aproveitando a operação para conseguir uma vaga no programa municipal. Por saberem disso, é também com base nos relatos dos orientadores que os operadores responsáveis pela triagem se guiam.

Nesse contexto de entrevistas rápidas, em uma operação marcada pela urgência, reconhecer o consumidor abusivo de crack implica, portanto, em visualizar as marcas corporais desse tipo de uso. Apesar de não abordar a perspectiva de agentes estatais, o tema da corporalidade dos

“nóias”, expressão pejorativa que designa usuários de crack, foi trabalhada por Taniele Rui (2012). Recupero seus argumentos por considerar que a avaliação dos agentes estatais sobre os usuários mais “vulneráveis” se pauta pelos mesmos aspectos trabalhados pela autora.

A tarefa de descrever empiricamente essa corporalidade, segundo Rui, foi um de seus principais desafios com a pesquisa. Por um lado, isso significa decifrar o que faz alguns serem considerados “nóias” e outros não, e por outro lado, abordar características visíveis (op. cit. 284). A sujeira (op. cit. 263 - 264) é o primeiro desses elementos e converge tanto a experiência de viver nas ruas quanto a de consumir o crack (op. cit. 269), sendo representada pelos cabelos sebosos, roupas encardidas, pele suja e com crostas, além do cheiro forte. Mas, aponta a autora, existem especificidades relacionadas ao uso constante do crack (op. cit. 269), aos quais destaca as quatro, mas importantes: dentes e dedos com manchas amarelas; lábios machucados e rachados; perda de peso; e voz rouca (op. cit. 270). São marcas, consequências dos efeitos concretos da substância com o consumo repetido, que se cravam nos corpos de alguns usuários de modo a denotar uma forma de uso abusiva (op. cit. 272). É a presença e conjunção dessas marcas corporais que faz o usuário se aproximar ou se afastar da condição de “nóia”, afirma ela, e podemos acrescentar, ser entendido como “vulnerável”. Ou seja, esses traços são importantes por indicar, visualmente, tipos de consumo e de usuários de crack, permitindo distinguir uns de outros, uma classificação que envolve valorações morais e simbólicas.

Segundo a autora, existe, portanto, uma centralidade do corpo na experiência de uso do crack, por ser este um demarcador de fronteiras e identidades. Ter marcas de sujeira e do consumo constante da substância ou não possui efeitos concretos nas variadas relações sociais, seja entre usuários, com traficantes, com agentes do Estado, com redutores de danos, com familiares, ou com transeuntes (op. cit. 284). Assim, essa categoria serve, por um lado, para distinguir os não usuários dos usuários de crack, sendo utilizada dessa forma por grande parte das representações de quem está “de fora” desse mundo; e por outro, entre os próprios usuários, a fim de diferenciar variadas escalas de consumo e de definhamento corporal, de se estar melhor ou pior que alguém (op. cit. 280). Em ambos os casos, essa figura aparece como uma “alteridade radical” (op. cit. 166), aquilo que não se quer nem deve ser, servindo de limite para a construção do próprio eu e de sua moralidade. Os próprios usuários que vivem esse processo corporal o sentem, refletindo sobre sua *situação*, apresentando sensações de vergonha e embaraço. Assim, para Rui, o “nóia” está mais exposto a diversos tipos de intervenção, incluindo incursões violentas, e a julgamentos e interdições morais.

A autora desenvolveu sua pesquisa antes da Operação Sufoco de 2012 e, conforme desenvolvido no capítulo 1, em um momento político bastante distinto do tratado nessa dissertação. Assim, ela observa outro modelo de intervenção estatal, no qual ser "nóia" significa mais chances de sofrer a violência do Estado. Mesmo considerando que as forças repressoras continuam a agir na cracolândia, é notável que nesse novo contexto, no qual o De Braços Abertos se constrói, esse mesmo "corpo abjeto" ganha um novo estatuto: por ser considerado "vulnerável", possibilita o acesso a certos direitos, serviços e programas. São esses corpos que, a partir de um conhecimento prático, os operadores da ponta procuram selecionar, estatuto no qual Raisa não se enquadra.

No entanto, se os agentes desenvolvem um saber experimental relacionado tanto a forma de agir em determinadas situações quanto ao reconhecimento das pessoas que devem ou não atender, podemos pensar na perspectiva de seu público-alvo: também os moradores em situação de rua e os usuários de crack constroem um conhecimento sobre como operam esses agentes, o que os toca, o que provoca empatia. É nesse sentido que podemos entender a recusa de Raísa a contar a sua história de modo a "se humilhar", em suas próprias palavras, como fez seu companheiro de rua. Segundo ela, não iria choramingar nem provocar a dó de ninguém, como ele fez, para conseguir a vaga no De Braços Abertos. Assim, quando ironizou os orientadores, questionando-os de maneira furiosa sobre o por quê de não estar na lista, Raísa sabia que eram grandes as chances dessa forma de pedir não funcionar. Trata-se de uma escolha e não de uma falta de compreensão do cenário. Existe, portanto, um jogo de agenciamentos neste campo de ilegibilidade do estado (cf. Telles: 2012). Por outro lado, se Raisa entende como funciona a triagem do De Braços Abertos e se recusa a construir sua narrativa de uma forma mais provável de lhe dar acesso à vaga, podem haver pessoas que sabendo desse modo de operação, agenciam sua história[98], corporalidade e comportamento para serem vistos como "vulneráveis".

Segundo Rui, a característica do "abjeto" está diretamente imbricada a formas de classificação por utilizar categorias para definir o corpo de uns, distinguindo-os de outros. Baseando-se na teoria de Alba Zaluar sobre a exclusão, Rui desenvolve essa ideia em um pressuposto, que afirma guiar toda sua tese: "é o corpo imaginado do *nóia* que radicaliza a

[98] Esse agenciamento também foi analisado por Taniele Rui, mas em outra chave. A autora traz a história, por exemplo, de Roseane que conseguiu manejar sua aparência em uma reportagem para não aparecer, em rede nacional, como usuária de crack e sim, como uma mãe trabalhadora - o que ela também é, mas sabia que não apareceria dessa forma caso afirmasse para o repórter que fazia uso (op. cit. 293). Um agenciamento semelhante ao conceituado por Gregori em pesquisa sobre meninos em situação de rua, no qual apresenta a ideia da "viração" (op. cit. 267).

alteridade, na medida em que constitui, de diversos modos, um tipo social fundado a partir da exclusão" (op. cit. 9). Como a autora explica, na esteira de Zaluar, toda classificação produz exclusão e isso é uma questão de ordem teórica, sendo necessário analisar como se manifesta na prática política.

Essa ideia é bastante importante para analisar a operação de abril de 2015, pois explicita que a classificação das pessoas da cracolândia em graus de vulnerabilidade implicou na inclusão de alguns no programa e na exclusão de outros como Raísa, considerados não vulneráveis o bastante. Ou seja, as categorias e os indicativos utilizados para selecionar e organizar as pessoas que vivem na cracolândia são políticas, por criarem grupos e sujeitos, clivagens e desigualdades, que provocam efeitos concretos nas trajetórias individuais e relações sociais.

Dessa forma, no processo de classificação, além de categorias morais e políticas, entram também em cena questões situacionais, circunstâncias e acasos, como lembra Telles (2012) citando Hélène L`Heullet (2004).

Ao fim dessa jornada, Raísa entra em um dos veículos da Central de Atendimento Permanente (CAPE)[99] em direção ao albergue municipal para o qual foi *encaminhada*. No carro, estavam outras pessoas em situação semelhante à sua, não inclusas no De Braços Abertos e indicadas para outros programas assistenciais do município.

Da cracolândia ao *labirinto*

A opção de voltar a dormir em um albergue não agradava Raísa por várias razões: alta incidência de doenças, como tuberculose; os horários estritos de entrada e saída; a burocracia diária e as muitas regras institucionais; as condições precárias das instalações, entre outras[100]. Ela apenas mudou de ideia e aceitou a proposta depois de a *orientadora* lhe garantir que sua vaga seria fixa. Quando chegou ao albergue, Raísa logo descobriu que a promessa não fora cumprida: estava no albergue como "pernoite", o que a deixou bastante irritada e chateada, proferindo falas sobre como "não dá para confiar em ninguém".

---

99 A CAPE constitui um sistema de transporte municipal composto por kombis com a finalidade de encaminhar pessoas a outros serviços, albergues, clínicas psiquiátricas, ou hospitais. Para saber mais, ver a descrição de De Lucca (2007, 184) sobre a constituição da malha de serviços para a população em situação de rua.

100 A recusa do albergue é bastante comum entre as pessoas em situação de rua. As razões apontadas por Raisa ecoam a de muitos usuários desses serviços. Ver, por exemplo, a reportagem "Por que as pessoas em situação de rua em SP não querem ir para os abrigos mesmo durante o inverno?" por Débora Lopes da Revista Vice, julho de 2015.

Apesar de manter o contato com Raísa durante sua estadia nessa instituição, não cheguei a conhecer o lugar nem a presenciar o processo burocrático diário ao qual ela era submetida para poder dormir lá. Para conversar com ela, eu ligava no albergue, entre as 18h e as 20h, informava seu nome completo e seu número de inscrição e, assim, conseguiam localizá-la e chamá-la. Nem todo tipo de ligação é permitido, de modo que minha justificativa era ter trabalhado com Raísa na cracolândia. Quando nos encontrávamos, ela tinha de voltar ao albergue por volta das 14h para conseguir sua vaga.

Ela me explicou, brevemente, o processo pelo qual tinha de passar diariamente, mas foi apenas lendo o relato etnográfico de Daniel De Lucca (2007) sobre sua estadia em um albergue de São Paulo que consegui remontar seu percurso. Recupero, assim, a descrição do autor sobre as diferentes categorias de albergados e suas implicações na entrada do serviço, considerada por ele o momento mais delicado (ibidem, 197). Em suas próprias palavras: "a porta é a membrana que vai tentar filtrar a passagem do ininterrupto fluxo de pessoas e coisas que entram e saem da instituição diariamente" (ibidem, 200).

Os albergues classificam seu público a partir de três tipos: vaga fixa, pernoite cadastrado e pernoite sem cadastro, cada qual possuindo procedimentos institucionais distintos. As principais diferenças entre eles são referentes à estabilidade no albergue e ao processo de entrada diário. O tipo "vaga fixa", como o termo notabiliza, se refere ao grupo de pessoas que possui uma vaga garantida na instituição por pelo menos seis meses se não houver nenhuma ocorrência grave; o "pernoite cadastrado" também possui um vínculo com a instituição por estar cadastrado em seu sistema, mas sua situação é mais instável, de modo a ter de frequentar o albergue diariamente para ter seu *status* alterado para "vaga fixa". Por possuírem cadastro no sistema da instituição, ambos os grupos podem entrar no albergue no período das 17h às 19h30. Apesar do horário de entrada para os tipos "vaga fixa" e "pernoite cadastrado" variar um pouco entre as instituições, são sempre horas depois do estabelecido para aqueles que são "pernoite sem cadastro".

Essa última categoria se refere, pois, ao status mais baixo da classificação no albergue. Isso possui implicações bastante concretas, já que eles devem chegar muito antes do horário de entrada para efetuar o cadastro, um processo incerto e que pode levar horas a fio, esperando em filas e ambientes abertos. No albergue em que De Lucca (ibidem) fez sua etnografia, o cadastro era realizado às 13h; no de Raísa, às 14h. Em seu primeiro dia de estadia, De Lucca chegou ao local antes das 13h e já encontrou uma grande fila de pessoas. Segundo ele, a porta

foi aberta pontualmente às 13h e um educador passou pela fila, olhando para cada um e pedindo seus documentos. Depois de passarem pela porta, ficaram esperando em uma área semiaberta para serem cadastrados individualmente. Novamente, os documentos de identidade eram requeridos. Ele esperou por seis horas até ter concluído seu cadastro e adentrado no albergue, mas, segundo os funcionários, a espera não demorava tanto assim, sendo apenas algo ocasional.

Mesmo aguardando todo esse período, a vaga não é garantida. Como afirma De Lucca, há uma grande ansiedade na espera porque as pessoas não sabem se serão aceitas ou não (ibidem, 199). E, se não forem, terão de buscar outro lugar para pernoitar em um horário já avançado do dia. As instituições barram pessoas por estarem alcoolizadas ou sob efeito de outra substância, por não possuírem documento ou até mesmo por estarem cadastradas em outro equipamento[101] (ibidem,198).

Durante sua estadia no albergue, Raísa foi inclusa no grupo das pessoas "pernoite sem cadastro". Por esta razão, deveria chegar na instituição por volta das 14h para entrar apenas por volta das 18h, diariamente. Segundo seus relatos, era possível contornar a incerteza dessa situação com o encaminhamento de um orientador do Complexo Prates que poderia lhe dar até três pernoites garantidas.

A fila de entrada no albergue se assemelha ao dia da operação na cracolândia, por se tratar também de um momento no qual os agentes do estado decidem quem está incluído ou não no programa. Assim como Raísa não conseguiu entender os motivos pelos quais foi excluída do De Braços Abertos, durante essa espera no albergue, ninguém sabia se seria aceito para dormir na instituição seja por algum problema no sistema informatizado, seja pela falta de algum documento, seja pelo número de vagas. É a mesma incerteza relacionada a uma percepção de ilegibilidade do Estado: não se sabe se é o computador que poderá te barrar, o educador que pode avaliar seu comportamento como inadequado, algum funcionário que pode não aceitar seu documento. A cada tentativa de entrada no albergue, são horas de espera. A

---

101 Sobre esse tipo de caso, De Lucca (2007) explica: "O rapaz foi barrado. O educador gentilmente explicou que como o candidato possuía um cadastro em outro equipamento e já tinha "um código no SISRUA", ele não poderia ser cadastrado e entrar. Em outras palavras, quem possui registro em outro albergue e não pede desligamento, fica "pendurado", não pode se cadastrar em outro equipamento até desvincular-se do antigo. O rapaz que foi barrado não se conformava e disse que aquilo era impossível, pois tinha dormido ali na noite anterior e não houvera nenhum problema. Depois de muita conversa e paciência, o rapaz resolveu ir embora e desistir de sua vaga de pernoite" (ibidem, 198).

lentidão do sistema de inclusão e cadastro da instituição contrasta com o tempo de urgência dos que querem dormir no local. Não ser aceito na instituição significa ter de passar a noite nas ruas, em uma situação na qual a pessoa explicitamente não deseja fazê-lo, pois não há mais tempo hábil para procurar outro local. Tal qual Raísa, que decide aceitar o *encaminhamento* para o albergue por não ter mais segurança de dormir nas ruas, muitos dos que esperam na fila junto dela também estão lá por alguma necessidade imediata – seja para se abrigar de uma noite fria, cuidar de uma doença, fugir de alguma desavença, entre outros (ver De Lucca: 2007). A fila pode ser descrita, portanto, como uma zona incerta onde o Estado é experimentado entre a garantia e a ameaça, para recorrer novamente à formulação de Poole (2004), explicitando uma dimensão de arbítrio que faz parte do modo de funcionamento da aplicação das leis, regras e programas estatais.

Se conseguem ser incluídas, as pessoas ganham uma ficha com um número que devem guardar durante toda a noite até sua saída. O número indica a cama em que a pessoa irá dormir e o maleiro no qual deve guardar seus pertences (ibidem, 203). No papel, são marcadas as refeições realizadas e ele deve ser mostrado em alguns momentos (ibidem, 204). Também o grupo das pessoas de "vaga fixa" e "pernoite cadastrado" possui uma ficha individual. Nessa, também têm de marcar seu atendimento com a assistente social do albergue pelo menos uma vez por mês (ibidem, 207), requerimento necessário à permanência na instituição.

Ao entrar no albergue, são diversas as regras e procedimentos que devem ser seguidos, variando segundo as instituições. Alguns exemplos são: guardar os pertences no maleiro, podendo pegar e devolver itens até determinado horário; tomar banho antes de entrar ou durante a noite; entre outros. Os horários são bastante rígidos: há o momento do jantar, do apagar das luzes, do banho, do café da manhã e da saída. Às 7h da manhã, todos devem deixar o local. E há filas que intermedeiam todo esse processo.

Enquanto jantar e café da manhã de Raísa aconteciam no próprio albergue, seu almoço e as poucas horas que sobravam fora da fila de entrada decorriam no Centro de Convivência do Complexo Prates. Lá, ela conseguia o *encaminhamento* referido de três pernoites, bem como ver televisão, participar de oficinas oferecidas, entre outros. Essa rotina foi estabelecida pela *orientadora* da cracolândia responsável por seu *encaminhamento* e explicada no dia mesmo da operação. E assim como Raísa, eram muitas as pessoas que faziam o percurso desse albergue específico para o Prates.

No Centro de Convivência, no albergue e nos interstícios de entrada desses serviços, ela passou a tecer e construir novas relações. Ou seja, sua sociabilidade somente acontecia em espaços marcados pela institucionalidade, ainda que isso não significasse a obediência a regras estritas nem a garantia de proteção. Nesse quadro, na narrativa de Raísa, as filas possuíam um papel central: foi assim que conheceu, logo em seu primeiro dia, as pessoas com vaga fixa no albergue com quem passou a se relacionar.

Foi em uma dessas ocasiões, esperando para entrar no albergue, que uma das mulheres de vaga fixa forçou um beijo em Raisa na frente de todos depois de desafiada por outro albergado. Carlos, como era chamada, vestia-se e agia como um homem, possuindo muita "moral" na instituição, como me explicou Raísa, podendo ser entendido a partir da figura do "sapatão"[102] discutida por Padovani (2010, 103). A autora se refere a um grupo específico de mulheres presas que assumem atributos socialmente vinculados ao masculino, travestindo-se e adotando determinados comportamentos, como o de proteger suas mulheres e não serem tocadas durante o sexo (ibidem, 105). No ambiente da prisão feminina, essa figura era tanto disputada e desejada (ibidem, 105) entre as presas quanto sempre passível de provações (ibidem, 103)[103].

Questionado se "não era homem" e "iria cumprir com sua palavra" por alguns albergados, Carlos se dirigiu à Raísa, que estava sentada próxima ao grupo, ordenou que se levantasse e a agarrou ali mesmo na frente de todos. "Desde o primeiro dia, ele tava de olho em mim", contou ela. Mas Raísa não tinha certeza se queria ficar ou não com ele, principalmente porque Flora, uma amiga sua também encaminhada da cracolândia, havia demonstrado seu interesse primeiro. Por outro lado, Carlos poderia lhe oferecer proteção em um ambiente em que era recém-chegada, e Raísa temia que sua recusa pudesse desencadear algum conflito com ele, complicando seu cotidiano tanto no albergue quanto no Centro de Convivência do Prates, onde passavam as tardes. Não era a primeira vez que ela estabelecia uma relação amorosa com um "sapatão" (ibidem), sabendo das regras implícitas a essa dinâmica afetiva e sua ambiguidade sempre latente, da proteção à ameaça.

---

[102] É importante ressaltar que enquanto fazia a pesquisa, não me atentei se Carlos era chamado ou não de "sapatão". Ainda que o termo possa diferir do utilizado pelas presidiárias estudadas por Padovani (2010), a descrição feita pela autora sobre o comportamento dessa figura corresponderam ao encontrado no campo.

[103] Há uma circularidade de códigos, símbolos, regras e figuras entre a pisão e os albergues, que reforça a ideia aqui desenvolvida de que esses espaços se constituem na transitoriedade dos sujeitos. Um aspecto que é explorado por Rui e Mallart (2015 e 2015b).

A trama se desenvolveu de tal forma que tanto Carlos quanto Flora brigaram com Raísa, que permaneceu sem nenhum amparo. Assim, em uma manhã, ela estava no banheiro do Centro de Convivência do Complexo Prates quando Flora começou a espancá-la, sendo ajudada por um grupo de mulheres que desejavam Carlos. Ele só assistiu à disputa, sem fazer nada. Na impressão de Raísa, estava tudo combinado. Depois da surra, ela foi expulsa de ambas as instituições por suas companheiras, que ainda lhe avisaram que não era para aparecer mais ali, nem nas cercanias. Os agentes do serviço não interferiram na briga, mas estabeleceram seu banimento da instituição, como uma funcionária mesmo me explicou[104].

Nesse mesmo dia, Raísa reencontrou Renato, um antigo conhecido de quando vivia nas ruas da Santa Cecília, nos arredores de um atendimento municipal, há dez anos. Após ter sido expulsa e sem saber para onde ir, ele lhe ofereceu sua proteção como "companheiro" e ela aceitou. Poucos dias depois, já o chamava de "meu marido". Sobre esse tipo de relação, uma conhecida da cracolândia me explicou: "na rua, não tem essa de *ficar*, estar *ficando*; beijou, já tá casado".

Renato possuía vaga fixa no albergue masculino localizado dentro da Oficina Boracéia, mas abriu mão da vaga para dormir com Raísa em um posto de gasolina numa rua próxima à instituição. O proprietário do posto permitia que colocassem seus colchões e cobertores pela noite em troca de cuidarem do espaço, varrendo e protegendo; ainda lhes dava uma pequena quantia de dinheiro por isso. Durante o dia, ficavam no Centro de Convivência desse complexo, onde ganhavam marmitas, podiam jogar pingue-pongue e pebolim, participar de oficinas e conversar com outras pessoas.

Um dos principais projetos da gestão municipal de Marta Suplicy (2001-2004), a Oficina Boracea ocupa um galpão de cerca de 17 mil metros quadrados com diversos serviços para a população de rua na região da Barra Funda. Inaugurado em 2003, esse complexo sofreu diversas modificações com as administrações subsequentes e atualmente, abriga: na área da saúde, uma AMA e uma UBS; na de assistência social, um Centro de Acolhida, no qual esta inserido o albergue, apenas para homens, um Centro de Acolhida específico para aqueles que se recuperam de doenças e outro para idosos do sexo masculino, além de alojamento

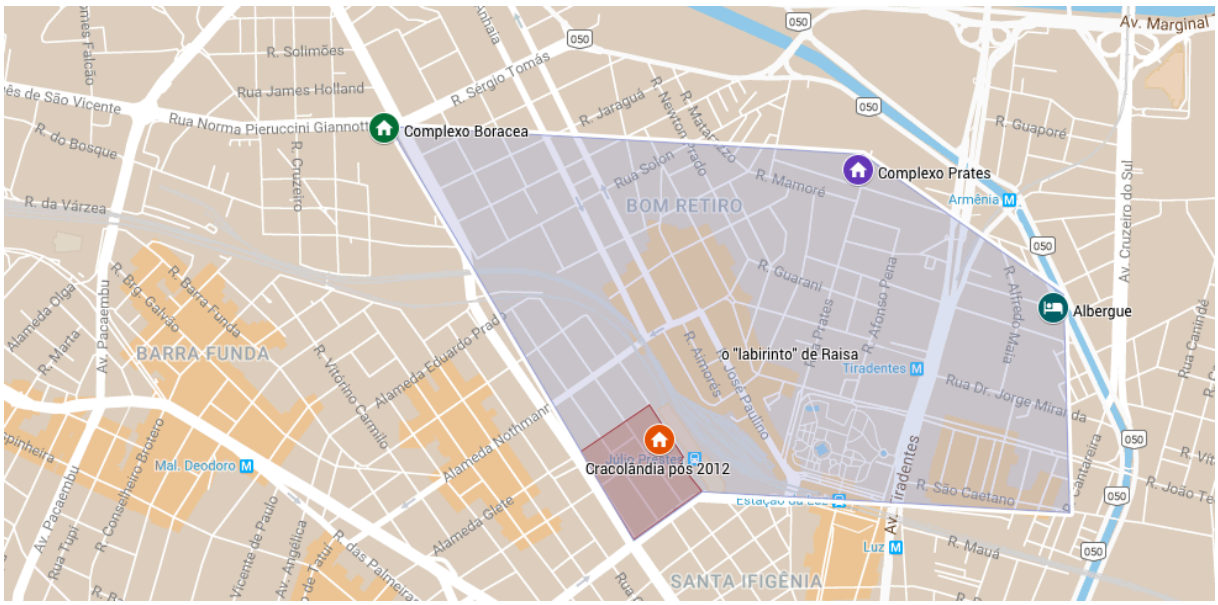
[104] Nota-se que esse centro de convivência, estabelecido em um complexo com diversos serviços do Estado, é gerido e organizado não apenas pelos operadores estatais, mas também pelos seus conviventes. Diversos autores discutem esse aspecto no caso das prisões, onde a gestão interna passa por jogos de poder entre Há uma literatura que discute agentes prisionais e presos (ver por exemplo Biondi, 2010).

emergencial somente para homens e um centro de convivência com sala de leitura, televisão e mesas de jogos.

Quando cheguei ao Boracea à procura de Raísa, um dos orientadores da instituição, vestido com um colete verde e azul igual ao dos *orientadores* da cracolândia, me indicou que ela estava na AMA acompanhando uma amiga que passava mal. Atravessamos todo o complexo, passando por áreas abertas, alguns portões e estacionamentos até chegar ao serviço, localizado na outra ponta do terreno. Quase não haviam mulheres no amplo complexo, provavelmente porque grande parte dos serviços são destinados apenas a homens. Saímos pelo portão de trás do complexo chegando a uma rua estreita, onde se localiza o ambulatório. Em uma das cadeiras logo na entrada, Raísa esperava sua amiga ser atendida, sentada ao seu lado. Apesar do pouco número de pessoas na espera, estavam lá há algumas horas com uma senha nas mãos acompanhando um pequeno painel eletrônico. Grávida, sua amiga se queixava de ter piorado da gripe depois de um remédio dado por um médico nesse mesmo posto. Raísa e Rafaela se conheciam há poucos dias, desde que dormiam uma ao lado da outra no posto de gasolina, cada uma com seu companheiro. O namorado de Rafaela, e pai de seu filho, chegou no AMA e começou a gritar com os funcionários, entrando em diversas salas procurando o médico que havia a atendido no dia anterior, mas logo foi embora. Elas ficaram apreensivas com sua chegada e também com sua possível volta. Rafaela me contou que ele havia a ameaçado quando ela lhe contou que se sentia mal: "quem mandou ficar doente? Agora, se vira. Se acontecer algo com esse bebê, você tá fodida!". Esse era o nono filho de Rafaela, mas o primeiro de seu companheiro. "Só arranjo homem assim", me disse ela, contando que seus outros filhos estão em Santos, sua terra natal. Permaneci no posto junto a elas por mais de uma hora. O atendimento demorava. Na parede, diversos cartazes alertando sobre dengue e tuberculose além de campanhas de vacinação. Rafaela foi chamada; com dificuldade para andar, atravessou a sala e passou por uma porta onde ficavam os consultórios e não conseguíamos ver mais nada. Depois de alguns minutos, um enfermeiro veio até a sala de entrada perguntar quem estava acompanhando-a. Rafaela estava com infecção renal, o médico havia a encaminhado para a Santa Casa e queriam saber se Raísa a acompanharia até o hospital. Raísa perguntou se poderia dormir lá, mas lhe informaram que não e que também não havia transporte de volta para ela. Fomos atrás, então, do namorado de Rafaela no Centro de Convivência do complexo; o encontramos junto de um grupo de homens no portão de entrada. Com uma cara amarrada, ele ouviu com displicência a notícia e não foi à AMA ver Rafaela.

Quando a encontrei nesse ambiente, Raísa estava completamente diferente: muito abatida, triste e desanimada. Não parava de falar sobre a agressão de sua amiga e das traições que sofreu. Comecei a perceber que haviam mais cicatrizes além daquelas visíveis em seu colo todo arranhado ainda da briga com Flora. Disse que não tinha mais vontade de viver, que gostaria de ficar o dia todo deitada e me mostrou seu cantinho em uma sala pequena, que parecia ser uma biblioteca fechada, com cheiro muito forte: tratava-se de um amontoado de cobertores escondidos entre algumas cadeiras num espaço minúsculo. Ela retirou uma marmita que havia guardado ali, pois havia passado a manhã toda na AMA e não conseguiu almoçar.

Enquanto conversávamos, nessa minha primeira visita ao Boracea, Raísa desabafou: "é como se estivesse em um *labirinto* e não conseguisse sair". Sua única esperança, agora, era se mudar junto com Renato para uma ocupação na zona norte da cidade. Um dos orientadores do Boracea havia mencionado a possibilidade de conseguir uma vaga para o casal. Interessante notar que a sugestão desse operador do estado, a fim de resolver o problema de moradia de ambos, está fora do escopo dos programas públicos.



"Labirinto" – mapa com o circuito de Raísa

O labirinto de Raísa: faces da ilegibilidade do Estado

Descrever seu trajeto por meio da metáfora do *labirinto* sugere que Raísa estava desconcertada sem conseguir entender a sequência de deslocamentos territoriais pelos quais passou em pouco menos de um mês. Ao refletir sobre seu percurso, da cracolândia até a Oficina Boracea, ela diz não saber nem onde ou como resolver sua situação a fim de se estabelecer em algum local com segurança e um pouco mais de estabilidade. Como não

conseguia entrar em algum programa ou instituição estatal que lhe desse garantia, mesmo morando nas ruas desde criança e não tendo casa nem trabalho? Suas dúvidas ecoavam o questionamento feito durante a operação na cracolândia: agora, sua situação não bastava para dar acesso ao De Braços Abertos? Precisaria ter filhos ou usar crack? E continuava não compreendendo a razão pela qual foi *encaminhada* para um albergue como pernoite, nem por que deveria ter um grande deslocamento diário para garantir sua estadia, tampouco como pôde ser expulsa da instituição sem ter feito nada.

Quando perguntei sobre o caso de Raísa para um pessoa responsável por coordenar o trabalho dos *orientadores*, ela me explicou que esses agentes seguem um fluxograma previamente definido ao realizar seus *encaminhamentos*. Por não se enquadrar nos critérios de vulnerabilidade do De Braços Abertos – como discutido anteriormente -, mas estar morando nas ruas, Raísa foi categorizada como "em situação de rua", sendo *encaminhada* para a rede de serviços destinada a esse público em uma região próxima à da cracolândia. Conhecendo a trajetória de Raísa, de viver nas ruas desde criança, não ter escolaridade e não fazer uso de drogas ou álcool, a orientadora procurou encaixá-la nos programas e instituições disponíveis que acreditava cumprir com suas necessidades. Segundo essa perspectiva, não há nada de labiríntico no *encaminhamento* da *orientadora;* pelo contrário, há uma racionalidade em entender a particularidade dos casos e seus principais problemas, a fim de definir um projeto de assistência. Por esta razão, a agente estatal inscreveu Raísa em um centro assistencial com programas educacionais para pessoas semi-analfabetas e auxílio para inscrição em programas de transferência de renda, assim como não se preocupou em afastá-la da cracolândia, uma vez que não possuía problemas com consumo de drogas, de modo a colocá-la em instituições próximas ao bairro da Luz.

O fluxograma de governo perde, no entanto, seu sentido ordenado e coerente quando posto em prática. As etapas encadeadas e bem delimitadas visando a resolução dos problemas de Raísa acabam se tornando um *labirinto* confuso do qual ela não vê saída alguma. Supostamente criado para lhe ajudar a superar certas dificuldades, como a falta de moradia e qualificação profissional, o percurso induzido pelo *encaminhamento* somente cria outras dificuldades, que, na perspectiva de Raísa, parecem ser ainda mais complicadas.

A metáfora do labirinto também foi utilizada por uma agente estatal, entrevistada por Pereira (2013), enquanto refletia sobre o fato de que grande parte das pessoas atendidas por ela em um CREAS-POP (Centro de Referência Especializada em Assistência Social: atendimento

para a população em situação de rua) não seguia o percurso previsto, permanecendo num emaranhado de serviços, ferindo um dos principais pilares dos projeto da instituição de proporcionar autonomia a essas pessoas (ibidem, 57). Uma das trabalhadoras entrevistadas por mim também expressou essa insatisfação e dúvida ao refletir sobre os encaminhamentos realizados em seu trabalho. Ela se esforçava, mas sabia que era muito raro que uma pessoa atendida conseguisse sair da situação de rua. Mesmo que a agente entrevistada por Pereira (ibidem) tenha usado o mesmo termo que Raísa, são perspectivas distintas, de modo que a atribuição de sentido não é a mesma.

Segundo o plano estabelecido pela orientadora, Raísa teria de passar no centro assistencial todos os dias a fim de conseguir um *encaminhamento* para almoçar no local e outro para dormir no albergue, de modo a garantir sua vaga de pernoite e, em seguida, se dirigir a essa instituição, não podendo chegar atrasada na hora de abertura do portão, mas tendo que esperar por horas a fio até o horário de entrada. O fluxograma se transforma em uma experiência de *labirinto* não por uma suposta falta de esforço de Raísa em cumprir com o que foi sugerido pela orientadora; ela não consegue resolver seu problema de analfabetismo, tampouco possuir uma moradia estável, pelas regras e protocolos existentes em todos esses programas e instituições, de modo que todo o seu dia é despendido em um entra e sai de espaços, relativamente distantes territorialmente entre si, nos quais tem de garantir sua alimentação, estadia e higiene.

Por ter de passar sempre pelos filtros das instituições, sua rotina é marcada por passagens muito incertas. Em cada fila de entrada, em cada conversa com *orientador*, em cada *encaminhamento*, em cada operação, em cada enquadro policial, em cada visita do "rapa", há sempre a ameaça de ser excluída do programa ou instituição. Não se trata de um desconhecimento por incapacidade ou falta de educação formal. Raísa não consegue saber até quando terá acesso a essas instituições porque as formas de operação doEstado produzem um campo de indeterminação relacionado, como já discutido nesse texto, à aplicação dos protocolos e regras programáticas. Como explicitado nas descrições do dia da operação e das filas de entrada do albergue, nesses momentos, Raísa fica suspensa entre a inclusão e a exclusão, entre um Estado que se deseja e teme. (cf. Nelson, 2004) Ao acionar a representação de *labirinto*, ela procura dar inteligibilidade a essa experiência incerta, traduzindo aquilo que Veena Das cunhou como "ilegibilidade do estado" (Das: 2007, 168) sobre a percepção de que as práticas e regras estatais são incompreensíveis.

A exclusão sempre iminente dos programas estatais cria situações nas quais Raísa tem de recolher tudo o que possui e partir para outro espaço onde estará mais segura. Sendo essa a dinâmica de suas passagens descritas nessa pesquisa: desde a chegada à cracolândia até a estadia na Oficina Boracea. Por mais que não seja a intenção da *orientadora* nem dos coordenadores da assistência social, o efeito dessa política na vida de Raísa é o de induzir sua circulação territorial pela cidade, o que possui, como analisado, diversas implicações em suas relações sociais. Sua circulação é incessante, como na imagem do *labirinto*, mas guiada por uma racionalidade de ir para pontos de gravitação do Estado, onde há recursos, acesso a serviços e possibilidades, como por exemplo a de se mudar para uma ocupação pela indicação do orientador[105].

[105] Nos capítulos anteriores, desenvolvi o argumento de que a cracolândia se estabelece enquanto campo de gravitação, atraindo pessoas como Raísa além de diversos projetos. Processo esse relacionado ao estabelecimento de programas estatais, que introduziram recursos e novos atores no território.

Considerações finais – Errância como modo de vida

Do labirinto às fronteiras

Poucos dias depois, se mudaram para esse local junto de Rafaela e seu namorado. Raísa me ligou de um telefone público para dar a notícia, mas não sabia explicar exatamente em que bairro estava.

A ocupação se localizava no terreno de uma antiga escola, desativada por conta do solo do local ser contaminado. Moravam todos, e mais alguns vindos das ruas, em uma sala isolada no fundo de um corredor escuro daquela construção que mais parecia ser uma ruína, com paredes destruídas, pilares carcomidos e estrutura exposta. Nesse cômodo, havia três colchões de casal espremidos em sentidos diferentes no chão, um sofá no canto, uma estante improvisada em cima de uma parede destruída, onde deixavam roupas, malas e pertences diversos, e uma televisão antiga bem pequena. O cheiro de esgoto inundava o quarto, vindo do banheiro que ficava ao lado. Entre as ruínas do prédio abandonado e um antigo pátio escolar, formavam-se corredores tortuosos, misturando espaços abertos e outros com teto. No corredor que levava ao quarto de Raísa, os buracos entre as paredes foram tampados com pedaços de papelão e madeirite, que serviam também de portas. A única iluminação era a de lâmpadas penduradas dentro dos quartos. Os sons de televisões, rádios, rezas e conversas se misturavam. Em uma noite fria, presenciei alguns moradores reunidos em volta de uma fogueira próxima à porta de entrada da ocupação, tentando barrar o vento gelado que entrava pelas frestas da corrosão. O edifício ficava à esquerda e o restante do terreno era ocupado por capim não cortado; no canto, era possível visualizar onde ficava a antiga quadra da escola. Na primeira vez que entrei lá, desapercebida, enfiei minha bota em uma grande poça de lama, logo ao lado da porta.

Próximo à ocupação, havia um extenso terreno ocupado por dezenas de barracos que formavam a paisagem de uma favela. Apenas a rua de terra batida separava ambos nessa viela em uma "quebrada" da Vila Nova Cachoeirinha. Renato e os outros homens do quarto, como o namorado de Rafaela, haviam começado a trabalhar na "biqueira"[106] estabelecida entre a favela e um boteco de esquina. Eram responsáveis pelo turno da noite, se revezando em intervalos de horas. No quarto, dentro da mala de Raisa, Renato guardava o dinheiro ganho

106 Sobre a constituição de uma "biqueira", suas transformações e dinâmicas ver Telles (2010). A autora explica que esses pontos de venda se estabeleceram da seguinte maneira: " os atacadistas vendiam a pequenos traficantes de bairro e as "biqueiras" eram montadas aqui e ali, conforme as vontades, oportunidades e as possibilidades de garantir o controle de uma "quebrada" ou outra. (ibidem, 237).

em um pote plástico que não escondia de ninguém. Parecia que os poucos dias ali tinham lhe rendido uma boa quantia, mas seu trabalho era em uma das posições mais baixas na hierarquia do tráfico: apenas "passava" a droga em um ponto de venda de bairro. Não sei se Renato ou alguns dos outros homens já trabalhavam com isso antes de chegar à ocupação. Seja no pequeno tráfico de drogas ou em qualquer outro posto de trabalho, ocupavam sempre uma posição precária, facilmente substituível e de pouco valor. Renato chegou a convidar Raísa para trabalhar junto a ele na "biqueira", mas ela recusou a oferta sem pestanejar, só de pensar em ir presa.

A permanência de Raísa nessa ocupação durou pouco: cerca de três semanas. Sua relação com Renato e outros moradores começou a se complicar em apenas poucos dias de estadia, até que, depois de apanhar do companheiro, decidiu deixar a ocupação, me pedindo ajuda para conseguir um novo lugar.

Ela se sentia muito insegura na ocupação, pois dependia de Renato para se manter, tendo de pedir até por suas refeições. Segundo Raísa, ele por vezes a humilhava na frente dos outros, falando que não a deixaria comer e logo em seguida, soltava longas risadas. Também passou a se relacionar com outra moradora, beijando-a na frente de Raísa. Segundo ela, não era apenas Renato que lhe tratava mal, mas também Rafaela e sobretudo seu namorado, que chegou a lhe dar um soco na frente de todos.

Em uma das ocasiões em que a visitei, cheguei a levar uma série de alimentos não perecíveis para ela não depender tanto de seu companheiro. Nessa ocasião, ela me contou que tentou furtar um supermercado relativamente grande localizado no centro do bairro. Pegou alguns itens, colocou-os sob o casaco, mas o segurança do estabelecimento percebeu e a barrou. Ele não chamou a polícia, mas disse que o faria da próxima vez. Essa única tentativa frustrada foi suficiente para Raísa não tentar de novo em nenhum outro local. Mesmo sem ter passagem alguma pelo sistema prisional, salvo por uma passagem na Fundação Casa, ela temia "não sair da cadeia".

Suas dificuldades não estavam relacionadas ao fato de ter se mudado para uma ocupação, pois não era a primeira vez que Raísa morava em uma, tendo permanecido por meses no Cine Marrocos, prédio no centro de São Paulo, onde diz ter exercido o cargo de coordenadora. A mudança para essa ocupação foi significativa, pois mesmo morando nas ruas ou em outras ocupações, Raísa sempre conseguia "se virar" sozinha ao recorrer a instituições de assistência, estatais ou não, um aparato que não encontrava em sua nova realidade, pela distância

territorial. Ali, não havia serviços destinados à população de rua, como os centros de convivência, tendas e albergues, tampouco as visitas de missões religiosas para distribuir lanches, sopas ou doces, tão comuns no centro da cidade. O único equipamento público próximo à ocupação estava a cerca de 10 minutos a pé e era um hospital. Nesse mesmo quarteirão, ficava o telefone público de onde Raísa me ligava a cada briga e insegurança.

O espaço urbano dessa "quebrada" era muito diferente do centro da cidade, por onde Raísa circulava até então: eram outras instituições, serviços, trabalhos, códigos e referências. Em um de seus primeiros conflitos com Renato na ocupação, ela contou ter recorrido aos "irmãos"[107] em busca de alguma providência. Segundo Raísa, apesar de falas reprovando a atitude de seu companheiro, eles não fizeram nada. Naquele espaço, os "irmãos" seriam os únicos atores possíveis para mediar a situação a fim de estabelecer certa ordem, diferentemente da cracolândia, por exemplo, onde existem diversos personagens ligados aos serviços assistenciais. Por mais que haja uma circulação de referências comuns às periferias, ocupações, prisões, instituições de cuidado e cracolândia (cf. Mallart e Rui: 2015 e 2015b), a configuração social e os jogos de poder são completamente distintos. E na ocupação nas franjas de um bairro periférico, Raísa parecia não manejar os códigos com tanta desenvoltura, de modo a não conseguir articular nenhum apoio local, tendo de recorrer a mim. Nessa ocupação, eu era seu único vínculo e possibilidade de saída. Renato, em poucos dias no local já havia conseguido um trabalho, ainda que bastante precário, na "biqueira" do bairro e parecia entrosado com outros moradores da ocupação e do entorno – ao contrário de Raísa.

É nesse sentido que podemos compreender como, em sua narrativa, a mudança da Oficina Boracea para a ocupação havia transformado completamente suas relações sociais e afetivas, assim como sua saída da cracolândia para o albergue alterou sua amizade com Flora. Seus vínculos parecem se estabelecer de forma tão situacional que a mesma pessoa que a protege em um espaço, no outro, pode ameaçá-la. Se Renato havia lhe "salvado" dos conflitos no albergue, agora era dele que ela queria fugir; se Flora era uma de suas melhores amigas na cracolândia, no albergue foi sua principal agressora; se Rafaela era parceira no complexo Boracea, na ocupação só fazia intrigas maldosas. Há um entrelaçamento (na percepção de Raísa) de suas relações afetivas com os espaços sociais nos quais essas relações se inserem, de modo que a mudança situacional altera tudo. Isso se torna ainda mais radical se considerarmos que a vida de Raísa se constitui de forma errante, com deslocamentos

107 Expressão utilizada para se referir a membros do crime organizado (ver Feltran: 2008, 180).

territoriais recorrentes, como discutido no capítulo anterior. Assim, se um dos efeitos dos programas e operações é o de induzir sua circulação urbana, podemos considerar que há uma dimensão social atrelada a isso: a cada mudança de um lugar para outro, sua vida é desorganizada a tal ponto que ela tem de reconstruir seus agenciamentos e relações, entendendo quem naquele novo espaço a protege e quem a ameaça[108].

Depois de uma nova briga com Renato, Raísa me ligou aos prantos pedindo para tirá-la daquela ocupação de qualquer jeito. Levei-a para uma nova ocupação, localizada no bairro de Pinheiros, de um movimento social de esquerda que conhecia. Tratava-se de um prédio alto, que já havia sido a sede de um banco, em uma rua estreita de casas bonitas na esquina com a Marginal Pinheiros. Todos os andares possuíam janelas amplas com vista para o jóquei ou para o bairro, muito arborizado, de modo que até as escadas eram arejadas e bem iluminadas. O piso, ainda que mal conservado, era de mármore e taco de madeira. Em alguns andares, os amplos salões foram divididos com chapas de madeira branca e portas com maçaneta e se assemelhavam a apartamentos; em outros, as divisórias foram construídas com pedaços de madeira coletada e madeirite, não tendo tanta uniformidade. Havia uma cozinha coletiva com geladeira, fogão e outros eletroportáteis, como liquidificadores, além de panelas, pratos e talheres. O contraste com a ocupação da zona norte era notável.

Depois de uma rápida conversa, a coordenadora do movimento, dona de um dos apartamentos mais bonitos e organizados da ocupação, mostrou a Raísa seu quarto a fim de animá-la. Geladeira, fogão, mesa, televisão, cama arrumada em um cômodo único com grandes janelas pelas quais se via o jóquei. As paredes estavam muito bem pintadas e não havia fresta alguma entre as paredes, o teto e o chão. “São uma praga”, disse referente às baratas pequenas que passavam em um dos cantos. Acima da porta branca, um quadro com uma mensagem religiosa. Logo depois, ela levou Raísa ao sexto andar e lhe mostrou dois espaços que poderia escolher: um com mais janelas, mas com o piso desfalcado, no meio do salão; e o outro com vitrôs largos, mas no qual os tacos de madeira do chão estavam em ordem e em um canto. Ela ficou com esse último, pois lhe daria menos trabalho para arrumar já que precisaria de menos divisórias. Os moradores lhe deram madeirites e ela improvisou algumas paredes e uma porta. Um deles lhe disse que poderia instalar iluminação e fiação elétrica para ela, bastando que

108 Por mais que haja uma dimensão instrumental e pragmática nessas relações, isso não exclui a mobilização de afetos, emoções e simpatias.

comprasse ou conseguisse os materiais. A todo momento, os moradores, que acolheram Raísa muito bem, diziam-lhe que aquele arranjo era provisório: “com o tempo, você organiza tudo”.

Os militantes do movimento de moradia e os moradores da ocupação não sabiam da trajetória de Raísa. A fim de preservá-la e assegurar que tivesse uma vaga no prédio, não contei que ela vinha das ruas, mencionando apenas que Raisa havia saído de outra ocupação localizada na periferia, pois era de meu conhecimento que as ocupações centrais tendem a não aceitar moradores de rua. Depois de alguns dias no prédio, Raísa contou sua história para algumas mulheres, que a acolheram com muito carinho, lhe dando comida e afeto. Ela também ficou amiga das mais jovens do prédio, estabelecendo uma relação quase que de irmandade com uma delas.

Por estar em um local com maior estabilidade e apoio, dei à Raisa diversas instruções sobre como conseguir um benefício mensal do governo federal para lhe ajudar a pagar as contas; fui ao Poupatempo junto dela para tirar seus documentos; coloquei crédito em seu bilhete único para que pudesse se locomover, entre outros passos. O objetivo era que, agora com moradia, ela poderia se preocupar em conseguir um trabalho e ir construindo sua vida aos poucos sem depender tanto do aparato assistencial; mas, sem outra pessoa para lhe cobrar ou acompanhar, Raísa não seguia com o plano. Como alguns moradores me contavam, com preocupação, ela não cozinhava nem quando tinha ingredientes e tempo, permanecendo dependente de seus vizinhos para almoçar e jantar. Raísa demorou até mesmo para arrumar seu quarto, deixando-o como estava por semanas a fio, dormindo no quarto da família de uma de suas amigas. As divisórias e falta de luz que deveriam ser provisórias já se tornavam permanentes, contrariando as expectativas dos moradores e do movimento. Ela passava grande parte dos seus dias dormindo em seu quarto ou nos espaços comuns da ocupação, conversando com garotas da sua idade. Mas sua situação diferia bastante: as outras jovens possuíam vínculos familiares no prédio, estavam concluindo seus estudos e já trabalhavam. Muitas delas demonstravam preocupação com Raísa, tentando ajudá-la a “seguir em frente”.

Essa situação desencadeou uma série de problemas na ocupação, pois os moradores e militantes do movimento alegavam que mesmo com muito apoio ela "não queria saber de nada”, nem de trabalhar, nem de ajudar nas tarefas coletivas. Uma das coordenadoras chegou a encontrar um trabalho para Raísa, sem carteira assinada, relacionado a limpeza, mas ela foi apenas um dia. Nem mesmo deu entrada com os papéis para conseguir uma modalidade de Bolsa Família, como eu havia a instruído. Se as minhas expectativas, bem como a dos outros

moradores e ativistas, eram de que Raísa nessa nova condição poderia estabelecer uma vida mais estável, com trabalho e moradia, a impressão era de que ela tinha "estacionado" desde o dia em que chegou no local. Raísa não tinha nem mesmo desfeito sua única mala, de modo que suas roupas continuavam amontoadas em um canto, como quem está ali apenas de passagem, da mesma forma com que se organizava na rua e no albergue.

A oposição entre Raísa e os outros moradores da ocupação ficou explícita em seu primeiro dia no prédio quando foi entrevistada por uma das coordenadoras. A entrevista constitui uma etapa burocrática de ingresso na ocupação para garantir que a pessoa seja aceita e entenda as regras de convivência estabelecidas. Nesse caso, como Raísa havia sido indicada por mim, que era amiga de alguns membros do movimento, a entrevista tinha mais como propósito explicar a ela a história da ocupação do que aprová-la ou não. Depois de explicar certas regras, a moradora lhe disse: "aí você pode trazer suas coisas. Pode colocar seu fogão no quarto, geladeira também.. o que você quiser". Raísa, que estava quieta o tempo todo, respondia "eu não tenho nada". Para animá-la, uma das militantes do movimento lhe contou sobre cursos preparatórios para o vestibular que se realizavam ali e disse: "você talvez ainda consiga se inscrever no ENEM desse ano!". Raísa apertou minha mão e olhou com uma expressão de desconforto, pois nunca chegou a ir à escola; sabe ler com certa dificuldade, mas não consegue escrever nada. Entre seus objetivos e planos para o futuro, com certeza não estavam o ENEM ou qualquer vestibular. Para tentar descontrair, a coordenadora começou a contar sua trajetória dentro do movimento, lembrando de alguns despejos e da chegada nesse prédio. Em determinado momento, afirmou: "dessa vez, a gente quase foi parar na rua, debaixo do viaduto! Imagina só?".

Toda vez que era questionada por algum morador, seja por estar fazendo barulho no corredor no meio da madrugada, seja por não colaborar com a manutenção diária da ocupação, Raísa respondia que veio da rua e que "na rua, não é assim". Foi com essa justificativa que ela, acompanhada de duas jovens da ocupação, bateu em um adolescente com esquizofrenia por ter puxado seu cabelo e supostamente a atrapalhado em outras ocasiões. Questionada, repetiu que esse é o jeito de resolver as coisas em seu mundo: "essa é a lei na rua". Em outro desentendimento, ela disse que chamaria os "irmãos" para resolver. Apesar de ter sido avisada de que os problemas não são solucionados dessa forma ali, ela insistiu e poucos dias depois, chegou acompanhada de um amigo de rua que apresentou como sendo do crime, mas que todos perceberam que não era. Por mais que Raísa pudesse não perceber, grande parte dos moradores daquela ocupação possuem passagens entre as periferias paulistanas e prisões

paulistas, conhecendo o repertório do "mundo do crime" (Feltran, 2008) de modo a notar que ela apenas blefava e se exibia. Sua atitude não foi bem recebida pelos membros do movimento nem pelos moradores, que têm como instância decisória as assembleias mensais, onde todos decidem coletivamente. A mãe de uma das jovens mais próximas de Raísa começou a se preocupar com a filha, dizendo que ela não era "boa influência"; uma das mulheres que mais acolheu Raísa passou a rejeitá-la, pedindo por sua expulsão; e mais de uma reunião foi convocada para discutir seu caso.

A partir desse momento, alguns moradores e militantes do movimento começaram a se questionar se deveriam ter aceito Raísa na ocupação, por conta de sua trajetória como moradora de rua. Nessa ocasião, decidiram acionar Maria, que mesmo não morando na ocupação nem sendo do movimento, cumpria um papel de auxiliar em determinados problemas, dando sua opinião. Alguns moradores eram muito gratos a ela, por tê-los recebido em uma espécie de albergue religioso depois de um despejo, quando não tinham mais para onde ir. Foi a partir daí que Maria passou a se relacionar com uma das coordenadoras da ocupação, de mesma orientação religiosa, avisitando e aconselhando sempre. Devota de uma igreja evangélica, Maria participa de alguns serviços de assistência à população de rua no centro, onde já havia conhecido Raísa. Foi por conta dessa experiência que Maria foi convidada pelosmilitantes a participar de uma reunião fechada para discutir o caso de Raísa. Ela sugeriu que deveriam *encaminhar* Raísa para a pastora Nildes, que chefia essas instituições assistenciais e coordena, atualmente, a equipe de rua do programa estadual Recomeço na cracolândia. Uma sugestão que alguns endossaram, mas que não chegou a se concretizar. É interessante observar que, para falar do caso de Raísa, Maria recorreu a termos utilizados por instituições de gestão da população em situação de rua, enfatizando o *encaminhamento*. Em sua avaliação, o movimento não deveria ter aceito Raísa, pois ela não conseguiria se adaptar à ocupação por seu histórico de ter vivido nas ruas por muitos anos. Dessa forma, sugeria o *encaminhamento* para a ONG da pastora, especializada no atendimento de pessoas em situação de rua, onde "saberiam o que fazer com ela".

O impasse que o caso de Raísa suscita sugere que os moradores dessa ocupação transitam em um mundo social pautado pelos tempos, ritmos, modos e também códigos, referências e projetos do campo do trabalho e da família. Assim, há expectativas de que Raisa irá retomar os estudos, conseguir um emprego, arrumar sua casa, se organizando de acordo com um tempo marcado pela rotina do serviço e obrigações domésticas e também com um plano, que não chega a ser de ascensão social, mas de progresso e estabilidade. Daí as falas tantas vezes

repetidas de que ela deveria "seguir em frente". O que parecia mais incomodar aos moradores, militantes do movimento e a mim, era sua falta de disposição para procurar emprego, obter seus documentos e regularizar sua situação. "Ela nem tenta", dizia uma das moradoras; "se ao menos ela ajudasse nas tarefas coletivas da ocupação, mas nem isso! Ela fica o dia todo aqui, pode usar até as panelas e não limpa nem o que sujou", me contou outra. Se, no início, os moradores entendiam as atitudes de Raísa como parte de um período de adaptação frente as dificuldades que havia passado nos últimos meses, a tolerância chegou a um limite quando se passaram semanas e tudo continuava da mesma forma – ou até pior, porque agora ela supostamente ameaçava desorganizar a ordem de certas famílias ao influenciar negativamente um grupo de jovens. Também pesava o fato de todos os moradores contribuírem mensalmente com pouco mais de cem reais para arcar com despesas coletivas do prédio e Raísa, que recebeu uma espécie de isenção no início, não pagar e nem assumir qualquer tarefa da ocupação para compensar.

Todo esse quadro comportamental foi tema de uma das assembleias do grupo e ela foi avisada que teria trinta dias para se ajustar, se não seria expulsa. Dentro desse prazo, ela deveria arrumar seu quarto, procurar alguma forma de renda, se inserir em alguma atividade coletiva da ocupação e buscar ajuda médica para tratar suas crises epilépticas. Uma das militantes me explicou que o movimento havia decidido que, se o acolhimento e a conversa não haviam resolvido, agora teriam de ser mais severos.

Durante esse encontro, sem acionar o discurso de ser das ruas e nem dizer nada, Raísa saiu correndo para o nono andar do prédio e afirmou que iria se jogar. Após a situação ter sido remediada, duas militantes do movimento se reuniram com ela, em particular, reafirmando a decisão da assembleia de que ela teria de se organizar e cuidar de si mesma dentro do prazo estipulado. Nesse momento, Raisa relembrou o fato de sofrer de epilepsia e ter sido diagnosticada com um tumor cerebral há mais de um ano. Fato esse que havia mencionado logo em sua entrada na ocupação e gerado uma grande comoção entre os moradores. Apesar do incentivo de voltar ao médico, ela não havia procurado nenhum serviço de saúde até então, o que levantou suspeitas entre alguns moradores de que poderia estar mentindo.

Não importa discutir se seu tumor é ou não real, mas entender em quais momentos Raísa recorre a esse diagnóstico e com que finalidades. Da mesma forma que os "irmãos" e o modo de proceder "das ruas", o "tumor na cabeça" aparece como um repertório acionado na cracolândia. Raísa não foi a única a me contar que possuía essa doença tão fatal - uma

narrativa também presente na etnografia de Taniele Rui em uma cena de uso de crack em Campinas (Rui, 2012: 134). Se, por um lado, com a referência ao "mundo do crime" (Feltran, 2008) e das ruas, ela procura afirmar seu poder e ameaçar, por outro, mencionando suas doenças, Raísa apela para sua "vulnerabilidade" e pede por proteção. Esses dois pólos, entre a ameaça e a garantia, tão recorrentes e definidores das experiências sociais e afetivas de Raísa, aparecem aqui também como operadores de suas relações. É esse repertório que ela aciona para assegurar sua permanência na ocupação, de modo que ao não obter sucesso em suas tentativas de intimidação, recorre à sua "triste história", tal qual seu colega, que nas vésperas da operação na cracolândia contou sua trajetória para uma *orientadora* e foi inserido no De Braços Abertos. É interessante observar que há uma mudança no posicionamento de Raísa que, conforme discutido no capítulo anterior, dizia se recusar a provocar pena nos outros para conseguir acessar determinados programas. Por mais que o intervalo de tempo entre esses dois episódios seja pequeno, sua situação já não era mais a mesma: desde seu despejo da cracolândia, Raísa havia se envolvido em diversos conflitos, e voltar para as ruas sem ninguém para lhe proteger seria muito perigoso. Sua rede de apoio havia se desmanchado e começava a se rearticular nesse espaço da ocupação; não poderia, pois, perder essa oportunidade. Isso sugere que além de uma escolha individual segundo o contexto, há um aprendizado comum sobre as formas mais exitosas de garantir estadia, permanência e trânsito nos espaços sociais. Repertório este que funciona na ocupação apenas por pouco tempo, de modo que Raísa passa a sofrer com a possibilidade de expulsão, não sabendo bem como se portar.

Assim como a operação na cracolândia, quando foi excluída do programa municipal, ou quando foi expulsa do albergue pelas outras conviventes, ou ao fugir da ocupação com medo de seus pares, o dia da assembleia também foi crucial para a trajetória de Raísa por tratar-se de uma situação chave, na qual são colocadas em jogo tanto sua permanência ou expulsão quanto o estatuto de suas relações, variando entre os pólos da proteção e ameaça (Poole: 2004). A depender também de sua capacidade de "contornar", isto é, de saber acionar referências e códigos pertinentes à situação a fim de lhe garantir o trânsito nesses espaços (cf. Telles: 2010, 166). Assim, quase sendo expulsa, Raísa desfez sua mala, organizou seus pertences em alguns móveis improvisados, ligou a luz e colocou algumas tomadas, onde posicionou um pequeno rádio. Em pouco tempo, passou a cuidar das crianças da ocupação, brincando com elas e as levando para a escola todos os dias. Se adaptou e durante a

reintegração de posse do edifício, seguiu junto ao movimento e outros moradores para uma nova ocupação, onde participa das atividades políticas e coletivas.

O desfecho distinto dessa *passagem*, onde Raísa consegue permanecer e não ser expulsa, parece estar relacionado à própria configuração social e política da ocupação. É relevante o fato de que nesse local, diferentemente dos outros espaços, Raísa teve mais chances e tempo para se adaptar, em parte por se tratar de um movimento de esquerda com a proposta de abarcar mais militantes e ajudar as pessoas e também por eu ter relações pessoais com alguns de seus membros. Mas, também, há de se considerar sua capacidade de se adaptar a esse novo mundo. Se na cracolândia, no albergue e na ocupação de "quebrada", Raísa não soube lidar com os códigos locais, apesar de os conhecer, nesse novo espaço, ela consegue articular seu conhecimento de referências e sociabilidades (cf. ibidem, 166), acionando um repertório outro que não o das ruas. É quando deixa de proferir que é das "ruas" ou que vai chamar os "irmãos" e abandona os lamentos e justificativas por suas doenças que Raísa consegue encontrar seu espaço dentro da ocupação.

Os embates iniciais entre Raísa, os moradores e militantes sugerem que ela se insere em um mundo com outra lógica societária que não a das relações estabelecidas e fixas. Em sua perspectiva, não fazia sentido despender tempo, energia e dinheiro na organização de seu quarto, se, a qualquer momento, poderia ter de deixar o local. Todos os seus pertences ficavam colocados dentro de sua mala e ao redor deixava apenas seu cobertor e travesseiro, itens fáceis de dobrar e colocar debaixo dos braços. Raísa sempre estava pronta para partir rapidamente. O seu mundo, até então, era marcado pela provisoriedade das filas de entrada, das operações, dos *encaminhamentos*, das relações, que, como discutido no capítulo anterior, induziam seu deslocamento territorial constante. Uma vida labiríntica constituída em fugas e passagens, na qual ela não via saída, mas apenas resoluções situacionais. Dentro de seu horizonte não estava, até então, a possibilidade de se fixar e se estabelecer em um espaço, muito menos de fazer parte de um projeto político coletivo; pelo contrário, ela se norteava por contornar problemas pontuais e postergar suas mudanças.

Enquanto o mundo dessa ocupação é o das referências organizadas em torno da casa, família e trabalho, Raísa é inteiramente nômade e errante. Não se trata aqui de reificar o universo dos moradores dessa ocupação, recorrendo a uma representação do "mundo social" das periferias dos anos 1980, quando os empregos não eram precarizados e instáveis e havia um projeto

familiar de ascensão social (Feltran, 2008). Sua realidade é bastante distinta, tanto que chegam à ocupação por não conseguirem arcar com o pagamento de aluguel. As trajetórias desses moradores parecem se assemelhar àquelas estudadas por Telles (2010) e Feltran (2008), sendo marcadas também pela crise do emprego formal, do acesso aos direitos sociais e políticos, da crescente presença da criminalidade violenta, dos mercados lícitos e ilícitos, dos fluxos transnacionais. Ali na ocupação, é possível notar o contraste entre a geração dos pais e filhos tratada pelos autores. Assim é o caso de uma das coordenadoras, que veio para São Paulo nos anos 1980 em busca de emprego com seus três filhos, dos quais dois se envolveram com o crime. Um deles foi morto na virada dos anos 2000; o outro permanece preso. O mais novo voltou para a casa da família em Goiás. O tempo social dos moradores coincide com o das periferias retratadas nesses estudos. Mesmo que os parâmetros da organização social desse mundo operário tenham se deslocado, com mudanças na forma de compreender família, trabalho, religião e política, como muito bem argumentado por essa literatura, essas referências ainda permanecem: existe a casa, o bairro, os irmãos, os pais (ou somente a mãe). Uma configuração social bastante distinta da de Raísa durante o percurso observado nessa pesquisa[109], em que não aparece nenhum tipo de arranjo familiar e nem o espaço doméstico, e sim instituições de governo, estatais ou não. Isso não significa dizer que Raísa não possui referências sociais, mas sim que são articuladas e construídas de outra forma.

Viver da cidade ou alguns apontamentos de pesquisa

Cracolândia, albergue municipal, centro de convivência, complexo assistencial, ocupações. Desse percurso urbano tão disparatado, é possível extrair algum sentido analítico? Nesse texto, procuro traçar um plano de referência (Telles: 2010, 18 e 41) para estabelecer as conexões urbanas que estão na experiência de Raísa e assim, amarrar algumas questões discutidas ao longo da pesquisa e apontar outras.

Longe de constituir um trajeto excepcional, a vida de Raísa apresenta paralelos com a de grande parte dos frequentadores da cracolândia (cf. Gomes e Adorno: 2011; Rui, 2012). São histórias de vida marcadas por fluxos entre as periferias, instituições de controle, assistência e saúde, missões religiosas, ocupações e o mundo da rua. É neste sentido que Taniele Rui (2012) define a cracolândia como "um ponto centrífugo de fluxos de populações e desejos" (ibidem,

109 É importante ressaltar que não fez parte do escopo dessa dissertação tratar da trajetória de vida de Raísa, de modo que faço essas afirmações embasada apenas no percurso urbano descrito e analisado, que pude acompanhar durante a pesquisa.

218) e da “mais radical das pobrezas urbanas” (ibidem, 224); e também que Adorno et al (2013) concluem tratar-se de um “território de trocas que se enraíza nos circuitos de rua e de fluxos com as periferias da cidade e com a antiga ocupação da região, tradicionalmente parte da região do baixo meretrício de São Paulo” (Adorno et al: 2013, 6).

Não se trata apenas de dizer que os frequentadores dessa territorialidade são provenientes de bairros periféricos e passaram por instituições governamentais, sejam essas estatais ou não. A questão está em considerar que a cracolândia é um dos pontos de conexão entre diversos fluxos urbanos e é experienciada por Raísa dessa maneira. É isso que a ideia de “campo de gravitação”, desenvolvida no capítulo 2, procura evidenciar: além de espaço de consumo de crack, e de trocas e rede de sociabilidades desenvolvidas em torno dessa substância, a cracolândia se consolida como ponto de passagem nos percursos urbanos também por ser um local de acesso a serviços de cuidado e assistência, do Estado ou não.

Definição essa que inverte uma das principais representações da cracolândia como sendo um espaço isolado territorial e socialmente do restante da cidade. A partir dessa perspectiva descritiva, o trajeto de Raísa sugere que, ao contrário, essa territorialidade se produz e reproduz como tal por estar imersa em dinâmicas de fluxos com outros espaços sociais. Algo que parece ter se intensificado com o deslocamento da gestão da cracolândia pós Operação Sufoco (2012) que, como desenvolvido no capítulo 2, deixou de dispersar as pessoas para concentrá-las em um trecho. Essa territorialização era condição necessária para o estabelecimento das instituições assistenciais de governo, estatais ou não, que se multiplicaram nos últimos anos. Ao fixar a cracolândia, outros efeitos surgem: esse espaço vira ponto da malha urbana de serviços assistenciais, atraindo pessoas como Raísa que procuram *encaminhamentos* e programas para se inserir; e o comércio ilegal e tráfico passam a operar com maior estabilidade.

O percurso de Raísa indica que a “cracolândia” se constitui como espaço social dentro do plano urbano da cidade de São Paulo e, por isso, não cabem delimitações territoriais ou administrativas, nem mesmo recortes temáticos ou identitários. Se fosse assim, uma série de relações permaneceriam obscurecidas e ela poderia ser vista - e analisada - somente como usuária de crack, pessoa em situação de rua, de vulnerabilidade ou em risco, usuária do serviço municipal, moradora de periferia e ocupações, sem-teto. Exatamente por extrapolar as fronteiras territoriais e identitárias (cf. Feltran: 2008) desses diferentes espaços, seu trajeto

possibilita questionar as categorias mais utilizadas para tratar da cracolândia e do mundo das ruas. Raísa não se define por nenhum desses termos e por isso, teve tanta dificuldade em se encaixar nas classificações governamentais, como explicitado no capítulo 3. Essa conclusão não cabe apenas para seu caso individual, pois trata-se de um deslocamento de perspectiva, considerando que os modos de governo e suas técnicas produzem essas vidas ao nomeá-las, categorizá-las e encaminhá-las. Ou seja, seguir qualquer uma dessas tipificações limitaria a pesquisa, simplificando e reduzindo seus achados.

É exatamente ao não se enquadrar nas categorias vigentes dos programas e instituições que Raísa é induzida a circular incessantemente em uma malha de serviços assistenciais, passando por várias denominações. Sem compreender os motivos pelos quais alguns ganham a prerrogativa de permanecer nos espaços governamentais e outros, como ela, são *encaminhados* a transitar, ela recorre à imagem do *labirinto* para descrever sua vida, conforme discutido no capítulo 3. Sua experiência nessas instituições – os programas da cracolândia, o albergue, o centro de convivência, o complexo assistencial – permite compreender esses lugares dentro de uma racionalidade de governo das populações e espaços urbanos por meio da gestão de movimento. São pontos de triagem, nos quais a partir de determinados critérios, decide-se quem entra e quem sai; quem pode se fixar, quem deve ser encaminhado e para onde, seguindo uma lógica de distribuição das pessoas no espaço urbano[110].

Esse "entra e sai" em programas e instituições assistenciais foi observado em outras pesquisas relacionadas à população em situação de rua (De Lucca: 2007; Pereira: 2013), mas analisada de outra forma por seus autores. De Lucca (2007) utiliza a expressão "ciclo infernal", evocada por usuários e funcionários de albergues para se referir ao difícil processo de sair dessa instituição para uma moradia fixa (ibidem, 223). Pereira (2013) aponta como conclusão que o aparato assistencial oferecido à população em situação de rua acaba por contribuir para sua permanência nessa situação. Ambos os autores refletem sobre esse aspecto a partir da ideia de um processo de institucionalização (Pereira: 2013, 57) que cria dependência (De Lucca: 2007,

110 Essa é uma questão que está no cerne dos debates contemporâneos sobre novas formas de controle gestão dos espaços urbanos, sendo tratada no projeto temático "A gestão do conflito na cidade contemporânea", coordenado pela profa. Vera Telles, e do qual essa pesquisa faz parte. Como aponta o projeto, citando Landauer (2009), essa nova forma de governo não parece mais ser regida "pelos imperativos de fechamentos, proteção e controles em torno de supostos espaços criminogênicos e lugares de concentração das "classes perigosas" (ou sob suspeição), mas sim de gestão das mobilidades e seus fluxos, das circulações e deslocamentos nos espaços urbanos" (8). Para saber mais sobre essa literatura, consultar o projeto temático.

223), recorrendo a uma conclusão de Foucault (2004) sobre os efeitos perversos dos dispositivos de proteção social.

Na presente pesquisa, meu objetivo, no entanto, ao refletir sobre a experiência de Raísa, não é afirmar que os programas que supostamente procuram dar autonomia acabam criando a dependência, sendo esse um tema recorrente, inclusive, nas discussões internas aos trabalhadores da Assistência Social, que reconhecem esse problema. Parto dessa conclusão para compreender a racionalidade dessa política enquanto forma de gestão de populações e dos espaços urbanos, mas sobretudo, seus aspectos produtivos em termos dos efeitos que são criados na vida desses sujeitos.

A chegada de Raísa às ocupações rompe, de certa forma, com essa ideia de circularidade apenas em instituições de governo. Assim como ela entra nessa malha em busca de proteção e meios de sobrevivência, ela também sai e chega a outros espaços com o mesmo objetivo. Ainda que induzida a circular pelo modo de operação do Estado, Raísa escapa, a todo tempo, de seus *encaminhamentos*. Sua errância não é determinada pelo fluxograma estatal, mas tampouco é genérica: mesmo se sentindo perdida em um *labirinto*, por não entender os motivos pelos quais foi excluída de certos programas, ela aciona sua rede de relações e conhecimentos para se mover pela cidade e ir se virando nas situações. É assim que chega à cracolândia, por saber que ali, além de proteção, teria possibilidade de conseguir comida, acesso a banheiros, contatos, companhia, assistência e cuidado. A *gravitação* de serviços que a atrai para essa territorialidade é a mesma que a faz ir para a Oficina Boracea com Renato, como também aderir ao *encaminhamento* da orientadora e seguir para o albergue. Também por isso sente dificuldades na ocupação da zona norte, onde os recursos e possibilidades estão vinculados ao trabalho em uma biqueira ou a pequenos furtos em estabelecimentos comerciais. Raísa não maneja bem esses códigos e práticas sociais, diferentemente de Renato, que se mostra mais "safo" nesse contexto, e decide deixar o local.

Ela se move por um território que não tem fronteiras delimitadas, mas que é marcado por espaços sociais nos quais há concentração de recursos e possibilidades, que denomino aqui de "campos de gravitação". Por recursos, quero me referir ao acesso a alimentação, equipamentos e produtos de higiene, serviços assistenciais e de saúde, mas também às possibilidades de trabalho, de troca de bens, de inserção em algum programa, de adquirir moradia em alguma ocupação. O Estado não é o único ator nessa configuração urbana, mas

possui um papel central por conseguir catalisar os processos de constituição desses pontos ao agir no sentido de dispersar ou concentrar, ao induzir a circulação a determinados locais, ao disponibilizar fundos, como discutido nos capítulos anteriores. Trata-se de um processo relacionado à dinâmica urbana de *concentração* e *dispersão,* como tratado no capítulo 2: são pontos que podem se deslocar com ações de despejo, operações policiais, grandes projetos de urbanização, mas que enquanto fixados, atraem toda uma gama de sujeitos que passam a tecer diferentes tipos de relações. O caso da cracolândia é muito ilustrativo, nesse sentido: ali se encontram de pesquisadores a pessoas interessadas em fazer uso do crack, de operadores dos programas assistenciais a sujeitos que, como Raísa, precisam fazer uso dessa malha de serviços, de jornalistas a pessoas interessadas no mercado do *fluxo*. Em torno da cracolândia gravitam, pois, não apenas usuários de crack; são diversos os interesses amarrados nessa territorialidade, assim como as possibilidades a partir das relações estabelecidas aí. São nesses pontos que se constroem conexões urbanas aparentemente improváveis, entre as quais a minha relação com Raísa, que proporcionou a ela chegar à ocupação em Pinheiros e a mim, passar por diversos espaços.

Em uma condição na qual as instituições governamentais induzem a circulação constante, em uma dinâmica de exclusão e *encaminhamento*, é crucial saber acionar relações a fim de conseguir permanecer ou transitar pelos espaços. Assim, como analisado no percurso de Raísa, manter um vínculo comigo foi fundamental para sua fuga da ocupação da zona norte, assim como não ter estabelecido uma relação com operadores do De Braços Abertos na cracolândia pode ter sido crucial para sua não inclusão no programa. Suas passagem e acessos são possibilitados nessas relações.

Raísa parece depender muito mais da cidade com seus equipamentos, serviços e sobretudo, possibilidades, do que do Estado, que, em seu percurso, aparece como um dos atores dessa malha urbana – ainda que dos mais importantes.

Uma dimensão desse modo de vida que não fica explícita no trajeto de Raísa abordado nessa pesquisa, mas que foi possível de perscrutar a partir de outras trajetórias, é a importância de espaços centrais ao mercado varejista/atacadista e das "feiras do rolo". O bairro do Brás, com suas grandes lojas e armazéns, bem como as cercanias do Mercado Municipal e da zona cerealista, são locais para os quais frequentadores da cracolândia e pessoas em situação de rua vão a fim de conseguir algum emprego, seja coletando os materiais recicláveis do lixo, seja

carregando sacas com mercadorias, seja pedindo dinheiro e outras contribuições aos muitos transeuntes, seja pegando mercadorias descartadas. Entre os grandes depósitos com caminhões estacionados nas ruas, ponto de chegada de mercadorias do porto de Santos e de saída para todo o Brasil, existem casas destruídas e previamente abandonadas que servem de moradia precária para alguns trabalhadores. Trabalhos e vidas muito precárias que contrastam com a grande quantidade de dinheiro que circula nesses pontos. Mas talvez seja exatamente por essa riqueza que esses espaços se tornam também pontos de gravitação.

Se "virar" significa também saber transitar pelas "feiras do rolo", espalhadas pelo centro da cidade. Atrás da Praça da Sé, próximo à Galeria Olido, nas cercanias da Pastoral do Imigrante, o *fluxo* na cracolândia são alguns dos locais desses mercados informais, nos quais se negociam itens furtados, roubados, achados ou doados, dos mais diferentes tipos, de celulares a roupas usadas. Cada feira tem sua particularidade: o fluxo da cracolândia aceita como moeda o crack; a dos imigrantes, no Glicério, apresenta produtos com menor valor do que a da Sé. Mas, entre elas, há trânsito. As feiras consistem em possibilidades de converter o material que se tem nas mãos em outro recurso, mais necessário para o momento. Um bom exemplo disso é o de Moisés, que mora debaixo de um viaduto no centro e de vez em quando, troca as roupas ganhas por transeuntes na feira do rolo por dinheiro. Com isso, ele consegue comprar comida e bebida.

A errância, induzida pelas formas governamentais, torna-se também uma forma de superar as dificuldades de não possuir moradia, ou emprego formal, ou família constituída, ou auxílio estatal. É nesse ponto que se encontram os usuários de crack, pessoas em situação de rua, imigrantes, trabalhadores precarizados, pessoas em situação de "vulnerabilidade", divididos nessas categorias. Se a tipificação procura triar e diferenciar os indivíduos, a ideia que procuro apontar nessa conclusão é a de que entre tantas diferenças, há um aspecto comum nesses sujeitos: sua forma de viver e se relacionar com a cidade.

O que o embate entre Raísa e os moradores da ocupação em Pinheiros sugere é que existe um descompasso entre a organização social dos bairros periféricos e a desses sujeitos que circulam pelo centro expandido da cidade. Uma movimentação por espaços disparatados aparentemente sem sentido, mas que a partir da análise do percurso de Raísa, ganha outro estatuto nessa pesquisa. Existem dinâmicas urbanas que envolvem seu trajeto: o poder estatal de reter ou fazer circular os indivíduos e dispersar ou permitir sua concentração em

determinados locais; os pontos de gravitação que se constituem como tal por reunirem recursos e possibilidades de apropriação desses; os mercados informais, onde se trocam e negociam os produtos adquiridos nesses espaços; e os agenciamentos ou essa “viração”.

Referências bibliográficas

ADORNO, Rubens; RUI, Taniele; SILVA, Selma; MALVASI, Paulo; VASCONCELLOS, Maria; GOMES, Bruno; GODOI, Tiago. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. Saúde e Transformação Social, vol. 4, n. 2, 2013, pp. 4-13.

AGIER, Michel. Humanity as an Identity and Its Political Effects (A Note on Camps and Humanitarian Government). Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development, Volume 1, Number 1, Fall 2010, pp. 29-45.

ARRUDA, M.; SOARES, Cassia; ADORNO, Rubens. Revisão bibliográfica: o consumo de crack nos últimos 20 anos. Saúde e Transformação Social, vol. 4, n. 2, 2013, p. 157-66.

CEFAÏ, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. Revistas Lua Nova, n. 79, São Paulo, 2010, pp. 71-110.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de Douturado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2013.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n. 27, 2008, pp.19-52.

DAS, Veena. Critical events: an anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1996.

_____. Life and Words: violence and the descente into the ordinary. University of California Press: Berkeley, Los Angeles e London, 2007.

DE LUCCA, Daniel. A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2007.

FASSIN, Didier [orgs]. At the heart of the State: the moral world of institutions. Londres: Pluto Press, 2015.

FASSON, Karina & PUCCINELLI, Bruno. Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização. In: X Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: Brasília, 2010.

FERGUSON, James & GUPTA, Akhil. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. American Ethnologist, 2002, pP. 981-1002.

FROMM, Deborah. Deus e o Diabo na Terra do Crack: uma etnografia da cosmopolítica batis- ta. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais: UfsCar, 2013.

FRÚGOLI JR., Heitor. Introdução: dossiê Luz, São Paulo. Ponto Urbe, São Paulo, v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao11-dossie-luz/261-introducao>.

FRÚGOLI JR., Heitor & CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) carcolândias(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro, 2012.

FRÚGOLI JR., Heitor & CHIZZOLINI, Bianca. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. Nau-USP, Ponto Urbe, n.6, 2010.

FRÚGOLI JR., Heitor & SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. Cuadernos de Antropologia Social, UBA, n. 30, 2009.

FRÚGOLI JR., Heitor & SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz, 2010.

GOMES, Bruno & ADORNO, Rubens. "Tornar-se 'nóia': trajetória e sofrimento social nos 'usos de crack' no centro de São Paulo". Revista Etnográfica, vol 15, n. 3, 2011.

HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. Le Monde Diplomatic Brasil, Ed. 56, março de 2012.

KARA JOSÉ, Beatriz. A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de doutorado apresentada à FAU-USP, 2010.

MAGALHÃES, Taís Rodrigues Pereira. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da "cracolândia" paulistana. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2016.

MALVASI et al. A construção do conhecimento em torno das trajetórias de adolescentes envolvidos em mercados criminais. Artigo apresentado no Seminário "Gestão da (des)ordem e dinâmicas urbanas": São Paulo, 2016.

MENEZES, Letícia. Entre a saúde e a repressão: políticas públicas na região da "cracolândia" SP. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 2016.

MOREIRA, Carolina. Intervenções urbanas contemporâneas: o caso da área da Luz no centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Carlos, Escola de Engenharia da USP, 2008.

MOSQUEIRA, Tatiana. Reabilitação da região da Luz: Centro Histórico de São Paulo: Projetos urbanos e estratégias de intervenção. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FAU-USP, 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA. Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. São Paulo: NEV-USP, Open Society Foundations, 2011.

PADOVANI, Natália. Perpétus espirais: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977 – 2009) na história da penitenciária feminina da capital. Dissertação de Mestrado. IFCH – Unicamp, 2010.

PEREIRA, Luiz Fernando. No labirinto da gestão: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da assistência social. Dissertação de Mestrado – UfsCar, São Carlos, 2013.

POOLE, Deborah. Between Threat and Guarantee: Justice and Community in the Margins of the Peruvian State. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah (ed.). Anthropology in the margins of the State. Santa Fe: SAR Press, 2004.

RAUPP, Luciane & ADORNO, Rubens. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). Ciência e Saúde Coletiva, vol. 16, n. 5, 2011, p. 2613-2622.

RAUPP, Luciane. Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotiadiano, práticas e cuidado. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Diego; BACKES, Dierce; FREITAS, Hilda; ZAMBERLAN, Claudia; GELHEN, Maria; COLOMÉ, Juliana. Conhecimentos produzidos acerca do crack: uma incursão nas dissertações e teses brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 17, n. 5, 2012, p. 1247-58.

RUI, Taniele. Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp: Campinas, 2012.

_____. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. Revista Contemporânea, v. 3, n. 2, Jul/Dez 2013, pp. 287-310.

_____. Entre asfixiar y abrir los brazos: el caso da cracolandia brasileña. Dossiê Derecho a la ciudad y al territorio, publicaão especial para o Foro Mundial Urbano – Medellin. Desde la Region, vol. 1, 2014, pp. 26-31.

_____. Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia”. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, c. 6, n. 2, Agosto/Setembro de 2012b, pp. 336-351.

Rui, Taniele & Mallart, Fábio. A Cracolândia, um potente conector urbano. Le Monde Diplomatique Brasil, 2015a, Ed. 99.

_____. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: 39ª Reunião Anual da ANPOCS, 2015b, Caxambú.

SILVA, Eliane Alves da. Governar o ingovernável: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo. Tese de doutorado defendida Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2011.

SILVA, Selma & ADORNO, Rubens. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. Saúde e Transformação Social, vol. 4, n. 2, 2013, p. 21-31.

SILVA, Selma Lima. Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 2000.

SPAGGIARI, Enrico; RODRIGUES, Weslei; FONSECA, Isadora. Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz. Nau-USP, Ponto Urbe, n.6, 2010.

TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2012.

TELLES, Vera da Silva et al. A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista. Projeto Temático – Fapesp, 2013.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2010.

_____. Cidade: produção de espaços, formas de controle, conflitos. Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – Dossiê temático: A cidade como campo de pesquisa, 2015.

_____. Ilegalismo, cidade e política. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

_____. Fronteiras da lei como campo de disputas: apontamentos de pesquisa. In: BIRMAN, P., LEITE, M.; CARNEIRO, S.; MACHADO, C. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, no prelo.

UCHÔA, Marco A. Crack: o caminho das pedras. Editora Atica, 1996.

VERA, Andrea Soledad Roca. Catástrofe, Violência e Estado de Exceção. Memórias de insegurança urbana coletiva após o terremoto de 2010 na cidade de Concepción, Chile. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2013.